



ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA

Soberania e Segurança Alimentar na Construção da Agroecologia

Sistematização de Experiências

GT SSA/ANA





**ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA**

Soberania e Segurança Alimentar na Construção da Agroecologia

Sistematização de Experiências

**Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da
Articulação Nacional de Agroecologia**

- GT SSA/ANA -

1ª Edição

- Rio de Janeiro -

2010

Produção:

GT SSA/ANA - Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da
Articulação Nacional de Agroecologia

Organizadores:

Maria Emília Lisboa Pacheco
Vanessa Schotz
Sílvia do Amaral Rigon
Julian Perez Cassarino
Carlos Eduardo Leite

Publicação:

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Projeto gráfico:

I Graficci

Diagramação:

Amanda Borghetti

Organizações que compõem o GT SSA/ANA:

ASSEMA
CAATINGA
FASE-MT
CASA DA MULHER DO NORDESTE
SASOP
REDE – MG
AOPA
CETAP – ADATABI
FASE NACIONAL
AS-PTA – PARAÍBA
CAASP/ASA – Paraíba
CAA – Montes Claros
Centro Sabiá
Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – FESANS-RS
Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – FESAN-PR
Pólo Sindical e de Organizações da Agricultura Familiar da Borborema - Paraíba
Movimento de Mulheres Camponesas – MMC

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S659

Soberania e segurança alimentar na construção da agroecologia : sistematização de experiências / [organização Sílvia do Amaral Rigon... et al.] ; Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia - GT SSA/ANA. - 1.ed. - Rio de Janeiro : FASE, 2010.
il.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-86471-57-5

1. Ecologia agrícola. 2. Abastecimento de alimentos - Brasil. 3. Política alimentar - Brasil. 4. Assistência alimentar - Brasil. I. Rigon, Sílvia do Amaral. II. Articulação Nacional de Agroecologia (Brasil). Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar. III. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

10-2880.

CDD: 630.277
CDU: 631.95

21.06.10 29.06.10

019866

SUMÁRIO

Apresentação	5
--------------------	---

PARTE I – Soberania e Segurança alimentar na construção da Agroecologia: a sistematização de experiências

Capítulo 1 – Documento-Base GT SSA	9
Capítulo 2 – SAN e intercâmbio de saberes ambientais sobre cerrado entre comunidades rurais do sudoeste do Mato Grosso	16
Capítulo 3 – Experiência da Lagoa do Pau Ferro – Ouricuri/PE: valorizando as sementes, plantas da caatinga e produção agroecológica no processamento da multimistura	20
Capítulo 4 – ECOTERRA - Associação Regional de Cooperativas e Agroecologia	24
Capítulo 5 – Estratégias de Segurança alimentar e Nutricional nos Babaçuais do Médio Mearim	27
Capítulo 6 – “O arredor de casa” – experiências com quintais produtivos	33
Capítulo 7 – Produzindo alimentos e gerando renda no semiárido – Uma experiência em quintais produtivos	45
Capítulo 8 – Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional na Promoção da Agricultura Familiar Agroecológica na região de Juazeiro/Sobradinho	50
Capítulo 9 – Agricultura Urbana e Segurança Alimentar e Nutricional	65

PARTE II – A construção de conceitos a partir das práticas

Capítulo 10 - Relatório Analítico das Experiências Sistematizadas	71
1 – As várias dimensões do tema	71
2 – Sistematização das experiências	72
2.1 – Metodologia utilizada no processo de sistematização das experiências em Soberania e Segurança Alimentar e Agroecologia	72

2.2 – Determinantes da insegurança alimentar	72
2.3 – Conceito de soberania e segurança alimentar considerado pelos agricultores ecologistas	75
2.4 – Estratégias de SSAN identificadas nas experiências	76
2.5 – Dimensões da SSA na Agroecologia identificadas nas experiências	82
3 – Metodologias para realização do trabalho de construção da soberania e segurança alimentar em nível local e regional	86
3.1 – Promoção da agroecologia	86
3.2 – Fortalecimento do papel da mulher	86
3.3 – Organização e empoderamento econômico e político das famílias	86
3.4 – Resgate da cidadania dos agricultores e agricultoras e de seu protagonismo	87
4 – Principais Avanços e Lições Aprendidas	88
Capítulo 11 - Relatório do Seminário Segurança e Soberania Alimentar na Construção da Agroecologia – II ENA	92
1 – Relatório descritivo	92
2 – Síntese dos Debates – Contribuições para o Documento Político do II Encontro Nacional de Agroecologia	94



Apresentação

A construção de práticas e estratégias que permitam a garantia de uma alimentação adequada e saudável de forma justa e solidária para a humanidade têm sido um desafio permanente no caminho das organizações e movimentos sociais.

O alimento, como um dos principais mediadores da relação do ser humano com a natureza, agrega dimensões que vão muito além de um produzir para comer. A primeira questão a ser levantada é produzir como? Que relações estabelecemos com a natureza neste processo de produção de alimentos?

Incutida em nossas mentes por governos, mídia, grandes empresas, a agricultura industrial, baseada na monocultura e no uso de pesado maquinário, sementes melhoradas, insumos químicos, agrotóxicos e hoje com a transgenia, pareceria ser o único caminho para garantir grandes colheitas para uma humanidade de bocas famintas.

Passados mais de 40 anos de “Revolução Verde”, a tímida redução (em percentuais, porém não em números absolutos) dos números da fome no mundo, beira a indignação. Milhões de hectares de floresta nativa devastados para serem substituídos por monoculturas em larga escala, solos degradados, águas contaminadas, poluição atmosférica, alimentos intoxicados e de baixíssima qualidade nutricional e centenas de milhões de famílias expulsas do campo, oprimidas pela falta de mão de obra, pelos baixos rendimentos de uma agricultura voltada para o latifúndio, pelo comprometimento de sua saúde; têm sido os resultados que colhemos desta grande promessa.

Culturas vêm se perdendo, desde seus hábitos alimentares até sua materialidade representada por uma agrobiodiversidade incomensurável, fruto de milhares de anos de saberes desenvolvidos e acumulados, hoje, quando ainda vigentes, postos ao serviço do mercado tal qual peça de museu ou “curiosidade folclórica”.

Não sem efeito, todo processo hegemônico, que impõem domínios, delimita fronteiras e oprime sociedades, gera resistências e é desta construção que falaremos nestas próximas páginas.

É do sentido utópico que representa construir alternativas a valores, conceitos e princípios que parecem dados e consolidados na sociedade, que se buscaram resgatar entre as várias experiências conduzidas por associações e cooperativas de base, movimentos sociais e ONG’s, que apontassem caminhos para a construção da soberania e segurança alimentar a partir da prática da agroecologia em suas diversas dimensões.

Assim, visando a estruturação de um debate qualificado e que partisse da realidade concreta das famílias agricultoras/camponesas e consumidoras, é que se estruturou o Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar (GT-SSA) da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a partir do qual se debateu quais as dimensões articuladoras da agroecologia e da soberania e segurança alimentar e de que forma estas dimensões se estabelecem na prática das experiências.

Da discussão coletiva selecionaram-se oito experiências distribuídas nas cinco regiões do país (Fase-MT, Assema-MA, Casa da Mulher do NE-PE, Ecoterra-RS, Caa-tinga-PE, Rede-MG, Pólo Borborema-PB, Sasop-BA), que foram sistematizadas por



representantes das organizações de base e de assessoria a partir de um roteiro único proposto pelo GT-SSA. Desta sistematização realizou-se um intenso trabalho de articulação de práticas, estratégias e conceitos, elaborado pela profa. Silvia Rigon (UFPR), que juntamente ao relato das experiências subsidiaram a realização do seminário de Soberania e Segurança Alimentar do II Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em junho de 2006 em Recife-PE, contando com a participação de mais de 250 pessoas (1200 em todo o encontro) em sua grande maioria agricultores, mas também técnicos, professores, consumidores e representantes de governo e outras organizações.

A presente publicação busca ser uma breve fotografia deste rico processo de sistematização, debate, desconstrução e construção de conceitos; processo que se perenizou e hoje se reflete na ação do GT-SSA, que têm levado as dimensões articuladoras da agroecologia, soberania e segurança alimentar para o debate público da construção de políticas públicas, participação nas conferências de SAN e no intercâmbio e diálogo de saberes.

É desta forma que dia após dia, as experiências resistem e apontam caminhos, semeando espaços de esperança e solidariedade, permanentemente fertilizados pelos diálogo e intercâmbio de saberes entre agricultores, destes com seus pares urbanos, com o conhecimento acadêmico, enfim, o que se busca é demonstrar que num mundo onde a perversidade da fome, a inconseqüência da degradação ambiental e a violação da dignidade humana são constantes, é possível cultivar novos valores e novas práticas, que gerem autonomia e emancipação social, que estabeleçam relações harmoniosas do ser humano com seu meio e que nos permitam sentar-nos todos a mesa para partilhar de alimentos carregados de vitalidade, história e justiça.



PARTE I

Soberania e Segurança Alimentar na Construção da Agroecologia: a sistematização de experiências







CAPÍTULO 1

Documento base sobre Soberania e Segurança Alimentar

GT SSA - ANA

Carlos Eduardo Leite¹

Julian Perez¹

Maria Emília Lisboa Pacheco¹

Vanessa Schotz¹

1. Introdução

Este documento tem os objetivos de socializar as primeiras reflexões sobre o tema na ANA, contribuir para a sistematização de experiências e apresentar a metodologia do Seminário Segurança e Soberania Alimentar a realizar-se durante o II ENA, em Recife no período de 2 a 6 de junho de 2006.

No I ENA, o tema da Segurança e Soberania Alimentar foi tratado de forma transversal. Entendendo que a concepção e a prática dos princípios agroecológicos integram a estratégia de segurança e soberania alimentar, optou-se por dar-lhe maior relevância como tema mobilizador no II ENA e simultaneamente mantendo-o como tema transversal.

Olhando a riqueza das experiências e considerando-as como o centro da reflexão sobre o tema na ANA e no II ENA, a Comissão de Segurança e Soberania Alimentar reuniu, em Belo Horizonte nos dias 6 e 7 de abril, um conjunto de organizações que tem incorporado à sua intervenção diversas ações integradoras de Segurança Alimentar como estratégia de fortalecimento do desenvolvimento agroecológico.

Apresentaram suas experiências as seguintes organizações das 5 grandes regiões do país: o Polo Sindical de Borborema, a ASA Paraíba, o SASOP, o Caatinga e o Sabiá pelo Nordeste; o CAA – Montes Claros e a Rede Intercâmbio pelo Sudeste; a Assema pela Amazônia; a Rede Ecovida pelo Sul e a Fase- Mato Grosso pelo Centro-Oeste.

No plano das políticas governamentais, a partir de 2003, este tema passou a ser pautado por duas vertentes para sociedade brasileira, sobretudo para sociedade civil organizada. A primeira busca construir de forma participativa uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, valorizando programas de caráter estruturante desta política, como o Programa de Aquisição de Alimentos. Contraditoriamente, outra vertente coloca-nos diante de decisões políticas que comprometem os princípios da Soberania Alimentar e do Direito Humano a Alimentação. São exemplos: a liberação dos transgênicos e a fragilização do processo de Reforma Agrária.

Várias experiências têm mostrado que o tema da Segurança Alimentar mais do que transversal, perpassando diferentes temas identificados como mobilizadores no processo preparatório do II ENA, é evidenciado como tema agregador e sistematizador das experiências. Há um evidente encadeamento entre as ações que viabilizam

1 *Membros do Comitê Animador do GT SSA*



a produção de alimentos, desde o resgate de sementes, o uso da água e a diversificação dos sistemas agrícolas, com ações voltadas para a valorização da produção para o auto-consumo, o resgate de culturas alimentares, a melhoria da saúde, assim como, ações que tratam o mercado a partir da ótica dos consumidores, da valorização do alimento de qualidade e que influenciam as políticas públicas.

Nasce desta leitura sobre o tema, uma primeira pergunta estimuladora do debate: Em que medida as ações da Segurança Alimentar são estruturadoras dos sistemas agroecológicos e dos processos sociais a eles interligados?

Um olhar mais amplo para as experiências, que vai além da análise da sustentabilidade sócio ambiental e econômica dos sistemas agroecológicos, ressalta e re-significa as relações sociais de gênero e mais especificamente o papel da mulher como construtora da agricultura, principalmente quanto se parte das estratégias de Segurança Alimentar para analisar o conjunto da produção familiar (divisão do trabalho, relação produção e reprodução) e suas relações sociais.

Um outro elemento que merece destaque no conjunto das experiências é a percepção de que processos organizativos são constitutivos das estratégias de Segurança Alimentar, garantindo-lhes continuidade e sustentabilidade. Neste contexto, destacam-se redes de agricultores e agricultoras que disseminam experiências de resgate e multiplicação de sementes; comissões regionais de segurança alimentar/saúde e alimentação que animam as dinâmicas locais e regionais e promovem o debate e o enraizamento da temática nos programas de desenvolvimento rural nos diferentes agroecossistemas dos diferentes biomas e territórios no plano nacional.

2. As várias dimensões do tema

No debate foram destacadas algumas dimensões que compõem o conjunto das estratégias de segurança alimentar.

2.1. Diversificação da produção de alimentos e Agrobiodiversidade

Os sistemas de produção agroecológica e particularmente os sistemas agroflorestais são potencializadores da biodiversidade e da diversidade de alimentos. Os agricultores e agricultoras têm desenvolvido ações de intercâmbio de recursos genéticos e troca de sementes, assim como estimulado a produção de mudas de espécies nativas. A valorização dos alimentos regionais e do auto-consumo contribuem para a conservação da biodiversidade e o resgate de cultivos alimentares locais. Dentro dessa perspectiva de diversificação da alimentação e resgate do valor cultural do alimento, algumas experiências têm trabalhado o beneficiamento de frutos e outros alimentos do Cerrado, Caatinga e Amazônia, havendo um crescente aproveitamento destes frutos.

2.2. Estabelecimento de novas relações de mercado

A abordagem da Segurança Alimentar na comercialização dos produtos agroecológicos tem estimulado a mudança de foco das relações de mercado, para além da dimensão econômica e estritamente monetárias para constituir-se, como as feiras agroecológicas, em espaços pedagógicos e de troca de conhecimentos, sobre-



tudo entre o rural e o urbano, propiciando uma relação direta entre produtor (a) e consumidor(a). São crescentes os Espaços (PE) e Recantos Ecológicos (RS) construídos pelas organizações de agricultores e movimentos sociais.

Também as experiências com os mercados institucionais, como veremos a seguir, proporcionam uma nova interação entre os produtores e os consumidores, principalmente na alimentação escolar.

2.3. Resgate de culturas alimentares

As experiências de resgate de culturas e hábitos alimentares têm permitido uma ampla participação de grupo de mulheres, o que vem estimulando a valorização e a intensificação do plantio e uso de alimentos tradicionalmente utilizados regionalmente, assim como de plantas medicinais.

O resgate da cultura alimentar e do valor cultural do alimento configuram-se como pilares de um novo modelo de agricultura baseado na diversidade da produção e na valorização do alimento “limpo” sem agrotóxicos e livre de transgênicos.

As experiências das mulheres no beneficiamento de frutos do cerrado, da caatinga e da Amazônia, por exemplo, têm resultado na mudança de sentidos que tradicionalmente são atribuídos aos alimentos regionais, valorizando-os e re-introduzindo-os no padrão alimentar da família. Algumas experiências já apontam o impacto dessas ações na melhoria do estado nutricional das crianças.

2.4. Educação alimentar e para o consumo

Várias experiências têm desenvolvido ações no campo da educação para a produção e para o auto-consumo. São crescentes as ações estimuladoras da educação alimentar para o auto-consumo. Agricultoras familiares e agroextrativistas têm tido papel multiplicador de novos conhecimentos sobre alimentação, valorizando em algumas experiências a dimensão nutricional dos alimentos, assim como a relação entre saúde e o consumo de alimentos saudáveis.

Algumas experiências desenvolvem, também, ações educativas voltadas para a importância do cultivo das plantas medicinais, inclusive na agricultura urbana, e seu uso na alimentação e na cura das doenças.

2.5. Políticas Públicas e mercados Institucionais

No plano das políticas públicas destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos associado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Algumas experiências demonstram a sinergia entre estes dois programas como potencializadores da produção agroecológica local, da valorização dos hábitos e alimentos regionais e da maior qualidade da alimentação, não só das crianças, mas de toda a família.

O Programa Nacional da Alimentação Escolar é o maior investimento público em compra de alimentos e representa um grande potencial de se constituir em uma política de segurança e soberania alimentar que garanta uma alimentação de maior qualidade para as crianças, respeitando a diversidade e a cultura regional, e a abertura desse grande mercado para a agricultura familiar local e agroecológica.

O mercado institucional expressa-se como um mercado de direito para o segmento da Agricultura Familiar que sempre protagonizou a produção de alimentos no



Brasil. Há iniciativas do Programa de Aquisição de Alimentos, desde compra de produtos agroecológicos a compra de sementes, que evidenciam suas potencialidades e seu crescente enraizamento.

3. Orientação metodológica para sistematização das experiências

3.1. Critérios para definição das experiências

- a) Experiências que se relacionam com as várias dimensões (eixos) definidas
- b) Experiências que apresentem a questão da Segurança Alimentar e Nutricional como eixo agregador

3.2. Procedimentos para sistematização

O processo de sistematização será conduzido pelas próprias organizações a partir do roteiro orientador elaborado pela coordenação da Comissão de Segurança e Soberania Alimentar.

A análise das experiências sistematizadas será feita por uma consultora para o seminário do referido tema no II ENA.

3.3. Roteiro de questões orientadoras das sistematizações

- 1– Título da Experiência
- 2– Entidades envolvidas (nome completo e sigla): *descrever as entidades que estão envolvidas no processo e fazer uma breve descrição de qual seu papel.*
- 3– Município(s), micro-região e Estado: *localizar a experiência em termos geográficos, se possível ilustrar com mapas ou outras informações.*
- 4– Em que contexto a experiência está inserida? *Descrição das características sócio-econômicas, ambientais e culturais da região. Quais as características das comunidades onde o trabalho se desenvolve e seu entorno, em que ambiente se encontram inseridas, contexto político e outras informações que julgarem importantes e que tem efeito na condução da experiência. Destacar quais as ameaças à promoção da segurança e soberania alimentar em âmbito local/regional.*
- 5– Qual a concepção de segurança e soberania alimentar que as organizações que compõe a experiência desenvolvem? *Que compreensão possuem e como fazem sua abordagem junto às comunidades onde atuam.*
- 6– Quais dimensões da segurança e soberania alimentar a experiência desenvolve? *A partir das dimensões apontadas no texto base do GT, quais delas a experiência aborda com mais intensidade, como se realiza esta abordagem, quais são os métodos para desenvolver as ações. Apresentamos abaixo as dimensões propostas e algumas questões específicas para cada uma:*



6- 1- *Diversificação da produção de alimentos e Agrobiodiversidade*

- a) Quais estratégias de diversificação da produção, resgate e promoção da agrobiodiversidade;
- b) Qual o efeito destas estratégias na produção para autoconsumo

6- 2- *Estabelecimento de novas relações de mercado*

- a) Qual a perspectiva de mercado que a experiência possui? (que mercados acessa, qual a relação com consumidores, qual o público consumidor, etc.);
- b) Quais novas estratégias de relação com o mercado têm desenvolvido. (novos espaços de comercialização, aproximação com a economia popular solidária, 'popularização' do acesso ao produto ecológico, etc)
- c) Qual a capacidade de intervenção/negociação dos grupos de agricultore(a)s nos mercados que acessa/desenvolve?

6- 3- *Resgate de culturas alimentares*

- a) Que estratégias têm se desenvolvido para promoção do resgate da cultura alimentar?
- b) Qual o potencial para o desenvolvimento destas ações e a aceitação e efeito destas nas comunidades.

6- 4- *Educação alimentar e para o consumo*

- a) Quais ações a experiência tem desenvolvido para promoção da educação alimentar.
- b) Qual abordagem e com que foco as ações têm se desenvolvido, destacando o público a que se direciona.

6- 5- *Políticas Públicas e mercados Institucionais*

- a) Quais políticas públicas (nos três níveis de governo) têm interferido nas ações desenvolvidas pela experiência? Quais seus efeitos?
- b) Quais mecanismos de acesso ao mercado institucional a experiência tem acessado? Quais as dificuldades e aspectos positivos do acesso a este mercado.

7- Quais as lições aprendidas. *Que resultados têm colhido, qual avaliação do processo e das estratégias utilizadas, o impacto nas comunidades, quais dificuldades encontradas (internas e externas ao processo).*

8- Quais as perspectivas futuras. *Quais os caminhos a seguir na experiência, que utopias cultivam, quais objetivos a alcançar...*

Após o preenchimento do roteiro por representantes de instituições que realizam atividades no campo da soberania e segurança alimentar e na agroecologia previamente identificadas e aqui já referidas os mesmos foram encaminhados a uma



sistematizadora que elaborou o relatório apresentado neste documento. O seu conteúdo foi também apresentado à plenária do Seminário de Soberania e Segurança Alimentar do II ENA visando o debate sobre as questões levantadas.

3.4. Sistematização das experiências

No quadro abaixo são identificadas as experiências que encaminharam seus textos para sistematização e apresentação no II ENA:

QUADRO 1: EXPERIÊNCIAS SISTEMATIZADAS

ENTIDADE/ORGANIZAÇÃO	SIGLA	NOME DA EXPERIÊNCIA	REGIÃO
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão	ASSEMA	Estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional nos Babaçuais do Médio Mearim	Norte Pré-amazônia
Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia nos municípios de Três Arroios, Aratiba, Barra do Rio Azul e Itatiba do Sul/ Centro de Tecnologias Alternativas Populares	ADATABI/ CETAP	Eco-Terra – Associação Regional de Cooperativas e Agroecologia	Sul Floresta de Araucária
Casa da Mulher do Nordeste Comissão de Mulheres dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Casa da Mulher do Nordeste	Produzindo alimentos e gerando renda no semiárido – Uma experiência em quintais produtivos	Nordeste
Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas	Caatinga	Experiência da Lagoa do Pau Ferro – Ouricuri/PE: valorizando as sementes, plantas da caatinga e produção agroecológica no processamento da multimistura	Nordeste
Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Mato Grosso	FASE MT	SAN e intercâmbio de saberes ambientais sobre cerrado entre comunidades rurais do sudoeste do Mato Grosso	Centro-Oeste (Cerrado)
Pólo Sindical de Borborema	P. S. Borborema	“O arredor de casa” – experiências com quintais produtivos	Nordeste
Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas	REDE-MG	Agricultura Urbana e Segurança Alimentar e Nutricional	Sudeste
Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais	SASOP	Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional na Promoção da Agricultura Familiar Agroecológica na região de Juazeiro/Sobradinho.	Nordeste
Associação dos Produtores Alternativos de Rondônia ¹	APA - RO	Grupos de Mulheres da APA produzindo produtos alternativos	Amazônia



3.5. Metodologia do Seminário Nacional (II ENA)

1º dia – 04/06/06 – 15:00 às 18:00

O seminário terá início com uma mística sobre o alimento. Após a abertura, o público será dividido em três grupos. Em cada grupo serão apresentadas 3 experiências, perfazendo um total de 9 experiências. Cada experiência terá 30 minutos para apresentação, seguida de debate.

2º dia – 05/06/05 – 8:00 às 11:00

Os grupos irão se reunir em plenária. Os(as) relatores(as) dos grupos apresentarão uma síntese dos debates e experiências do primeiro dia. Em seguida, será apresentada uma reflexão a partir da leitura das experiências e o debate em plenária. As conclusões e propostas integrarão a Carta Política do II ENA.



1 A Associação dos Produtores Alternativos de Rondônia (APA) apresentou a sua experiência em segurança alimentar no II ENA., mas o texto para sistematização de sua experiência não foi encaminhado, não constando portanto nesse documento.



CAPÍTULO 2

FASE-MT

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL

Intercâmbio de Saberes Ambientais sobre o Bioma Cerrado para a Segurança Alimentar e Nutricional de Comunidades Rurais no Sudoeste Matogrossense

Sistematizador(a):

Ronaldo Santos de Freitas

FASE-MT

🌱 Entidades envolvidas

- **Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE-MT** – a entidade participa como animadora do comitê gestor do projeto, liberação de um técnico de nível superior para a organização das oficinas e intercâmbios entre as comunidades, coleta e edição de vídeos sobre as atividades realizadas.
- **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cáceres** – coordena uma campanha para a coleta e processamento de frutos de cumbaru, participa do comitê gestor e ministra oficinas teórico-práticas sobre formas de uso do cumbaru na alimentação.
- **Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT** - participa do comitê gestor do projeto e elabora os planos de manejo das espécies vegetais com potencial alimentício.
- **Comunidades participantes:** Nossa Senhora da Guia, São José, Corixinha, Roseli Nunes, Margarida Alves, São Fabiano, Bom Jardim e Guanandi – participam do projeto ativamente cerca de 20 pessoas de cada comunidade sendo em sua maioria mulheres, algumas pessoas das comunidades atuam como capacitadoras nas oficinas que são realizadas nas comunidades.

🌱 Localização e contexto regional da experiência

O Estado de Mato Grosso está localizado na porção ocidental do Bioma Cerrado, seu território corresponde a 10,6% do território nacional. Em razão de sua localização estratégica, o Cerrado Matogrossense sofreu e sofre grandes impactos sócio-ambientais, devido à política de colonização adotada pelo Governo Federal a partir de 1960 e da expansão da fronteira agrícola a partir da década de 1990 que transformou imensas áreas de cerrado em terras agricultáveis.

A região sudoeste do Mato Grosso está situada na área de fronteira entre Brasil com a Bolívia, estando compreendida no território da Amazônia Legal na planície do



Pantanal Matogrossense, sendo banhada pelo rio Paraguai.

Na região sudoeste de Mato Grosso a agricultura empresarial está ancorada em duas grandes matrizes: a pecuária bovina e a cana de açúcar, produtos primários para exportação intensivamente incentivados pela política agrícola oficial. A agricultura familiar, por sua vez, equilibra-se diante da falta absoluta de perspectivas e de estímulo, apoiando-se apenas na produção de leiteira e lavouras para subsistência e para a comercialização da produção excedente. A pouca diversificação dos produtos, tem comprometido o equilíbrio ecológico dos sistemas de produção, a sustentabilidade da unidade produtiva, a segurança alimentar e a permanência das famílias dos agricultores no campo.

O fato de grande parte da população de Mato Grosso ser oriunda de outras regiões tem contribuído para a degradação acelerada da diversidade biológica do Cerrado, pois estas desconhecem a dinâmica deste bioma, a composição e origem dos elementos bióticos e abióticos que o compõe.

No entanto, no sudoeste mato-grossense, coexistindo com as populações migrantes existem as populações tradicionais, que ao longo dos tempos acumularam uma gama de saberes a cerca das propriedades medicinais e nutritivas da vegetação, bem como a dinâmica do Cerrado como um todo.

Dentre as possibilidades existentes para o aproveitamento alimentar através do manejo sustentável da diversidade vegetal do Cerrado na região, destacam-se: *Dipteryx alata* Vog (cumbaru ou baru), *Orbynia sp.* (babaçu), *Hymenaeae courbaril* (Jatobá), *Acrocomia aculeata* (Macaúba), no uso popular também destacam-se outras espécies utilizadas por moradores das comunidades tradicionais para fins medicinais como é o caso de: *Callistene fasciculata* (faveiro), *Stryphnodendron adstringens* (barbatimão) e *Copaifera langsdorfii* (copaíba) e o *Caryocar brasiliense* (pequi), este último também utilizado na alimentação.

A região tem sofrido uma grande pressão sobre as espécies nativas devido ao corte indiscriminado para a extração da madeira e a introdução de pastagens. Isto também é influenciado pela falta de informações sobre as propriedades alimentares e nutricionais e da importância da dinâmica ambiental do Cerrado para a manutenção das condições edafoclimáticas adequadas.

☛ **Concepção de Soberania e Segurança Alimentar da experiência**

O conceito orientador de Segurança Alimentar e Nutricional adotado pelo comitê gestor do projeto é o de que, a partir do aproveitamento da biodiversidade alimentar do Cerrado, seja possível contribuir com o acesso a uma alimentação saudável de qualidade e em quantidade permanente e de baixo custo. Conseqüentemente busca-se influenciar a adoção de políticas públicas que valorizem a alimentação a partir de alimentos locais.

☛ **Relato da experiência e abordagem das dimensões da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**

A análise dos aspectos sócio-culturais revela a diferença entre o saber popular das comunidades rurais migrantes e das tradicionais. O projeto que está sendo desenvolvido na região possui duas diretrizes principais: valorizar e trocar saberes entre



as comunidades e contribuir com a melhoria da segurança alimentar e nutricional das famílias da região.

Participam atualmente do projeto oito comunidades. Estas foram escolhidas de acordo com o interesse e envolvimento no tema sobre o aproveitamento alimentar dos frutos do Cerrado: Comunidades São José e Bom Jardim localizadas as margens da MT-070 que liga Cáceres a Cuiabá na serra do Facão, composta por aproximadamente 90 famílias, Comunidade Corixinha localiza-se a sudoeste do município de Cáceres (a 70 Km do perímetro urbano) próximo da fronteira com a Bolívia composta por 47 famílias, Assentamento Margarida Alves e Roseli Nunes localizados no Município de Mirassol do Oeste, participam efetivamente do projeto 45 famílias dos dois assentamentos, grande parte destas famílias que residem nessas comunidades são migrantes de outros Estados da Federação.

Participam também do projeto 15 famílias das Comunidades Nossa Senhora da Guia e 10 famílias da Comunidade Guanandi ambas situadas a aproximadamente 30 Km da sede do Município de Cáceres, do Município de Porto Esperidião. Participam ainda 19 famílias da Comunidade São Fabiano. Estas comunidades são consideradas tradicionais, tendo em vista que a grande maioria de seus moradores está na área há mais de duas gerações.

O projeto em desenvolvimento permite que o conhecimento histórico das comunidades tradicionais acerca do uso alimentar e medicinal da biodiversidade do Cerrado seja, disseminado a comunidades rurais migrantes de outros Estados.

O projeto envolve prioritariamente as mulheres das comunidades como uma forma de valorizar seu trabalho, fazendo um contraponto à invisibilidade e à inferiorização do trabalho das mulheres perante os homens e da sua importância na unidade produtiva familiar e comunitária.

Paralelo ao investimento na disseminação da importância dos alimentos do Cerrado para a segurança alimentar e nutricional das comunidades tem-se estimulado a organização interna das comunidades para que as mesmas uma vez organizadas possam iniciar atividades coletivas para geração de renda a partir do processamento de frutos do Cerrado.

No projeto, representantes de todas comunidades participantes são convidados a visitar uma das comunidades envolvidas e lá é construído de forma coletiva o resgate dos saberes sócio-ambientais presentes na comunidade. Estas atividades são conhecidas como "Oficinas Comunitárias", realizadas de forma teórico-práticas, são ministradas por técnicos conjuntamente com comunitários abordando a importância dos usos alimentares das espécies do Cerrado para a segurança alimentar e nutricional da comunidade, técnicas de coleta e beneficiamento dos alimentos e as possíveis alternativas de geração de renda para as famílias, através da comercialização destes alimentos no comércio local.

Utilizando-se esta metodologia dialógica onde o agricultor e agricultora participa como sujeito informativo/educativo na demonstração de técnicas de aproveitamento e processamento dos frutos do Cerrado faz-se o resgate histórico da importância que este alimento tem ou teve em gerações passadas. É claramente perceptível que com este método utilizado nas oficinas há uma desconstrução de que práticas tradicionais de consumo de alimentos nativos do Cerrado são obsoletas.

Das oito comunidades onde o projeto é desenvolvido duas possuem relações



de comercialização de frutos do Cerrado. Na Comunidade Corixinha, na última safra foram comercializados cerca de 8 toneladas de pequi, porém, de forma individual para comerciantes intermediários, que pagam preços ínfimos para as famílias da comunidade. No entanto, ações de fortalecimento organizacional estão em andamento para a adequação de um prédio existente na comunidade que passará a partir desta safra, passará a ser uma unidade de beneficiamento deste fruto e assim acessar coletivamente os mercados locais principalmente o institucional.

No Assentamento Margarida Alves, o Grupo de Mulheres Margaridas, protagoniza o desenvolvimento do projeto. Este grupo foi criado por haver uma carência de atividades para as mulheres do assentamento, especialmente porque várias delas não têm suas origens ligadas à vida no campo, além do que não existem no assentamento muitas opções de lazer e geração de renda. Além disso, foi constatada uma concentração de atividades decisórias nas mãos dos homens, os quais concentravam a renda da família. As mulheres estavam limitadas a atividades de cuidados com a casa, do quintal, dos filhos e participavam de poucos espaços sociais.

Diante da necessidade de empoderamento das mulheres, de haver um espaço onde pudessem dialogar, produzir, contribuir com a saúde do assentamento, e em que fosse possível gerar renda, foi criado o Grupo das Margaridas. Além da realização de atividades para elucidar a importância do trabalho feminino na consolidação do assentamento, o Grupo das Margaridas, trabalha e um horto coletivo de plantas medicinais e aromáticas para abastecer o consumo do assentamento e despertar assim na comunidade o debate sobre saúde.

As Margaridas também beneficiam de forma coletiva farinha de babaçu, que é uma palmeira nativa do Cerrado que produz frutos ricos em proteínas e minerais. Esta produção é utilizada para o autoconsumo do assentamento e o excedente é comercializado para a Pastoral da Saúde de Cuiabá, onde a farinha é utilizada no preparo de multimistura.

Ambas iniciativas mesmo que ainda em fase de estruturação estão articulando-se com outros atores políticos da região para acessarem políticas públicas de abastecimento agroalimentar, abastecendo desta forma escolas e hospitais da região com frutos do Cerrado.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cáceres é um dos grandes disseminadores da importância do consumo dos frutos do Cerrado para a segurança alimentar das comunidades de toda a região, desenvolvendo uma prática incentivadora inédita no Estado do MT ao aceitar que os trabalhadores e trabalhadoras rurais paguem as contribuições sindicais com 20 Kg de frutos de cumbaru por mês. O cumbaru é beneficiado e comercializado gerando recursos financeiros para a manutenção das atividades do Sindicato.

Lições aprendidas e perspectivas futuras

Com estas ações que estão sendo desenvolvidas no sudoeste matogrossense, tem-se como resultante a valorização do saber e da cultura regional, fortalecimento das organizações sociais locais, o aumento do diálogo destas com os atores políticos, diminuição da insegurança alimentar através da utilização dos frutos do Cerrado para o autoconsumo, a valorização do papel das mulheres trabalhadoras nas atividades produtivas, nos postos de decisão, no planejamento comunitário e no manejo dos agroecossistemas locais.



CAPÍTULO 3

CAATINGA

CENTRO DE ASSESSORIA E APOIO AOS TRABALHADORES E INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS ALTERNATIVAS

Valorizando sementes, plantas da caatinga e produção agroecológica no processamento de mistura nutricional: A Experiência da Lagoa do Pau Ferro, Ouricuri-PE

☛ Entidades envolvidas

- **CAATINGA (Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas):** Desenvolve o papel de assessoria para construção do conhecimento agroecológico e de convivência com o semi-árido.
- **Igreja Católica - Pastoral da Criança:** Incentivo a produção, distribuição e consumo da massa multimistura para as crianças da comunidade.
- **Visão Mundial:** Apoio financeiro aos agentes difusores – atuou até set/2005.
- **Associação Comunitária da Lagoa do Pau Ferro:** Articulação e mobilização da comunidade a respeito do tema.
- **Escola Municipal São Luiz:** Implementação na sua metodologia de ensino da prática do conhecer para conviver. Com aulas práticas e teóricas sobre agroecologia, segurança alimentar e convivência com o semi-árido.
- **Agentes de Saúde/Agentes Difusores:** Orientação das famílias sobre saúde preventiva, e tratamento fototerápicos.

☛ Localização e contexto regional da experiência

Município de Ouricuri – PE. Micro Região do Araripe Pernambucano, semi-árido Brasileiro.

A micro-região do Araripe é uma das mais pobres de Pernambuco e a mais distante da capital, Recife, cerca de 573,30 Km em média, ocupando uma área de 35.994,3 quilômetros quadrados. A população do Araripe é da ordem de 276.970 habitantes dos quais 55,09%¹ vivem diretamente no campo. O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de alguns dos municípios do Araripe são dos mais baixos da

¹ Segundo José Eli da Veiga (2001), no Brasil, os habitantes das pequenas cidades (até 50 mil habitantes) possuem estreita ligação com o campo e mesmo residindo nas sedes de distritos ou nas cidades continuam exercendo atividades rurais. Considerando esta realidade, a população que depende de atividades rurais aumenta substancialmente a cifra acima fornecida tanto para a região do Araripe como outras espalhadas pelo Nordeste. No Brasil cerca de 4.485 municípios tem população de até 50 mil habitantes.



zona semi-árida do Nordeste e do estado: Santa Filomena - 0.427; Santa Cruz – 0.46; Granito – 0.475; Bodocó – 0.496; Ouricuri – 0.549; Araripina – 0.565; Trindade – 0.638. (Fonte: IPEA, Atlas de Desenvolvimento Humano, 2003).

Para todos os grupos familiares da região, o acesso à renda mínima é altamente problemático; nos municípios do Araripe existe uma grande percentagem de pessoas que sobrevivem com rendimentos irrisórios e que dependem da transferência de renda através das políticas compensatórias. Para garantir segurança alimentar e de renda, é necessário que os beneficiários tenham uma produção agrícola melhorada e contínua e acesso aos mercados e ao crédito.

☛ **Concepção de Soberania e Segurança Alimentar da experiência**

Em respeito à segurança alimentar e nutricional, acredita-se que ela se realiza quando as famílias têm acesso à água e aos alimentos em quantidade e qualidade, em todas as épocas do ano, tendo soberania para escolher o que vão plantar e comer. O alimento (inclusive a água) é entendido como um direito básico de todas as pessoas, sendo isto maior e mais importante que o lucro advindo de sua venda como produto. Assim, a visão de lucro e de comércio não pode ser em detrimento da garantia do direito humano das pessoas a uma alimentação saudável. Para que seja garantida a combinação da lógica econômica com a de segurança alimentar e nutricional, é necessário que seja promovido um diálogo efetivo entre tais temáticas.

São inúmeros os fatores que interferem na situação alimentar e nutricional das famílias sendo pontuados a seguir alguns deles:

- Fatores políticos. Exemplificando: O governo federal, estadual e municipal não têm uma política de segurança alimentar e nutricional integrada e que considere as especificidades regionais. Por exemplo, a merenda escolar é, em geral, constituída por alimentos de pouco valor nutritivo e não aproveita os produtos locais.
- Fatores psicológicos e de formação de uma concepção de alimento apenas como produto a ser consumido por quem tem “dinheiro e status”, em que se cita o trabalho realizado pela mídia de divulgação de alimentos que pregam a praticidade exigida à mulher e ao homem modernos (hambúrgueres, sanduíches, sopas rápidas, massas semi-prontas) e as bebidas que “matam a sede e fazem as pessoas felizes” (refrigerantes, em especial a Coca-Cola).

Além disso, podem existir fatores de desequilíbrio de gênero, em que as mulheres recebem menor quantidade de alimentos, ou o que sobra depois que os homens e, em seguida, as crianças comeram.

Durante vários anos, neste conjunto de organizações, trabalhou-se a adaptação e divulgação de tecnologias simplificadas que promovessem a melhoria da produção agrícola e pecuária..

Estas organizações têm em sua estrutura um sistema permanente de avaliação da atuação, do trabalho desenvolvido pelas parcerias e da conjuntura rural em sua área de ação. Essa estrutura inclui: conversas com as famílias, relatórios feitos pelos agentes difusores, reuniões com os grupos beneficiados, reuniões com as associações de classe, reuniões técnicas, reuniões dos conselhos, avaliações trimestrais e



anuais, auditorias técnicas e os diagnósticos participativos periódicos.

O CAATINGA, por exemplo, a partir dessa avaliação, colocou a comercialização e a segurança alimentar e nutricional como focos centrais de sua estratégia de trabalho para os próximos anos. Essa decisão, portanto, foi resultado de um longo processo de discussão/reflexão em que participaram as famílias agricultoras, representantes das organizações populares (sindicatos, associações e grupos organizados) técnicos da instituição, assessores, técnicos de outras instituições, agências parceiras e avaliadores externos. Continua-se a trabalhar com as tecnologias alternativas e a melhoria da produção, porém de um modo mais sistêmico. Entende-se que a comercialização é um processo que tem sido motor do desenvolvimento nas comunidades.

Relato da experiência e abordagem das dimensões da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Em 2004 com o apoio da Visão Mundial, o CAATINGA iniciou um processo de acompanhamento às Comunidades de Lagoa do Pau Ferro e seus arredores. A comunidade juntamente com a Pastoral da Criança, Jovens Difusores (rapazes e moças que faziam os acompanhamentos às crianças apadrinhadas pela Visão Mundial/CAATINGA) e Escola Municipal trabalhou-se necessidades levantadas a partir de um diagnóstico inicial. Sendo a questão alimentar visualizada como foco de problemas relacionados à verminose e a dificuldades de visão. Apoiada pelos parceiros sociais, o trabalho deu início com processamento de uma mistura nutricional (multimistura) conseguida com produtos da própria comunidade (farinha de milho, sementes diversas, folhas desidratadas de moringa, etc.). Segundo José Aparecido Delmondes (Cidinho) cerca de 200 famílias se envolveram no processo a partir das capacitações de convivência com o semi-árido e de como a comunidade poderia produzir a massa, como usa-la, porque usa-la e o mais importante: saber o valor de cada produto dentro da massa (o valor nutricional de cada ingrediente e o valor do alimento cultivado agroecologicamente). Esse foi o principal diferencial para garantir a continuidade. A escola também teve um papel fundamental na construção do conhecimento agroecológico, na produção fitoterápica (sabonetes, xaropes e tinturas) e no reaproveitamento de materiais considerados como lixo (ex. garrafas de plástico) junto às crianças, sendo elas multiplicadoras do seu aprendizado. Em 2006, parte das famílias envolvidas inicialmente produz fitoterápicos e a multimistura para comercialização (no Empório Kahete) outras são consumidoras dos fitoterápicos e da massa como parte da alimentação de seus filhos.

– **Estabelecimento de novas relações de mercado**

A massa multimistura, assim como os produtos fitoterápicos e o artesanato são comercializados no empório Kaeteh (local de vendas dos produtos da agricultura familiar, localizada na cidade de Ouricuri e administrada por uma cooperativa de produtores agroecológicos - COOPEART). É preciso ainda avançar na apresentação dos produtos, e na valorização dos mesmos do ponto de vista do valor cultural e organizativo que os mesmos representam.

Um grande desafio colocado para a CAATINGA tem sido contribuir para o desenvolvimento econômico local articulado com a promoção do acesso das popu-



lações a direitos básicos como a alimentação e a nutrição. A via trabalhada para que sejam criadas condições que permitam às próprias populações se organizarem e buscarem por seus direitos tem sido a viabilização, o aumento e a diversificação da produção, com a finalidade de garantir produtos em quantidade e qualidade para o consumo das famílias e para a comercialização, visando a geração de renda. Há uma preocupação em utilizar práticas agrícolas não agressoras ao meio ambiente, na perspectiva da agroecologia.

Há um conjunto de ações voltadas para a comercialização de produtos agroecológicos. Neste sentido trabalha-se para ampliar a base de produção, diversificação e agregação de valor. Este processo está se dando através da COOPEAGRA – Cooperativa de Produtores Agroecológicos do Araripe e tem como foco principal criar um mercado de produtos agroecológicos nas feiras municipais e inserir produtos de melhor qualidade nutricional nas compras institucionais, incluindo merenda escolar.

☛ Lições aprendidas e perspectivas futuras

As famílias se envolveram no processo a partir de capacitações de convivência com o semi-árido e produção agroecológica de alimentos livres de agrotóxicos e mais nutritivos, onde também se aprendia como a comunidade poderia produzir a massa, como usá-la, porque usá-la e o mais importante: saber o valor nutricional de cada ingrediente dentro da massa e o que significaria isso para a manutenção da saúde da família. Esse foi o principal diferencial para garantir a continuidade. A escola também teve um papel fundamental na construção do conhecimento agroecológico, na produção fitoterápica (sabonetes, xaropes e tinturas) e no reaproveitamento de materiais considerados como lixo (ex. garrafas pet).

As crianças são as multiplicadoras do seu aprendizado na comunidade e em sua própria casa. Em 2006, parte das famílias envolvidas inicialmente continuando fitoterápicos e a multimistura para comercialização (no Empório Kaeteh) outras famílias estão aderindo à idéia, e além da mudança de seus hábitos alimentares já é possível ver a melhoria de saúde nas crianças.



CAPÍTULO 4

ECOTERRA

ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO E AGROECOLOGIA – ECOTERRA

☛ Entidades envolvidas

- Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia Nos Municípios de Três Arroios, Aratiba, Barra do Rio Azul e Itatiba do Sul – ADATABI;
- Centro de Tecnologias Alternativas Populares – CETAP;

☛ Localização e contexto regional da experiência

Esta experiência está localizada em uma microrregião do Alto Uruguai Gaúcho que compreende 5 municípios, Três Arroios, Aratiba, Barra do Rio Azul, Itatiba do Sul, municípios onde morram as famílias agricultoras e Erechim que o município onde se situa a sede da associação para a comercialização direta dos produtos.

– Microrregião do projeto

Nessa microrregião existe uma diferenciação entre os municípios no que diz respeito ao meio físico e a situação sócio-econômica das famílias de agricultores.

Nos municípios de Aratiba, Barra do Rio Azul e Três Arroios, a declividade dos terrenos é acentuada, mas existem bastantes terrenos bons de menos declividade, com solos de média fertilidade, média profundidade e pouco pedregosos, aptos aos cultivos anuais. Nestes municípios, as famílias têm um nível econômico razoável por terem acesso mais fácil aos mercados de produtos agrícolas e pecuárias (devido à presença de estradas em melhores condições) e podem assim trabalhar sistemas de criações semi-intensivos a intensivos (suínos, aves e leite) além dos cultivos de grãos (milho, feijão, soja).

Em Itatiba do Sul, os terrenos são mais desgastados, em função da declividade mais acentuada, de quantidade maior de pedras, junto com um manejo mais inadequado, devido a uma pressão antrópica maior e a prática generalizada do duplo cultivo em terras inadequadas. Este município tem maior dificuldade de acesso aos espaços de comercialização, limitando a implementação de alternativas de criação, além da produção de grãos. Itatiba do Sul é considerado um dos municípios mais pobres da região.

Nesses municípios, as famílias contam em geral de 3 a 6 pessoas (muitas vezes com crianças de baixa idade e/ou pessoas aposentados presentes junto com o casal de agricultores ativos). O tamanho das propriedades é mais ou menos regular, com 15 a 20 hectares disponíveis por família (sendo 5 a 10 cultivados).

Como citado, na região predomina a produção de grãos e integrações de suínos, aves e mais recentemente gado leiteiro. Com essa cultura produtivista, com o passar dos anos cada vez mais agricultores estão deixando o meio rural e indo para as cidades na busca de uma “vida melhor”.

Ainda existe uma onda forte de que só a tecnificação total das propriedades poderá levar a viabilização dos agricultores como por exemplo: - Integrações em so-



mente uma área (hoje chamadas de parceria), aves suínos e leite, - Monocultivo de grãos altamente técnica (adubação química, sementes transgênicas...), sendo que este sistema exclui completamente a produção da biodiversidade na propriedade, levando os agricultores a não produzirem mais para sua auto sustentação alimentar, e sim comprem de fora sua alimentação.

Existem na região algumas entidades que há mais tempo estão buscando construir com agricultores familiares alternativas para a sustentação das famílias na roça, sendo a ECOTERRA uma destas organizações, já sendo fruto de um trabalho conjunto da ADATABI¹, CETAP² e CAPA³.

A ECOTERRA é uma organização sem fins lucrativos que foi construída com o objetivo de promover a agroecologia na região através do processo de comercialização direta dos produtos ecológicos das famílias que a compõem. Este processo tem trazido de volta para dentro das famílias o sentimento de ser agricultor novamente, pois através de sua organização promove a biodiversidade nas propriedades, fazendo com que os agricultores sintam a importância da produção de seu alimento, sua semente, sua adubação, do trabalho conjunto com a natureza e principalmente a valorização da família, da importância e valorização do trabalho de cada um.

O processo de organização da ECOTERRA sempre levou em conta a participação dos agricultores, respeitando as decisões tomadas nos espaços construídos pela organização e isto faz com que a associação consiga superar as dificuldades que são impostas para quem quer construir algo de novo e sustentável.

Concepção de Soberania e Segurança Alimentar da experiência

Atuamos baseados na concepção de que segurança e soberania alimentar significa que as famílias agricultoras e/ou comunidades rurais dependam muito pouco de recursos de fora do local (propriedade, comunidade, município, micro região) para se manterem. Soberania e segurança alimentar passam antes de mais nada pelo cuidado e valorização dos recursos naturais (solo, água, florestas...) e pela agrobiodiversidade local.

Para tal atuamos junto às comunidades e grupos na perspectiva de desenvolvimento da agroecologia, tendo três aspectos como sendo os centrais da nossa atuação. Primeiro Valorização, resgate e preservação da agrobiodiversidade local. Segundo valorização do trabalho e do papel da mulher trabalhadora rural e terceiro a construção de espaços alternativos de comercialização, e estes por sua vez baseados na idéia da consolidação de circuitos de comercialização.

Relato da experiência e abordagem das dimensões da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

– Diversificação da produção de alimentos e Agrobiodiversidade

Todas as famílias que fazem parte deste processo já haviam enfrentado algum

1 Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia nos municípios de Três Arroios, Aratiba, Barra do Rio Azul e Itatiba do Sul.

2 Centro de Tecnologias Alternativas Populares

3 Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor



problema de saúde referente ao uso de químicos, inviabilidade econômica por causa do monocultivo e má alimentação. Desta forma realizou-se um processo de formação que pudesse fazer com que as famílias refletissem na situação que elas estavam vivendo, levando em conta, alimentação e sua origem, sistema de produção da propriedade, a realidade econômica e o que leva a esta realidade e para quem os agricultores estavam trabalhando. Este processo fez com que os agricultores refletissem e se desafiassem a realizar mudanças em suas propriedades, buscando na agroecologia a sustentação e viabilidade das famílias, diversificando mais a produção baseada em sementes crioulas, e produzindo alimentos mais diversificados e saudáveis para auto sustentação alimentar da família.

– **Estabelecimento de novas relações de mercado**

Todo o processo de trabalho com essas famílias agricultoras, desde, a formação, experiências práticas, produção para auto sustentação alimentar, diversificação das propriedades, foi um trabalho que tinha no seu horizonte a comercialização diferenciada dos produtos oriundos destas famílias. Desta forma é que foi criada a associação regional ECOTERRA (Feira), através de grupos e famílias, que tinham tomado a decisão de fazer a conversão das propriedades para a agroecologia. Então a comercialização dos produtos destas famílias se daria em uma feira regional de comercialização de produtos ecológicos associadas na rede Ecovida de Agroecologia. Este processo coloca no caminho dos agricultores várias dificuldades, que através da organização foram sendo ultrapassadas e aparecendo novos desafios.

Hoje a ECOTERRA avançou de uma feira por semana, para um espaço diário de comercialização tendo a entrada de várias outras famílias neste processo, tendo como estratégia o aumento do número de famílias comercializando, para podermos aí então construirmos um planejamento de produção para cada família e a partir de então estabelecer o número de espaços de comercialização que queremos e que sejam nos bairros mais carentes de Erechim e Passo Fundo. Hoje a Ecoterra participa de uma feira regional em Passo Fundo (Coonalter), feira diária em Erechim, 2 pequenas feiras nos bairros de Erechim coordenadas por famílias do próprio bairro e mais 2 pontos de comercialização diária em outros 2 bairros de Erechim também coordenadas pelas famílias do bairro, onde nestes pontos as famílias participantes têm influência direta nos espaços em que comercializam pois são espaços criados por elas mesmas.

Além desta ligação com o público urbano nos pontos de venda, a Ecoterra está executando um projeto de compra antecipada do Fome Zero, com 181 famílias carentes ligadas a 5 entidades urbanas, onde a Ecoterra mantém uma relação mais próxima realizando atividades conjuntas com estas famílias.

– **Resgate de culturas alimentares**

Neste processo existem famílias de diversas etnias com diferentes hábitos alimentares sendo que parte da cultura alimentar foi mantida durante todas estas mudanças, mas com alimentos de fora da propriedade. O que vem acontecendo é que com o trabalho de diversificação alimentar das propriedades se retoma a diversidade na mesa com alimentos mais saudáveis, e com certeza começa-se a consumir alguns alimentos que já não eram mais consumidos e que hoje são produzidos nas propriedades.



CAPÍTULO 5

ASSEMA

ASSOCIAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO

Estratégias de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional nos Babaçuais do Médio Mearim

Sistematizadore(a)s:

Ronaldo Carneiro de Sousa¹

Sebastiana Gomes Sirqueira²

☛ Entidades envolvidas

- **ASSEMA - Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão**

☛ Localização e contexto regional da experiência

A ASSEMA - Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão, fundada por lideranças sindicais e comunitárias, trabalhadores e trabalhadoras rurais, mulheres quebradeiras de coco babaçu, é uma organização de natureza associativista e cooperativista, formada por sócios (as) individuais e coletivos (associações de assentamentos, cooperativas, grupos comunitários organizados, grupos e associações de mulheres, sindicatos, grupos associações de jovens rurais e escolas famílias agrícolas que utilizam a pedagogia da alternância).

No final dos anos 80, após um intenso e conflituoso período de resistência que as famílias sofreram para a reconquista das terras, surge a necessidade de criar uma organização com o objetivo de construir um processo organizativo de produção e de comercialização diferenciados do que vinha sendo trabalhado até então por essas famílias. Faz-se necessário lembrar que estas, encontravam-se desprovidas das ações de políticas públicas dos municípios, do estado e do governo federal.

A ausência dessas políticas comprometia a qualidade de vida das comunidades e causava uma forte ameaça à segurança alimentar e nutricional das famílias que passavam pelo doloroso processo dos conflitos agrários na Região do Médio Mearim.

Dessa ausência, surge então a necessidade de garantir orientação técnica qualificada e gratuita, acesso a política de créditos subsidiados, capacitação em gestão da produção e comercialização, planejamento dos projetos de assentamentos, bom acesso entre as comunidades e as sedes de seus municípios, saúde e educação para o campo, eletrificação rural e água potável.

Nesse contexto é fundada a ASSEMA, que direciona suas atividades para o desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar, associativismo e cooperativismo; atuando na Região do Médio Mearim Maranhense, mais precisamente nas áreas de assentamentos de reforma agrária, e assentamentos com outras características próprias que ASSEMA considera como tal.

1 Técnico em Agropecuária e Coordenador do Programa de Produção Agroextrativista da ASSEMA

2 Trabalhadora Rural, quebradeira de coco babaçu e presidente da COPPALJ, Cooperativa dos Pequenos produtores Agroextrativistas de Lago do Junco - MA



Para isso, desenvolve suas atividades baseadas em 05 (cinco) programas de trabalho: *Produção Agroextrativista*; *Comercialização Solidária*; *Políticas Públicas e Desenvolvimento Local*; *Organização de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu e Eixo da Juventude*; *Comunicação e Mobilização de Recursos Locais*.

Por intermédio desses programas, vêm sendo construídas alternativas sustentáveis de forma interativa e participativa nas comunidades/povoados rurais, proporcionando o fortalecimento das atividades da unidade familiar, bem como oferecendo melhoria na qualidade de vida, combinando o aumento da produção e da renda, conservando os recursos naturais, valorizando os espaços de intervenção das mulheres, buscando a equidade nas relações e nas ações entre os homens e mulheres agroextrativistas.

A ASSEMA vem ainda desenvolvendo estrategicamente um processo diversificado de produção, combinado com a espécie da palmeira do coco babaçu *Orbignia fharellata*, pois esta espécie era, e ainda é hoje, o recurso básico na geração de renda e principalmente na preparação dos alimentos das famílias que vivem nos campos desta região.

☛ **Concepção de Soberania e Segurança Alimentar da experiência**

O Sistema de Produção Agroextrativista trabalha com famílias em ações direcionadas para a recuperação e conservação do solo, dos animais silvestres da região, das plantas nativas e adaptadas; na valorização e otimização da reserva legal e das matas ciliares, respeitando as características da produção familiar, bem como, os conhecimentos e saberes local, adicionando novas técnicas e tecnologias experimentadas; incentivando a combinação da palmeira de babaçu com as criações de animais (pequeno, médio e grande porte), culturas anuais (arroz, milho, feijão e mandioca), hortaliças, espécies frutíferas e madeireiras e ainda com plantas aromáticas e medicinais, objetivando o resgate e valorização das sementes locais.

Nesta situação os insumos agroextrativistas vão gradativamente substituindo o uso das queimadas descontroladas; de maquinários pesados (tratores), das sementes híbridas; do capim brachiária (espécie brizantha) e dos agroquímicos.

Para as famílias agroextrativistas que fazem a ASSEMA, este sistema assim construído, representa a *garantia da soberania e da segurança alimentar e nutricional*, uma melhor condução e manejo dos recursos naturais, sustentabilidade, com aproveitamento integral da produção familiar e a consolidação da conquista da terra.

☛ **Relato da experiência e abordagem das dimensões da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**

O Programa de Produção Agroextrativista tem como objetivo principal, desenvolver alternativas econômicas para a produção familiar que seja sustentável a médio e longo prazo, utilizando racionalmente os recursos naturais, com práticas voltadas para os princípios agroecológicos (sócio-ambiental, econômico e cultural) e orgânicos, visando à diversificação da produção, bem como aumentando a produtividade e fortalecendo as garantias da segurança alimentar e da reprodução familiar. Para tanto tem ações direcionadas em sete municípios: Peritoró, São Luis Gonzaga do Maranhão, Esperantinópolis, Lago dos Rodrigues, Lima Campos, Lago do Junco e Capinzal do Norte.



Estrategicamente a organização envolve diretamente outras organizações locais, nas ações e nos processos de produção, de beneficiamento, de comercialização e de gestão. E ainda realiza a seleção das famílias para a ampliação dos sistemas de produção agroecológica, conjuntamente com os (as) diretores (as) da ASSEMA e lideranças locais que coordenam todo o processo.

Uma das ações para o fortalecimento da *garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional* é o cultivo orgânico de frutas tropicais com madeiras nativas combinada com a palmeira do coco babaçu. As frutas cultivadas são principalmente o abacaxi, banana, jenipapo, cupuaçu, jaca e manga.

As famílias que trabalham com as roças orgânicas¹, praticam a combinação de arroz, milho, feijão e mandioca com a palmeira de babaçu e leguminosas. Estes produtos são comercializados nas próprias comunidades por meio das cantinas².

Um outro espaço de produção, específico para o cultivo de plantas medicinais, é a farmácia viva. Coordenado pelo Grupo de Mulheres realiza a manipulação e preparação de remédios caseiros utilizados no tratamento de doenças humanas mais comuns da região, como verminoses, gripes, má digestão, escabiose de pele e outras, evitando assim a compra de farmacocômicos.

Ainda com o objetivo de fortalecer estratégias para a *garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional* das famílias, o Programa de Produção Agroextrativista juntamente com o **Programa de Políticas Públicas** por meio dos conselhos de articulação regional³ implantou dois bancos comunitários de sementes, localizados nos municípios de Esperantinópolis e Lago do Junco, que funcionam na forma de trocas e rotatividade de sementes, renovadas a cada ano, uma vez que as famílias já resgataram variedades de sementes que estavam consideradas desaparecidas na região, como é o caso da “melancia caiana”, do tomate “coração de boi”, rico em vitamina C, e a semente do “pepino caipira” cultivado por gerações e que hoje se encontra multiplicado por mais de cinquenta famílias. Esta política de resgate, da conservação e da troca de sementes locais (crioulas) tem se fortalecido a cada ano dentro de um processo participativo, produtivo e diversificado.

As quebradeiras de coco e agroextrativistas com jovens alunos e ex-alunos das Escolas Famílias Agrícolas dos municípios de Capinzal do Norte, Lago do Junco e São Luis Gonzaga do Maranhão, desenvolvem ações produtivas com a utilização de créditos alternativos, fortalecendo assim, os meios de criação de pequenos e médios animais, a produção de hortaliças e dos agroquintais.

A mobilização e repasse dos recursos funcionam em forma de rotatividade, onde a cada dois anos a família devolve o recurso corrigido, sendo então repassado para outras famílias que se encontram com propostas de melhoria na produção, já avaliadas e aprovadas pelo grupo de estudo das quebradeiras de coco babaçu e pelos técnicos (as) de Produção Agroextrativista.

1 Alternativa de produção em que as famílias trabalham com as sementes de culturais anuais do arroz, milho, mandioca, feijão e leguminosas adubadeiras, combinadas à palmeira do babaçu, sem a utilização de fogo, de agroquímicos, de adubos sintetizados e sem trator para o preparo da área.

2 Pontos de venda, coordenado pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco/COPPALJ, para trocas da amêndoa do babaçu por mercadoria diversas e para compra e venda dos produtos agrícolas locais.

3 Estes conselhos são formados por associações comunitárias, sócios individuais e coletivos, bem como parceiros e lideranças da ASSEMA e que tem o papel de discutir demandas locais e definir estratégias de intervenção de políticas públicas em escalas municipal, regional e estadual.



Já com os programas de Comercialização Solidária/PCS e de Organização de Mulheres/POM, as ações são nos aspectos da organização, gestão e processamento dos produtos provenientes do sistema de produção agroextrativista, denominado “núcleos de produção e de processamento”.

Ainda em parceria com as Cooperativas dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco/COPPALJ e de Esperantinópolis/COPPAESP, a ASSEMA desenvolve processos produtivos com dois núcleos:

- a) *processamento de óleo*: que é extraído das amêndoas do coco babaçu e gerenciado pela COPPALJ. Com a lei do livre acesso aos babaçuais (Lei Babaçu Livre) do município de Lago do Junco e com os resultados positivos dos serviços ambientais que as famílias estão garantindo no espaço produtivo das roças orgânicas, a COPPALJ conquista o selo orgânico para o óleo, tornando-o um produto diferenciado dos demais produzidos na região, permitindo assim um destaque no mercado nacional e internacional;
- b) *processamento de mesocarpo*: coordenado e gerenciado pela COPPAESP, tem a participação direta de quarenta mulheres, subdivididas em núcleos de extração em 04 comunidades. Neste processo, o coco antes de ser quebrado para a extração das amêndoas, passa pelo primeiro estágio: retirada do mesocarpo, em forma de flocos; em seguida é transportado para unidade central de processamento, localizada na sede do município de Esperantinópolis, onde é embalado no estágio de farinha. O produto é comercializado, em sua maior parte, na própria região por meio da venda direta para as escolas públicas municipais e estaduais, sendo utilizada na merenda escolar.

Lições aprendidas e perspectivas futuras

Ainda que adversidades como a eliminação dos babaçuais para implantação da agricultura convencional e dificuldades no planejamento da propriedade impeçam maiores avanços, é possível alcançar resultados significativos que vem garantindo a *soberania e segurança alimentar e nutricional da agricultura familiar* desta região, tais como:

- O fortalecimento e ampliação da lei “Babaçu Livre” no processo participativo e político, garantindo a conservação dos babaçuais, por meio da proibição de queimadas, do uso de agrotóxicos, além de permitir o livre acesso às propriedades privadas para a extração das amêndoas do coco babaçu;
- Maior adesão do número de famílias agroextrativistas nas discussões e proposições de políticas públicas, bem como na temática de gênero e geração;
- Os jovens com maior inserção nas discussões técnicas e políticas do agroextrativismo e cooperativismo, com grupos, já praticando a diversificação na produção agroextrativista;
- A conquista de novos mercados, bem como o fortalecimento do selo de certificação orgânica, agregando maior valor ao produto (óleo de babaçu) e gerando aumento na renda das famílias;



- A valorização e fortalecimento dos conhecimentos locais e de práticas alternativas;
- O aumento do número de variedades resgatadas e multiplicadas pelas famílias, garantindo maior diversidade de alimentos;
- Um aumento significativo da produção orgânica de grãos;
- As famílias associadas diretamente à ASSEMA, produzindo organicamente, totalizando uma área de 54,75 hectares com as culturas anuais de arroz, milho, feijão e mandioca; com fruticultura tropical: caju, abacaxi, banana, jaca e cupuaçu; com árvores madeireiras nativas e outras essências florestais;

– Dificuldades e potencialidades

Mesmo com as conquistas com base na matriz agroecológica, fatores limitantes tem dificultado a redução da insegurança alimentar, tais como:

- A transição agroecológica na região tem se dado num ritmo de descompasso, em que um grande número de famílias encontra-se em fase inicial de compreensão da transição, em relação a um pequeno percentual que se encontra num nível bem avançado na aplicação dos princípios agroecológicos;
- As propriedades nos assentamentos são pequenas, em média 14 hectares, e com a fertilidade laminar dos solos bem reduzida, desequilibrada em fósforo e com PH entre 4,5 e 5,0, nesse caso, a cultura do arroz é que menos tem se destacado no item produtividade dentre as demais culturas. Aliado a isso ocorrem ainda as queimadas como o principal meio de produção;
- A influência negativa das secretarias de agricultura na distribuição de sementes híbridas e impróprias para o sistema de produção agroextrativista;
- O distanciamento dos centros acadêmicos com a realidade local na extensão e construção de pesquisas direcionadas para o campo da agroecologia.

A ASSEMA vem se fortalecendo e consolidando alternativas de produção agroextrativista, baseada nas seguintes potencialidades, para ampliação das estratégias de soberania e segurança alimentar e nutricional:

- A adesão de famílias num estágio de conversão já adotando parte dos princípios agroecológicos nas suas unidades de produção;
- Os créditos alternativos e rotativos que têm proporcionado a inserção participativa de jovens e mulheres na produção agroextrativista proporcionando o aumento da renda familiar;
- O mercado para o óleo certificado de babaçu que vem crescendo e proporcionando maior demanda;
- O mesocarpo que vem atingindo novos mercados, como o da compra direta para merenda escolar (Programa de Aquisição de Alimentos);



- O aumento da diversificação da produção agroextrativista que tem proporcionado alimentos durante todo o ano;
- O Banco de Sementes que tem garantido o resgate e a multiplicação de variedades locais;
- A Lei do Babaçu Livre, como instrumento político que tem permitido a sensibilização de organizações locais públicas e civis para a conservação e o livre acesso aos babaçuais;

A experiência apresentada é fruto de 18 anos de trabalho e que vem sendo consolidada com recursos, em sua grande maioria, não governamentais, apresentando resultados que tem garantido melhores níveis de segurança alimentar e nutricional, bem como gerado renda para famílias inseridas nesta região.

Por esse motivo as políticas públicas precisam estar comprometidas e voltadas para o fortalecimento de iniciativas de produção includentes como as que a ASSEMA e muitas outras organizações que trabalham com princípios agroecológicos no Estado do Maranhão vem desenvolvendo. Aumentando de tal forma os desafios para uma agricultura familiar fortalecida junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais inserindo orçamentos para estimular, desenvolver e consolidar iniciativas como esta aqui apresentada que vem garantindo maior qualidade e diversidade de alimentos equilibrados na mesa das famílias dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e quebradeiras de coco.

Bibliografia Consultada:

ASSEMA, Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão. Plano Trienal de 2006 a 2008 – Pedreiras, 2005.

ASSEMA, Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão. Relatório Institucional – Pedreiras, 2006.

ASSEMA, Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão. Relatório do Programa de Comercialização Solidária – Pedreiras, 2006.

ASSEMA, Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão. Relatório Anual do Programa de Produção Agroextrativista – Pedreiras, 2007.

Contatos:

Telefone: (99) 36422061/ 2152

e-mail: assemaproducao@ig.com.br e gentedefibra@assema.org.br



CAPÍTULO 6

POLO SINDICAL DE BORBOREMA

A pamonhada na casa de Dona Nenê: agricultura familiar construindo a segurança alimentar no semi-árido

Sistematizadore(a)s:

Paula Almeida

Roberval Silva

Luciano Silveira

Marilene Melo

*“Ninguém educa ninguém.
Ninguém educa a si mesmo.
As pessoas educam entre si, mediatizadas pelo mundo”
Paulo Freire*

Entidades envolvidas

- Pólo Sindical de Borborema

Localização e contexto regional da experiência

O modelo de desenvolvimento, historicamente proposto pelas elites do país, sempre se centrou na forte concentração de renda e de recursos naturais. Essa opção torna-se ainda mais visível no campo, onde podemos observar que o acesso a terra sempre foi monopólio de um pequeno grupo de pessoas.

Em meados da década de 1960, em nome da “modernização” da agricultura, o Estado ofereceu aos produtores rurais um farto volume de créditos subsidiados que, no entanto, vinham intimamente atrelados ao uso de um pacote tecnológico. Esse pacote combinava o uso de sementes melhoradas ou híbridas com adubos químicos e venenos. Todos esses incentivos procuravam estimular principalmente as culturas de exportação como a cana, o café e a soja, ou seja, desta forma incentivavam também a monocultura e, portanto, os grandes latifúndios.

A chamada “modernização” da agricultura gerou inúmeras e profundas consequências aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nessa época, quase que desapareceu os sistemas de parcerias, os moradores de fazendas e os regimes de meia. A mão-de-obra agrícola foi substituída por máquinas e as culturas alimentares (milho, feijão, fava e outros) pelas culturas de exportação.

O dinheiro fácil e barato oferecido pelo governo estimulou ainda mais a concentração de terras, atingindo diretamente os agricultores familiares que, muitas vezes, foram pressionados a abandonarem ou venderem suas terras. A “modernização”, portanto, impulsionou um processo intenso de migração dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para as cidades. Como consequência desse processo, foi percebida, nos grandes centros urbanos, uma queda da oferta global de alimentos, prin-



principalmente frente ao aumento da demanda dos mesmos. Muitas pessoas que antes produziam seus alimentos ou parte deles viam-se agora obrigadas a comprá-los.

Aqueles agricultores e agricultoras que tentaram acompanhar o modelo de desenvolvimento proposto pelo Governo Federal foram completamente vencidos pela concorrência e acabaram por vender suas terras para saldar suas dívidas. E aqueles que resistiram, tiveram suas terras reduzidas, principalmente por herança e partilha. A redução das terras promoveu uma intensa pressão sobre os recursos naturais que, somada ao uso indiscriminado do pacote tecnológico imposto, configurou uma grave crise de insustentabilidade ambiental, social e alimentar.

Particularmente no Nordeste, as políticas governamentais de combate aos efeitos da seca sempre foram excludentes. Privilegiando a solução hidráulica, as elites buscavam realizar grandes obras hídricas promovendo a concentração da oferta de água e do poder local. O modelo de desenvolvimento escolhido e executado pelo Estado foi, portanto, retirando dos agricultores e agricultoras seus principais instrumentos de trabalho: a terra e todo seu conhecimento sobre o ambiente e a forma de trabalhar. Foram-lhes, assim, privado o direito e a autonomia de sustentar sua família, de produzir seus alimentos bem como a capacidade de gerar renda suficiente para sua compra. Ao negar aos agricultores e agricultoras o direito a terra, a sua cultura e a sua agricultura, foram-lhes negado também o direito universal à alimentação adequada, em quantidade e qualidade.

– **Agroecologia e agricultura familiar: a experiência do Pólo Sindical da Borborema**

Indignados diante do quadro de exclusão social, da degradação cultural e ambiental, da antiquada estrutura agrária e da conseqüente crise de segurança alimentar configurada pelas opções de desenvolvimento tomadas pelo país, surge, na Paraíba, um grupo de organizações de agricultores e agricultoras que iniciam um intenso processo de construção coletiva de um novo modelo de desenvolvimento rural - o Pólo Sindical da Borborema.

Articulando mais de 15 municípios do estado, o Pólo Sindical vem, desde 1996, atuando na construção de um modelo alternativo de desenvolvimento a partir do resgate e da valorização dos conhecimentos produzidos e acumulados pelos agricultores e agricultoras familiares, buscando transformá-los em propostas de políticas públicas.

Os agricultores e agricultoras familiares, ou seja, aquele grupo em que a terra e o trabalho apresentam-se estreitamente relacionados com a família, passam a ser, portanto, os principais motores da promoção do desenvolvimento local. E, ao negar os pacotes tecnológicos impostos pelas entidades públicas de pesquisa e extensão, o Pólo Sindical faz a opção de fundar-se nos princípios da Agroecologia como base técnica e científica para configuração dessa proposta política alternativa. Baseando-se, principalmente, na valorização das experiências concretas e inovadoras das famílias para a convivência com o semi-árido.

No ano em que se instala o novo Governo Federal, Luis Inácio Lula da Silva presidente, a sociedade é então convidada a participar ativamente do Mutirão Social Contra a Fome. O combate à fome, não é uma luta fácil. É, sobretudo, uma luta pela superação da pobreza e da desigualdade social postas historicamente pelo modelo de desenvolvimento, o qual falamos a pouco.



Assim, o Pólo Sindical acredita que a construção coletiva desse novo modelo, baseado na justiça social, no desenvolvimento humano e na sustentabilidade ambiental irá permitir construir também um trabalho permanente de luta contra a fome. Neste momento, convidamos vocês a conhecerem as propostas que estamos desenvolvendo na Paraíba e que vão de encontro às propostas do Programa Fome Zero, do Governo Lula. A partir de agora, convidamos todos a marcharem conosco em uma só luta, na luta por uma Paraíba com segurança alimentar!

☛ Concepção de Soberania e Segurança Alimentar da experiência

A segurança alimentar, sem dúvida, é uma ação contra a fome, mas é também uma ação que busca garantir a todos o acesso a água e a alimentos básicos (arroz, feijão, milho, macaxeira) de qualidade e em quantidade suficiente para uma pessoa comum poder exercer uma vida digna e saudável.

No campo, o combate à fome é antes de tudo uma briga por terra, pelo direito fundamental da terra de trabalho, da terra do sustento da família. Colocando-a à serviço das necessidades dos agricultores e agricultoras, a reforma agrária devolverá a eles a condição de zelar por sua mãe-terra e em seu chão poder voltar a plantar e colher seus frutos.

☛ Relato da experiência e abordagem das dimensões da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Na casa da família de Dona Nenê, no Agreste da Borborema, todos acordaram cedo. Era dia de pamonhada¹. Seu Chico foi para o roçado quebrar milho da variedade pontinha, muito boa para fazer pamonha. As sementes foram herança deixada por seu avô. Dona Nenê e seus filhos se preparam para receber os vizinhos: pegam água na cisterna construída bem no oitão da casa com os recursos de um sistema de micro-crédito comunitário, colhem verduras na barragem subterrânea cultivadas utilizando adubos naturais, cozinham a galinha de capoeira do terreiro. Os vizinhos chegam justo na hora em que as filhas de Dona Nenê regam a horta de plantas medicinais com o reaproveitamento da água da cozinha. Elas aprenderam em uma visita de intercâmbio com outras agricultoras e agora ensinam para a comunidade. Um dos vizinhos elogia a diversidade de plantas que existe no quintal e a quantidade de árvores no sítio. Para almoçar ainda puderam escolher se comeriam fava (*Phaseolus lunatus*) ou feijão (*P. vulgaris*) e, como sobremesa, tiveram doce de caju. Dona Nenê tem orgulho e comenta: “na nossa mesa tudo vem da roça e é natural”.

Na casa de Seu José Cosme, também no Agreste da Borborema, é dia de plantio, mas não há semente. Ao acordar, seu José pede a seu filho mais velho, Zeca, para comprar semente. Dona Corrinha foi buscar água no carro pipa. Mas antes pediu a filha para que fosse na bodega comprar cuscuz para o café da manhã. A terra da família é muito pequena e eles são obrigados a arrendar terra do fazendeiro. Além disso, a cada ano ela fica mais fraca. Para pagar a bodega e a semente, a família foi obrigada a vender o boi mas espera pelo dinheiro da aposentadoria para comprar um novo bezerro.

¹ Pamonhada é uma festa típica quando são feitas várias comidas a base de milho verde, sendo uma delas a pamonha. As pamonhadas ocorrem nas comemorações de São João e São Pedro, comuns no Nordeste.



Essas rápidas passagens de histórias familiares contrastantes foram extraídas da peça de teatro “A pamonhada na casa de Dona Neném” elaborada e encenada em várias oportunidades por agricultores e lideranças religiosas que integram o Grupo de Teatro do Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, uma articulação de organizações de agricultores e agricultoras (entre sindicatos, associações, pastorais, grupos informais etc) de 16 municípios. Com ela o grupo teve por objetivo favorecer a **construção social do conceito de segurança alimentar** a partir do vínculo entre as experiências concretas promovidas pelas famílias e a realidade local vivenciada pela agricultura familiar. Embora imaginárias, as duas famílias representadas simbolizam a real dualidade existente entre aquelas que vêm participando ativamente das dinâmicas de inovação técnica e sócio-organizativa e as que ainda vivem em uma situação extrema de insegurança alimentar.

A família de Dona Nenê representa as 4.000 famílias que vêm desenvolvendo experiências inovadoras a partir do intenso processo de experimentação e disseminação de inovações técnicas e organizativas estimulado pelo Pólo desde 2000 com vistas a construir um novo modelo de desenvolvimento rural, baseado na noção de convivência com o semi-árido.

Nesse processo, os agricultores e as agricultoras estão resgatando variedades de sementes adaptadas a sistemas tradicionais de consórcio de cultivos e se organizando em bancos de sementes comunitários; desenvolvendo e implementando inovações de captação e armazenamento de água para beber e para produção agrícola; resgatando e melhorando o manejo de seus quintais de verduras, frutas, plantas medicinais e frutíferas e criação de aves; rearborizando suas propriedades através de implantação de sistemas como cercas vivas, bosques, árvores nos roçados e sistemas agroflorestais; produzindo e armazenando forragem de plantas nativas e testando e aplicando grande diversidade de defensivos e adubos naturais nas hortaliças, frutíferas e roçados.

As famílias estão se preparando melhor para receber as águas que caem da chuva, valorizando a rica fonte de biodiversidade e conhecimentos, o que transforma solo e água em uma explosão de vida produtiva de alimentos, plantas medicinais, forragens e adubos. Para garantir que o alimento não falte mesmo durante a estiagem estão armazenando crescentes volumes de água nas cisternas, nos tanques de pedra e barreiros; milho, feijão e farinha nos silos e ainda fabricando doces e compostas para a sobremesa. Estão armazenando forragens e plantando nativas forrageiras para que o gado, os bodes e as ovelhas continuem produzindo leite e carne.

No conjunto, são experiências que proporcionam maior segurança alimentar às famílias porque aumentam a quantidade e a diversidade de alimentos produzidos nas propriedades, proporcionam maior resistência à seca garantindo a estabilidade da produção e, por fim, tornam as famílias mais autônomas já que se baseiam em recursos materiais e de conhecimentos disponíveis localmente.

O Pólo tem atuado junto às bases das organizações a ele vinculadas no sentido de elaborar, defender e executar um projeto para a transformação da agricultura na região. A construção desse projeto e a sua apropriação por um número crescente de organizações e famílias vêm se dando com base no mesmo princípio pedagógico adotado na peça de teatro. Importantes conceitos para a leitura da realidade e a ação sobre ela vão aos poucos sendo elaborados a partir da interpretação dos fatos



concretos do cotidiano das famílias de agricultores. Como diz Paulo Freire “O próprio discurso teórico, necessário a reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática.”. Nesse processo dialético de construção social de um projeto próprio de desenvolvimento, a experimentação das inovações diretamente pelas famílias e comunidades rurais joga um papel pedagógico determinante.

Redes locais de agricultores-experimentadores vinculam a prática e a teoria das inovações por meio da disseminação de um amplo e descentralizado processo social de experimentação e da multiplicação das iniciativas de intercâmbio baseadas na dinâmica “de agricultor a agricultor”. Organizadas a partir de temas e coordenadas por comissões compostas por lideranças do Pólo (que também são agricultores-experimentadores), essas redes horizontais têm sido capazes de promover sínteses de seus acúmulos concretos nos planos técnico, metodológico e político. Foi justamente com base nesse processo que a noção de agroecologia foi aos poucos se delineando como referência concreta para a promoção de um projeto coletivo de desenvolvimento fundamentado na sustentabilidade socioambiental e na convivência com o semi-árido.

A partir da posse do Presidente Lula, em janeiro de 2003, quando a problemática da fome e da desnutrição foi colocada na agenda nacional num lugar de destaque, o Pólo foi desafiado e estimulado a se apropriar do conceito de segurança alimentar e nutricional de forma a demonstrar para o conjunto da sociedade o impacto das inovações agroecológicas na superação de causas estruturais geradoras de insegurança alimentar. Em outras palavras: seu desafio era o de defender a implementação de políticas públicas orientadas para o fortalecimento do projeto de desenvolvimento rural que vinha construindo e implementando no Agreste da Paraíba.

– **A família de Dona Nenê viaja pelo Nordeste: a trajetória da construção do conceito**

No Pólo ocorreu um evento contando com a participação de 70 lideranças sindicais e comunitárias, que centrou esforços para colocar suas experiências acumuladas a serviço da construção coletiva dos conceitos de segurança e de soberania alimentar, assim como a elaboração de propostas e orientações de políticas públicas voltadas para a superação das condições estruturais que perpetuam o quadro de insegurança alimentar vigente. Um dos produtos deste evento foi a formulação de um documento com contribuições do Pólo para o Programa Fome Zero sendo encaminhado para subsidiar representantes da Sociedade Civil na primeira reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), em Brasília.

Os caminhos percorrido por esses debates foram se diversificando e alcançando espaços cada vez maiores. Do Agreste da Borborema, avançou para o estado da Paraíba chegando ao conjunto do semi-árido brasileiro. Este projeto de transformação foi sendo tecido com base na valorização das experiências, dos indivíduos e de suas organizações, através da utilização de instrumentos como a peça de teatro, intercâmbios de agricultor para agricultor, feiras de experiências e produtos da agricultura familiar, sistematização e publicação das experiências familiares e comunitárias. Esta trajetória e seus resultados se entrelaçam com as apresentações da peça “A pamonhada na casa de Dona Nenê”.

Tanto a reflexão acumulada como o enfoque metodológico do evento de for-



mação do Pólo foi valorizado no II Encontro Paraibano de Agroecologia (EPA) organizado pela Articulação do Semi-árido Paraibano¹, evento este que contou com 100 lideranças agricultoras de 77 municípios do estado. No EPA ampliou-se o texto elaborado pelo Pólo dando lugar a um documento da Articulação paraibana intitulado "Contribuições da Sociedade Civil da Paraíba ao Programa Fome Zero²". Este documento e a reflexão acumulada se constituiu numa referência importante para o evento fundador do Fórum Estadual de Segurança Alimentar que teve a presença de representantes dos diversos segmentos da sociedade civil e de autoridades competentes ligadas ao governo federal

Como decorrência desses eventos de lideranças da agricultura familiar foi organizada uma grande mobilização a favor de uma *Paraíba com Segurança Alimentar: livre de transgênicos e agrotóxicos* realizada no dia 25 de julho de 2003, em Campina Grande. Na mobilização, estiveram presentes mais de 1500 agricultores e agricultoras de todo o estado.

Logo depois, a Paraíba acolheu o IV ENCONASA (Encontro Nacional da Articulação do Semi-árido Brasileiro), que reuniu cerca de 600 pessoas, sendo a maioria agricultores portadores de experiências de 11 estados do semi-árido brasileiro. Com o tema "*Agricultura familiar construindo a segurança alimentar no semi-árido*", o evento se destacou pelo caráter inovador já que sediou uma grande feira de experiências de convivência com o semi-árido. A presença marcante de agricultores(as) portadores de experiências concretas preencheu o evento com uma rica fonte de inspiração e legitimidades qualificando os debates e evidenciando a importância dos agricultores na produção de conhecimentos assim como, de seu papel protagonista no processo de desenvolvimento. O evento culminou com a atualização da Carta Política da ASA-Brasil que sugere aos governantes encamparem propostas de políticas de soberania alimentar que estão sendo desenvolvidas pela sociedade civil organizada.

Por outro lado, mais do que contribuir nas instâncias da sociedade civil, esta grande marcha dos agricultores para a construção de propostas concretas para a promoção da segurança alimentar foi capaz de influenciar na própria institucionalidade do Programa Fome Zero. Isto se deu na Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

A Articulação do Semi-árido Paraibano, pelo seu rico acúmulo no tema, foi convocada a exercer um papel ativo de animação no processo de construção de propostas de políticas para a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, quando se repetiu a metodologia já testada e aprovada: a peça com a história de Dona Nenê e Seu Cosme, as trocas de experiências etc. O Evento e os seus produtos publicados (Caderno de Experiências e Diretrizes) evidenciam o amadurecimento das inovações dos agricultores familiares vinculados ao Pólo e à ASA-PB e a clareza e segurança com que estas pessoas expressam seus resultados concretos e relevantes.

Na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrida em Olinda-PE, em março de 2004 mesmo com sua heterogeneidade social obedeceu ao

1 Rede de organizações da sociedade civil paraibana, incluindo ongs e organizações de agricultores que vem formulando políticas de convivência com o semi-árido a partir do conhecimento e realidades locais. Tanto o Pólo Sindical da Borborema como a AS-PTA são partes integrantes desta rede.

2 O Fome Zero é um programa criado pelo Governo Lula para combater a fome, a miséria e suas causas estruturais, que geram a exclusão social. Ele foi concebido para garantir a segurança alimentar de todos os brasileiros e brasileiras. O programa Fome Zero reúne um conjunto de políticas públicas que envolvem os três níveis de governo e a sociedade civil.



princípio da valorização das experiências populares de enfrentamento da fome. E lá estava “A pamonhada na Casa de Dona Nenê” mostrando a realidade das famílias com segurança e insegurança alimentar no semi-árido.

Foi a partir da trajetória da construção social do conceito de segurança alimentar que houve um melhor diagnóstico da realidade, ou seja, os agricultores estão construindo a segurança alimentar no semi-árido: as experiências transformadoras e estruturantes já existiam e indicam o caminho, bastava o poder público enxergar. A concretização do conceito potencializou as organizações dos agricultores familiares que se identificaram como sujeitos da mudança e qualificou as experiências, classificadas não somente como de convivência com o semi-árido e agroecológicas, mas também produtora de alimentos para a população.

Este processo educativo formulado e gerido pelos próprios agricultores e agricultoras nos deixa a certeza de que as formas de enfrentar estruturalmente a insegurança alimentar não estão somente na mudança do modelo agrícola mas sim, e fundamentalmente, no aumento da capacidade dos próprios indivíduos intervirem sobre sua própria realidade, ou seja, no aumento dos graus de auto-determinação. Por isso estão eles mesmos na construção social de um projeto de desenvolvimento ecologicamente sustentável, economicamente viável e que guarda sua identidade cultural.

As experiências transformadas em políticas

– **Água: um direito de todos**

As experiências de captação da água das chuvas em centenas de propriedades e comunidades através de métodos simples, baratos e de comprovada eficiência técnica já demonstraram a importância da descentralização das estruturas de abastecimento d’água para a segurança alimentar e hídrica das populações do meio rural paraibano. Esses métodos vêm se disseminando rapidamente no Agreste através dos fundos rotativos solidários geridos pelas próprias comunidades. Atualmente o Pólo conta com uma rede de 230 fundos que já viabilizou a construção de 1.835 cisternas domésticas garantindo fácil acesso à água de boa qualidade às famílias beneficiadas.

As cisternas foram incorporadas às políticas públicas chegando a configuração do Programa de Um Milhão de Cisternas, P1MC, o qual o Pólo Sindical e das Organizações de Agricultores Familiares da Borborema faz parte. Este programa, que é gerido pela Articulação do Semi-árido Brasileiro com recursos do Governo Federal, vem demonstrando a capacidade da sociedade civil de formular, negociar e executar políticas de grande alcance de forma a descentralizar a oferta hídrica a partir da mobilização comunitária.

– **Cultivando a vida: um roçado de sementes da paixão**

O Pólo conta com 76 bancos de sementes comunitários que beneficiam diretamente 3.000 famílias. Este é outro exemplo da capacidade das organizações da sociedade civil em formular e implementar soluções técnicas e sócio-organizativas ajustadas aos problemas vivenciados pela agricultura familiar do semi-árido. Por



meio desses bancos, as famílias sócias têm garantido sementes de qualidade e na hora certa para o plantio, livrando-se dos riscos da insegurança alimentar em razão da perda do ano agrícola. Os bancos e os estoques familiares de sementes funcionam também como guardiões estratégicos das variedades adaptadas, conhecidas como as sementes da paixão. Conservar as sementes da paixão é um importante serviço que a agricultura familiar está prestando para a segurança alimentar da sociedade e para a autonomia tecnológica de nossa agricultura.

O Pólo faz parte da Rede Estadual de Bancos de Sementes da Articulação do Semi-árido, que tem conquistado avanços políticos. Desde 1998 vem estabelecendo convênios com o governo do Estado da Paraíba para abastecimento dos bancos com sementes de variedades locais e em 2004, graças a uma parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), foram armazenadas 161 toneladas de sementes de variedades locais.

– Terra e água

Inúmeros são os frutos que a reforma agrária pode nos dar, a criação de empregos rurais, de condições de produção ou de geração de renda para compra de alimentos são resultados imediatos. Para tanto, faz-se necessária uma reorientação das políticas públicas para fortalecimento da agricultura familiar, garantindo-se uma política agrícola que privilegie ações de convivência com o semi-árido em bases agroecológicas, apoio técnico contínuo e de qualidade, linhas de crédito adequadas e condições de saneamento básico, eletrificação, educação, saúde, moradia e previdência social.

O Pólo Sindical da Borborema defende a reforma agrária em favor dos agricultores e agricultoras que querem trabalhar a terra, promovendo, desta forma, a descentralização dos recursos e também do poder. Ou melhor, a reforma agrária no semi-árido deve ser capaz de democratizar tanto o acesso a terra como também à água.

Ao contrário das políticas públicas de recursos hídricos que buscam as grandes obras como alternativa de convivência com o semi-árido, o Pólo Sindical acredita que se são muitas as águas para o sustento da casa, também devem ser multiplicadas e descentralizadas suas fontes de oferta. Isto deve ser realizado a partir da valorização das experiências existentes e da construção de infra-estruturas que permitem acabar com a sujeição aos carros-pipa e aos políticos durante os períodos críticos de seca.

As cisternas de placas aparecem como o ponto forte dessas ações, garantindo o pronto acesso a água de beber para as famílias. A água, que agora passa a ser captada da chuva, é oferecida ao lado da casa em quantidade e qualidade. Inúmeros são os benefícios trazidos pela cisterna para a família, sua vida e alimentação.

Por si só, a água de qualidade já é um alimento precioso e fundamental para o desenvolvimento de uma vida saudável. Porém, as cisternas ainda permitiram aliviar o trabalho da família, principalmente o trabalho feminino, que pode ser valorizado em outras áreas de produção. Além do recurso, que antes usado para beber, poder ser agora valorizado em outros espaços como o quintal de plantas medicinais, nas hortas ou nas fruteiras.

Para garantir melhor produção de alimentos para a família e para os animais, o Pólo Sindical vem incentivando a construção de barragens subterrâneas. Essas barra-



gens são aquelas em que a água fica armazenada debaixo da terra, evitando assim sua rápida evaporação. Muitos são os depósitos de que essas barragens foram capazes de transformar a alimentação das famílias e em alguns casos foram contadas mais de 30 plantas diferentes entre fruteiras, verduras e ração existentes em um desses espaços.

O Pólo Sindical da Borborema ainda incentiva ações como a construção de tanques de pedra para armazenamento de água de boa qualidade; construção de barreiros para captação da água dos rios, riachos, estradas e outros que podem ser amplamente utilizados na criação dos animais, no fornecimento da água do gasto de casa, na criação de peixes etc. Ainda incentiva práticas conservacionistas como a implantação de curva de nível que pode melhor aproveitar as águas que caem no chão, garantindo maior segurança na produção, além de evitar a erosão dos solos.

– **Cultivando a vida: um roçado de sementes da paixão**

As diferentes qualidades de vida cultivadas por Deus em nossa terra são chamadas pela ciência de biodiversidade. A biodiversidade (as plantas e os animais da natureza), assim como a terra e a água são consideradas elementos fundamentais para a vida. Entretanto, na região do Pólo Sindical da Borborema, o que podemos notar é um desaparecimento quase que por completo da mata nativa da região.

Diante disso, os agricultores e agricultoras vêm desempenhando um importante papel de resgate e valorização dos recursos naturais bem como de todo o conhecimento associado ao seu uso. Pesquisam, redescobrem, utilizam, multiplicam e divulgam para todos da comunidade e da região as plantas de remédio, frutas da natureza, plantas usadas como ração, aquelas boas de estaca, boas de lenha, aquelas que servem de cercas vivas, as sementes da paixão, as raças de animais mais adaptadas à região e muito mais. Muitos já possuem como compromisso o plantio dessas novas sementes que, mais do que fazer crescer nosso roçado, representam a continuação da vida, da vida de nossa família.

E por falar em sementes, comecemos por elas. O Pólo Sindical entende que a diversidade de sementes da agricultura é essencial para a segurança alimentar. Mas elas precisam ser as nossas sementes, aquelas que vêm da tradição e que estão adaptadas a nossa região, as sementes da paixão. Para tanto, o Pólo Sindical vem estimulando a formação dos Bancos de Sementes Comunitários que são estoques de sementes variadas e de boa qualidade que estando disponíveis, podem ser plantadas no rastro da chuva. Isto tem trazido aos agricultores e agricultoras significativa independência, livrando-os das politicagens.

Todas as sementes são armazenadas nos Bancos e também em casa, no estoque familiar, sem o uso de qualquer veneno. Essa prática traz saúde alimentar e economia para o bolso.

A diversidade de sementes armazenadas tanto em casa como nos Bancos também é grande responsável por garantir mesa farta. Principalmente diante da instância das chuvas na região, ter qualidades diferentes de semente aumenta a chance de lucrar nos anos pouco chovedores.

Plantar diversificado e sem veneno é outra ação que o Pólo vem divulgando. O grupo de cultivos ecológicos vem incentivando cada vez mais os agricultores a usarem produtos alternativos no controle e tratamento de pragas e doenças. Muitos



cursos já foram realizados tanto na região do Pólo como no litoral, médio e alto sertão sobre caldas e biofertilizantes.

Livres do veneno, os agricultores e agricultoras vêm produzindo alimentos de melhor qualidade tanto para suas famílias quanto para os consumidores. Essa prática gera reflexos profundos na saúde da família que além de passar a consumir alimentos limpos, deixa de entrar em contato com os venenos que causavam graves doenças físicas e mentais e, inclusive, morte. Também são percebidas alterações significativas na saúde da terra e da água que, agora livres desses produtos, passam a responder com maior eficiência.

Para ajudar a terra ficar cada vez mais forte, o Pólo Sindical vem incentivando o reflorestamento a partir do estímulo à produção de mudas em viveiros familiares e comunitários. Para tanto, o Pólo busca entender, apoiar e divulgar as diversas estratégias dos agricultores familiares com a recuperação, uso e manejo das árvores nos diferentes espaços da propriedade.

Todos os anos, são produzidas e distribuídas inúmeras mudas de plantas da natureza (aroeira, pau d'arco, angico, camunzé, juazeiro, umbuzeiro e outras) e também aquelas de fora e que estão adaptadas ao clima como gliricídia, nim, moringa. Elas são plantadas como cercas vivas, na formação de bosques, no meio do roçado e cumprem múltiplas funções na agricultura. Servem como quebra-vento, no tratamento de água, lenha, estaca, sombra, mas também são muito utilizadas na alimentação da família e como ração para os animais.

Os animais desempenham papel fundamental na sustentabilidade da agricultura familiar principalmente na época dos períodos prolongados de estiagem. A criação representa importante fonte de alimentos para a família (leite, ovos, carne) além de ser uma garantia de dinheiro para qualquer eventualidade. Diante da importância que os animais cumprem para a agricultura, o Pólo vem incentivando também inúmeras ações que vêm potencializar a criação.

Assim, é realizado principalmente um trabalho para aumento da disponibilidade de ração, privilegiando aquelas épocas mais críticas do ano. São distribuídas mudas e sementes de plantas, bem como são realizados estudos e encontros para se entender e avaliar o papel que as plantas da natureza desempenham na alimentação dos animais. O armazenamento e o beneficiamento das rações também é ponto chave para regularizar sua oferta e manter a criação forte e sadia.

Por fim, o Pólo gostaria de destacar o relevante trabalho desempenhado pelas agricultoras com a saúde e a alimentação das famílias. Antes de relacionar as ações por elas desempenhadas, faz-se necessário o entendimento de que para superação da luta contra a fome, precisa-se, antes de mais nada, valorizar o papel que as mulheres vem cumprindo na produção e na transformação dos alimentos, bem como ressaltar sua imensa sabedoria sobre o uso dos recursos naturais.

Talvez de todas as ações incentivadas pelo Pólo, aquelas realizadas pela comissão de saúde e alimentação são as, que de forma mais direta, atingem as famílias e crianças mais necessitadas e com graves problemas nutricionais. São realizados mutirões comunitários de confecção de multimistura. A multimistura é uma farinha enriquecida com elevado valor nutricional e medicinal. Essa farinha é distribuída para crianças até 5 anos de idade, gestantes e idosos. Na região, várias mães dão depoimentos emocionados mostrando como a multimistura deu novamente a vida a seus



filhos que morriam por desnutrição.

O resgate e a valorização das plantas medicinais também são ações das mulheres. Neste trabalho, são potencializados os espaços femininos e as hortas medicinais ou faxinas tornam-se verdadeiras farmácias na porta de casa. Para o melhor aproveitamento dessas plantas, foram realizados no início do ano de 2003, cursos de fabricação de remédios e já estão sendo montados alguns pequenos laboratórios. A partilha do conhecimento também é um aspecto interessante do trabalho e passa a ser ampliado através da produção e troca de mudas de plantas medicinais, fruteiras, ração e outras.

Buscando melhorar a saúde da família e a maior independência financeira para as mulheres, ainda são incentivados o aproveitamento dos quintais com o plantio de verduras e fruteiras sem o uso de veneno e também a criação de animais de terreiro. As galinhas, guinés e patos são fontes ricas de proteínas e vitaminas quando consumidos seus ovos ou suas carnes. São também fontes de dinheiro para as mulheres que muitas vezes compram desde material escolar para seus filhos como também algum complemento alimentar para a família. As frutas da natureza estão sendo aproveitadas e beneficiadas por um grupo grande de mulheres. Delas são feitos várias receitas de doces, licores, sucos e remédios.

Com essas e outras ações o Pólo Sindical vem semeando e cultivando a vida. Vem plantando e colhendo frutos na esperança de que todos possam ter o direito a uma mesa farta de alimentos sagrados.

– Alimento sagrado

Os agricultores e agricultoras, mas do que ninguém, possuem o dom de transformar o chão, a água, as plantas e animais em alimentos sagrados que enchem suas mesas e saciam a fome do povo do sítio e também da cidade.

Ao longo dessa marcha, as ações do Pólo foram nos demonstrando que a seca e seus efeitos não são fatores determinantes da insegurança alimentar no Nordeste. Pelo contrário, a verdadeira segurança alimentar depende da capacidade de cada família de produzir e guardar, em suas casas ou comunidades, alimentos, rações, sementes e água; poder produzir e guardar enfim reservas para garantir uma vida digna mesmo nas épocas de carestia.

Esse trabalho nos deixa claro que a luta contra a fome não é possível sem uma agricultura que seja sustentável e que preserve o meio ambiente, garantindo o direito da família de continuar cultivando o chão, a sua terra de trabalho. O desenvolvimento rural e a redistribuição de terra são, como vimos, soluções centrais para o problema da fome no país. E a agroecologia vem demonstrando ser, ao longo destes anos, o caminho mais certo a ser trilhado para a conquista dos nossos objetivos e os das gerações futuras.

O conhecimento e a troca de informações são os insumos mais importantes nesse trabalho, e os agricultores e agricultoras do Pólo Sindical já sabem disso. A solidariedade entre as pessoas e a partilha do conhecimento tem sido responsáveis pela formação de uma enorme corrente de ações que tem feito esse trabalho crescer na região e também em outros estados e até outros países. A formação dos agricultores e a comunhão do conhecimento vêm fortalecendo suas organizações, o que só contribui para impulsionar o desenvolvimento da agricultura familiar e da agroecologia.



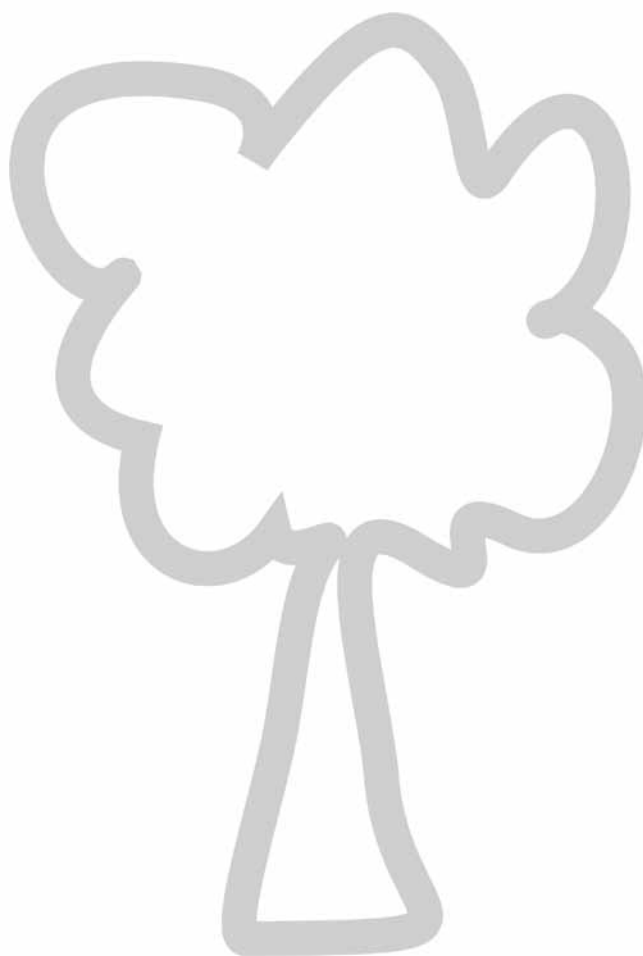
É desta forma que o Pólo Sindical da Borborema vem trabalhando a fim de assegurar a todos um regime alimentar equilibrado e diversificado, de qualidade e em quantidade, valorizando sempre os gostos e os alimentos regionais que são transformados pelas próprias mãos das agricultoras e agricultores.

Bibliografia Consultada:

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

II Encontro Paraibano de Agroecologia: carta política. Lagoa Seca-Pb: Articulação do Semi-árido Paraibano. 2003.

Por uma Paraíba com Segurança Alimentar: livre de transgênicos e agrotóxicos. Campina Grande –Pb: Pólo Sindical da Borborema. 2003





CAPÍTULO 7

CASA DA MULHER DO NORDESTE

Mulheres Produtoras – Produzindo Alimentos e Gerando Renda no Semi-árido (uma experiência em quintais produtivos)

☛ Entidades envolvidas

- **Casa da Mulher do Nordeste** – Tem como missão o empoderamento econômico e político das mulheres a partir da perspectiva feminista. Através do Programa Mulher e Vida Rural vem fomentando processos de construção de conhecimentos em parceria com grupos de mulheres na região do Pajeú. Na sua concepção ideológica adota como princípios a agroecologia, o feminismo e a economia solidária;
- **Comissão de Mulheres dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão do Pajeú** – organização das mulheres no movimento sindical – fomenta o processo de organização e luta das mulheres trabalhadoras rurais exerce o papel de articulação e difusão das experiências das mulheres no espaço organizativo e de construção de políticas públicas para a agricultura familiar, especialmente para as mulheres.

☛ Localização e contexto regional da experiência

A experiência vem sendo desenvolvida em quatro municípios da micro-região do Pajeú no estado de Pernambuco: São José do Egito, Afogados da Ingazeira, Tabira e Flores.

O Sertão do Pajeú está localizado na região semi-árida do Nordeste brasileiro, distando 380 km da capital – Recife.



A micro-região do Sertão do Pajeú situa-se na bacia do Rio Pajeú que corta a maioria dos 17 municípios que constituem a micro-região. Os riachos afluentes do Rio Pajeú consistem na principal fonte hídrica na região. Desses riachos depende grande parte da produção de alimentos na agricultura familiar, seja pela intensificação de cultivos nas áreas de solos de aluviões, seja pelo aproveitamento de água de poços amazonas ou represas do rio Pajeú. Se por um lado a riqueza hídrica da região favorece



a produção de alimentos durante o ano inteiro, por outro lado a questão agrária é um elemento de tensão e ameaça à promoção da segurança e soberania alimentar na região devido ao plantio em escala de verduras e intenso uso de agrotóxicos pela agricultura patronal e criação extensiva de animais, bem como o monocultivo. As áreas mais nobres estão nas mãos da agricultura patronal e a agricultura familiar formada por minifúndios. Outro elemento é a aceleração da degradação ambiental, a densidade demográfica da região, o que exerce forte pressão no ambiente e acelera o processo de desequilíbrio ambiental, comprometendo a capacidade de regeneração e equilíbrio natural na região e conseqüentemente a produção de alimentos.

Um dos maiores problemas sócio-econômicos da região reside na precariedade da organização produtiva. Em ambos os sistemas, patronal ou de base familiar, o desconhecimento sobre o semi-árido é um dos fatores que determina a dificuldade de convivência com a região.

As políticas de crédito e de assessoria técnica para a agricultura familiar ainda são incipientes, de difícil acesso e não atendem às necessidades e especificidades dos diversos sujeitos que constituem essa agricultura de base familiar: mulheres, homens, jovens e as diversidades étnico-racial, constituindo-se assim em instrumentos excludentes e desiguais.

Do ponto de vista cultural, o trabalho produtivo realizado pelas mulheres no âmbito da agricultura familiar é fortemente subestimado pelas fontes estatísticas oficiais, pois se parte da premissa que a dinâmica de trabalho da mulher restringe-se às tarefas da casa. Assim, de atividade principal, por determinação ideológica da matriz patriarcal de gênero, o trabalho doméstico passa a ser considerado, como a única ocupação das mulheres. Isso tem um importante significado político, econômico e social, esclarecendo que esse modo de produção incorpora, do ponto de vista estrutural, o trabalho de homens e mulheres. Portanto, se faz necessário incorporar uma análise crítica da unidade familiar, que se estrutura no modo patriarcal, determinando às mulheres uma condição de submissão e de desvalorização que se reproduz em todas as dimensões da vida social, cultural, econômica e política. É nesse contexto adverso que a experiência dos quintais produtivos tem possibilitado a visibilidade do trabalho produtivo das mulheres e fortalecido a produção de alimentos limpos, protagonizando as mulheres agricultoras e estimulando sua organização autônoma e construindo conhecimentos a partir da prática das mulheres como sujeitos produtivos.

Concepção de Soberania e Segurança Alimentar da experiência

Nossa concepção de segurança e soberania baseia em quatro dimensões essenciais:

- 1- *Dimensão de quantidade* – é necessário um consumo mínimo de calorias, proteínas e vitaminas essenciais para uma vida ativa e saudável;
- 2- *Dimensão de regularidade* – comer todos os dias, alimentos nutritivos.
- 3- *Dimensão de qualidade* – acesso a alimentos limpos de agroquímicos, diversificados e naturais e educação alimentar para o consumo de alimentos regionais;



4- *Dimensão de dignidade e autonomia* – ter autonomia sobre a produção de alimentos, domínio das sementes, preservação de espécies diversificadas, respeito à cultura alimentar regional, produzir com excedente para comercialização e viabilização de outros alimentos que não são possíveis produzir como também atender a outras necessidades básicas. Outro elemento que consideramos essencial para a dignidade e autonomia alimentar é o acesso de água potável para o consumo humano e preparo dos alimentos.

☛ Relato da experiência e abordagem das dimensões da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

O projeto “Mulheres Produtoras – Produzindo alimentos e gerando renda no semi-árido em quintais produtivos nasce do processo de discussão do acesso à terra pelas mulheres e da divisão sexual do trabalho na agricultura familiar junto à comissão de mulheres trabalhadoras rurais do pólo sertão do Pajeú. Teve como base de definição para a proposta o diagnóstico realizado pela Casa da Mulher do Nordeste em parceria com as Comissões de Mulheres dos STR da região: “As Relações de Gênero na Agricultura Familiar no Sertão do Pajeú” em 2003. No diagnóstico as 790 entrevistadas reafirmam sua identidade de sujeito produtivo na agricultura familiar, ao mesmo tempo que denunciam sua exclusão dos processos decisórios na produção e no acesso à terra, meios de produção, crédito e comercialização.

Os quintais das casas constituíam o espaço produtivo, diversificado e com imensa conservação da agrobiodiversidade de frutíferas, hortaliças, plantas medicinais, ornamentais, além da criação de pequenos animais como galinha, pato, peru, porco, ovelha, cabras... esse espaço se constitui numa diversa produção de alimentos para o auto consumo e na geração de renda para as mulheres, todavia não era visto nem valorizado pela assessoria técnica o que implicava na ausência de investimento na infra-estrutura hídrica para a produção. Dessa discussão nasce a proposta dos quintais produtivos tendo como estratégias o aproveitamento de água usada, fortalecimento da infra-estrutura hídrica, diversificação da produção de alimentos para o auto consumo e para os animais. O quintal consiste num espaço de produção de proteína, vitaminas, remédios para o consumo das famílias, além de contribuir com a soberania na reprodução desses alimentos através do banco de sementes onde as mulheres não só guardam como trocam e doam para outras mulheres na comunidade.

Com o excedente da produção as mulheres têm construído novas relações de mercado com sua inserção nas feiras agroecológicas da região em parceria com outras instituições: Diaconia e CECOR. A comercialização direta aos consumidores e a decisão sobre o dinheiro gerado já é uma realidade na vida dessas mulheres. Outros espaços de comercialização estão sendo experimentados.

A Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú tem se constituído em um espaço de comercialização em rede numa perspectiva solidária. São comercializadas frutas, verduras, raízes, cereais, produtos beneficiados como doces, queijo, geléia, compotas, artesanatos, plantas medicinais, carnes, ovos dentre outros produtos. A rede tem se constituído numa grande estratégia de articulação, construção de conhecimentos, troca de experiências e empoderamento econômico e político das mulheres agricultoras de base familiar na região do Pajeú, fortalecendo as mulheres como sujeitos



produtivos nesse modo de vida tornando-as difusoras da agroecologia, economia solidária e equidade social a partir da desconstrução das desigualdades de gênero.

☛ Lições aprendidas e perspectivas futuras

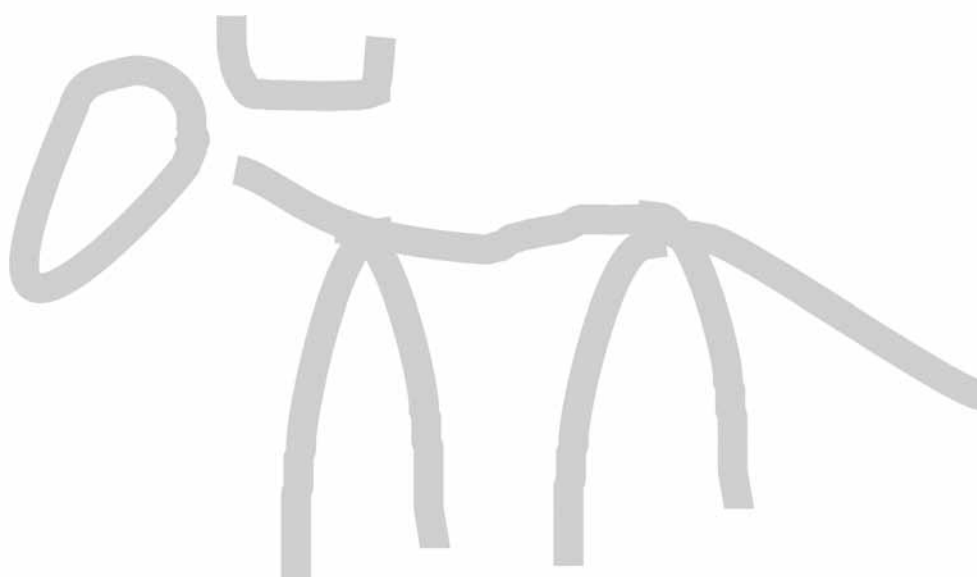
No caminho percorrido para a construção dessa experiência muitos têm sido os desafios. Não é fácil, numa cultura patriarcal que reservou para as mulheres o que é privado, reprodutivo como seu papel social, construir processos produtivos e reflexão do significado econômico, político e social para as mulheres. A falta de oportunidade de construção de conhecimentos na área produtiva e a baixa estima das mulheres são elementos preponderantes que determinam as relações de poder no âmbito familiar. E é preciso saber intervir nessa cultura, encarar os conflitos que são naturais em qualquer processo de reorganização de relações humanas: seja na família, na sociedade, na política...

- *Lições aprendidas* – A construção dessa experiência tem constituído um efetivo espaço de construção de conhecimento. O saber acumulado pelas mulheres para garantia da segurança e soberania alimentar desde o cuidado com as sementes, a agrobiodiversidade para produção de alimentos num pequeno espaço de pertencimento delas, o quintal, até o preparo dos alimentos tem constituído numa reflexão sobre estratégias de sobrevivência e a necessidade de resgatar antigos hábitos de consumo e na dieta alimentar das famílias. Reconhecer que na família existem relações de poder e opressão das mulheres tem se constituído no aprendizado para o enfrentamento dos conflitos gerados a partir da construção de autonomia das mulheres nos processos produtivos e econômicos. Entender que não é possível construir ações para garantia da segurança alimentar, se não reconhecermos as mulheres como sujeitos produtivos não reforçando a histórica divisão sexual do trabalho, não reafirmando o papel reprodutivo das mulheres, mas oportunizando seu empoderamento, reconhecendo seus saberes e investindo na formação e acesso aos meios de produção, tecnologias e investindo na equidade de gênero na primeira instituição social que constitui esse modo de vida e de produção: a família.
- *Resultados colhidos* – aumento da agrobiodiversidade nos quintais, diversificação e qualificação da dieta alimentar das famílias, elevação da auto-estima das mulheres, geração de renda para as mulheres a partir da inserção do excedente da produção nas feiras agroecológicas e na loja da Rede de Mulheres produtoras do Pajeú, construção de conhecimentos agroecológicos com as mulheres, melhoria no manejo dos quintais com implementação de tecnologias adaptadas aumentando a produção e otimizando o uso da água para a produção de alimentos.
- *Estratégias utilizadas* – organização autônoma das mulheres como espaço de reflexão de sua condição social nos diversos espaços, inclusive na família como estratégia de empoderamento para sua atuação nos espaços coletivos mistos e na reconstrução do seu ser mulher e agricultora. Investimento nas atividades produtivas das mulheres valorizando seus saberes e visibilizando



seu trabalho junto a sua família, priorização da construção do conhecimento como instrumento de empoderamento e geração de autonomia, estímulo a diversificação na produção de alimentos nos quintais, investimento do pensar político das mulheres sobre as ameaças à nossa soberania alimentar pela lei de patentes e pela modificação genética dos alimentos e sementes.

- *Impacto nas comunidades* – visibilidade do trabalho das mulheres, estímulo para outras mulheres através do relato de suas experiências e da difusão de tecnologias e práticas agroecológicas.
- *Dificuldades encontradas (internas e externas ao processo)* – Sem dúvida, as maiores dificuldades estão no campo cultural. A cultura patriarcal no âmbito da agricultura de base familiar consiste num grande desafio do descobrir caminhos para desconstrução dessa cultura. A pouca compreensão da necessidade de perceber o conflito como elemento fundamental nos processos de mudanças por parte de outros atores sociais externos dificulta o avanço da perspectiva de pensar o empoderamento das mulheres como um processo fundamental para garantia de uma reflexão política e crítica dos processos de dominação não só das mulheres mas da nossa soberania alimentar, da nossa cultura alimentar, da nossa biodiversidade da nossa identidade. É preciso entender que o que está em jogo não é uma disputa de gênero, mas a disputa por um modelo de sociedade e uma matriz ideológica no campo da produção, da relação com o meio ambiente, da nossa soberania e da felicidade humana, pois no modelo posto pelo capitalismo, pelo patriarcado e pelo modo de produção do agronegócio, não é possível romper com as relações de poder que oprimem e segregam segmentos sociais causando exclusão e extremas desigualdades sociais.



CAPÍTULO 8

SASOP

SERVIÇO DE ASSESSORIA A ORGANIZAÇÕES POPULARES RURAIS

Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional na Promoção da Agricultura Familiar Agroecológica na Região de Sobradinho/Juazeiro¹

Sistematizadore(a)s:

Márcia Maria Pereira Muniz²

Carlos Eduardo de Souza Leite³

Entidades envolvidas

- O **SASOP** atua na região de Sobradinho/Juazeiro em parceria com as organizações de agricultores familiares, ONGs e pastorais na implementação de atividades de convivência com o semi-árido, tendo como enfoque o desenvolvimento rural em bases agroecológicas.
- Os **Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - STRs⁴** têm um papel fundamental na disseminação das práticas que estão sendo experimentadas no nível local pelas famílias diretamente beneficiadas pela ação. A Rede de Mulheres⁵ tem contribuído na discussão das relações de gênero e valorização do papel das mulheres nas diferentes atividades realizadas. As cooperativas⁶ têm um papel fundamental de geração de renda através das atividades de beneficiamento e comercialização. As Paróquias⁷ têm contribuições relevante de suporte às atividades de educação alimentar e em parceria com os STRs têm ainda um papel fundamental no trabalho com bancos de sementes comunitários e na gestão do P1MC⁸.

Localização e contexto regional da experiência

O SASOP trabalha na região semi-árida desde 1989, atuando especificamente no município de Campo Alegre de Lourdes (CAL), inicialmente com foco em apicultura. Somente em 1997 que se incorpora em seu Programa de Desenvolvimento Local a Segurança Alimentar e Nutricional como estratégia de intervenção.

1 Esta sistematização foi elaborada a partir dos documentos produzidos pelo Sasop.

2 Assistente Social, coordenadora do Programa de Desenvolvimento Local do Semi-Árido

3 Engenheiro Agrônomo, Coordenador Geral do Sasop.

4 Sindicato dos Trabalhadores Rurais: Campo Alegre de Lourdes, Remanso.

5 Rede de Mulheres – Grupo Informal que atua nos municípios de Remanso, Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Sobradinho e Juazeiro com a temática Mulher e Gênero.

6 COAPICAL – Cooperativa dos Pequenos Apicultores de Campo Alegre de Lourdes. COAPRE – Cooperativa Agropecuária do Pólo Remanso, é uma cooperativa regional.

7 Paróquia de Campo Alegre de Lourdes

8 Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência para o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais



Embora as atividades estejam atualmente concentradas em dois municípios – Campo Alegre de Lourdes e Remanso – a organização tem trabalhado em atividades pontuais nos municípios de Pilão Arcado, Casa Nova e Sento Sé, fortalecendo assim a disseminação progressiva de suas propostas.

A região se caracteriza pela ocorrência de anos sucessivos de seca e tem resultado na fragilização dos sistemas agrícolas familiares tradicionais baseados em culturas temporárias de pouca

resistência à escassez de chuvas, como o milho, o feijão e a mandioca. As práticas inadequadas de preparação do solo como as queimadas têm contribuído para o agravamento das limitadas condições naturais dos solos da região.

Por outro lado, a pecuária extensiva predominantemente de caprinos e ovinos permanece com baixa produtividade devido à fragilidade no trato com os animais e falta de melhoramento do rebanho. A associação da degradação ambiental com o empobrecimento dos (as) agricultores(as) familiares do semi-árido nordestino redundou em um círculo vicioso de insustentabilidade que em algumas regiões vem produzindo situações de pobreza absoluta e a degradação generalizada das economias e mesmo dos núcleos familiares, com o crescente êxodo para as zonas urbanas. Este é o caso da região de Juazeiro / Sobradinho, localizado no semi-árido baiano.

Os investimentos públicos na região destinados ao setor agropecuário são, na maioria das vezes, controlados pelos grupos políticos e econômicos dominantes e contribuem para a concentração de renda e exclusão dos agricultores familiares. Estes privilegiam os projetos de irrigação associados à implantação de pólos de desenvolvimento com base em monoculturas agroquímicas de exportação, que geraram contrapartidas sócio-ambientais negativas, acentuando a histórica diferenciação social no meio rural e degradando o meio ambiente⁹.

No que diz respeito ao clima, as três estações desta região têm fortes impactos na vida das famílias dos agricultores familiares: o inverno, período das chuvas (dezembro a março), o verão (abril a julho) e a seca (agosto a novembro). No verão começa o racionamento dos alimentos, uma vez que a família se alimenta apenas das reservas de alimentos produzidas no inverno, e não há excedente para geração de renda neste período. No período de seca a situação da segurança alimentar das famílias torna-se insatisfatória, começam a acabar as reservas de alimentos do inverno. Neste período os pequenos animais são vendidos para possibilitar a compra de gêneros alimentícios básicos. O período mais crítico do ponto de vista da segurança alimentar é o do final da seca – primeiras chuvas – período em que as famílias não possuem qualquer reserva alimentar e financeira e usam as sementes que restaram

⁹ Os projetos de irrigação têm capacidade de beneficiar menos de 4% das terras do semi-árido brasileiro, ficando claro o caráter excludente desta política.



para plantar nas primeiras chuvas.

Nos anos em que a precipitação anual alcança valores bem abaixo da média, o estoque familiar de alimentos e de sementes é enormemente afetado. As sementes acabam sendo destinadas ao consumo alimentar das famílias, pois são as únicas fontes disponíveis de alimento. Isso por vezes acaba comprometendo e mesmo inviabilizando a produção do ano seguinte, agravando o ciclo de seca e fome e aumentando o risco de erosão genética das variedades locais.

☛ **Concepção de Soberania e Segurança Alimentar da experiência**

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional vem sendo construído de forma participativa levando em conta a percepção e compreensão dos agricultores e agricultoras a partir da experiência de convivência com o semi-árido, baseado em práticas de produção agroecológica que tem demonstrado ser um mecanismo fundamental de redução da vulnerabilidade e da insegurança alimentar.

No conjunto das suas ações no município de Campo Alegre de Lourdes, o SASOP buscou dinamizar o desenvolvimento das comunidades rurais a partir, basicamente, da diversificação dos sistemas produtivos, do apoio a atividades geradoras e renda orientada a melhorar o perfil alimentar e nutricional dessa população. Com a preocupação de influenciar na formulação de políticas públicas, o Sasop juntamente com seus parceiros, busca disseminar essas experiências para além do espaço comunitário, integrando no debate de desenvolvimento sustentável da região.

Com o tempo o SASOP foi aprimorando a sua compreensão da Segurança Alimentar e do seu papel no contexto de intervenção. Desta forma definiu a sua ação neste campo da seguinte forma: “aumentar, em quantidade e qualidade, a disponibilidade, acesso e consumo de alimentos das famílias”. Para tal, a estratégia definida tinha duas vertentes:

- Melhorar o sistema produtivo com maior diversidade de produtos para o autoconsumo e para comercialização.
- Diversificar a dieta alimentar, permitindo uma alimentação nutricionalmente mais equilibrada, com aproveitamento dos alimentos disponíveis localmente.

☛ **Relato da experiência e abordagem das dimensões da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**

– **Métodos de Intervenção**

No primeiro momento na estratégia de segurança alimentar, o enfoque era voltada para o espaço comunitário, com o passar do tempo os parceiros assumindo um papel importante nesse processo, um dos exemplos foi a constituição do Fórum Social em Campo Alegre de Lourdes que reúne diversas organizações, e o tema Segurança Alimentar e Nutricional tem ocupado um debate central nos debates e proposições.

Assim no plano regional foi constituída a Comissão Regional de Segurança Alimentar da região de Juazeiro. A Comissão é um órgão colegiado consultivo, de representantes do poder público e da sociedade civil organizada, vinculado ao Conse-



Ibo de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia – CONSEA-BA, formado pelos municípios de Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Pilão Arcado, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso, Sento-Sé, Sobradinho e Uauá. Dois membros da Comissão também participam do Consea Estadual.

A estratégia de intervenção tem evoluído para o desenvolvimento das capacidades dos(as) agricultores(as) e de suas organizações para que se tornem atores de seu processo de melhoria de condições de vida. Isso se dá através de uma variedade de atividades que vão desde capacitações em temáticas relacionadas com produção e beneficiamento, a um processo de aprendizagem na prática de experimentação, de intercâmbio agricultor (a) a agricultor(a), de intercâmbio com organizações que atuam na área de segurança alimentar e agroecologia e da participação em eventos e reuniões de articulações e nos espaços de participação relacionados com a temática de segurança alimentar e agroecologia.

Nas atividades desenvolvidas no plano municipal o método de intervenção que vem sendo construído pelo SASOP consiste na concentração inicial da ação em dois municípios (Campo Alegre de Lourdes e Remanso) onde o trabalho do SASOP já se encontra mais consolidado e sua expansão progressiva para três municípios vizinhos: Pilão Arcado, Casa Nova e Sento Sé. Nestes últimos municípios o SASOP já iniciou algumas atividades pontuais e está acompanhando alguns grupos de agricultores (as).

O desenvolvimento das atividades se dá por duas vias: trabalho direto com famílias de agricultores(as) e o trabalho em parceria com as organizações locais. Para cada atividade produtiva e de beneficiamento se estabelece algumas etapas metodológicas, que funcionam num ciclo constante de ampliação de famílias e consolidação do trabalho com as famílias já envolvidas: mobilização de famílias/organizações parceiras para implementação de experiências; capacitação de grupos comunitários; experimentação e/ou implementação da prática pelos grupos comunitários; Visitas de acompanhamento técnico e processos disseminação da experiência. Além do Fundo Rotativo que apóia a aquisição de equipamentos para grupos de interesse.

O SASOP tem feito um esforço no sentido de incorporar as questões de gênero em todo seu processo de intervenção, o mesmo tem perpassado o conjunto de suas atividades, desta forma o trabalho é feito com a família, onde a equipe incentiva e favorece a participação das mulheres e dos jovens. Também se faz um esforço para identificar e valorizar o trabalho das mulheres na unidade familiar. Neste processo é permanentemente estimulada a participação e valorização do papel das mulheres na implementação das diferentes atividades, desde a garantia de equilíbrio de gênero em reuniões e seminários, até às atividades produtivas e de beneficiamento, inclusive através da criação de grupos informais de mulheres.

As atividades na área de educação nutricional e também produtiva (quintais produtivos, beneficiamento de alimentos, hortas comunitárias e familiares, apicultura) têm privilegiado as mulheres e hoje fazem parte de grupos, traçam e definem projetos produtivos. A Rede de Mulheres tem sido uma parceira que tem contribuindo na organização desses grupos e também nas discussões de gênero.

No trabalho de educação alimentar as mulheres tem tido um papel relevante na disseminação das experiências agroecológicas. Assim o SASOP adotou a estratégia de formar monitores de Segurança Alimentar e Nutricional, através de diversas capacitações intercaladas com ações diretas nas comunidades, possibilitando que as



monitoras aprofundassem seus conhecimentos sobre o tema e interagissem com os agricultores e agricultoras.

O Sasop trabalha com o método que privilegia um processo de construção de conhecimentos a partir da união entre a teoria e a prática das inovações técnicas, combinando a formação e a experimentação em uma dinâmica única e indissociável, privilegiando o aprender fazendo.

– A Trajetória da Experiência

A experiência foi iniciada em 1989 no Semi-Árido, especificamente no município de Campo Alegre de Lourdes, a partir da assessoria técnica em apicultura ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, visando à melhoria da renda e do padrão alimentar.

Em 1995 foi realizado um Diagnóstico Rápido e Participativo de Agroecossistemas (DRPA) em comunidades rurais do município o qual identificou vários pontos críticos no sistema produtivo que resultavam em precárias condições de alimentos, baixa produtividade agrícola, escassez de opções de produtos, baixo preço de venda no comércio local e condições de armazenagem ruins. Este esforço de interpretação compartilhada da realidade, enfocando diferentes aspectos da vida das famílias, foi o primeiro passo no desenho de uma intervenção mais ampla.

Em 1997 o SASOP iniciou esta intervenção, com o objetivo de trabalhar a sustentabilidade das famílias do ponto de vista ecológico, econômico, social. Neste momento a lógica da intervenção baseava-se na busca de melhorias nos sistemas produtivos. Tais melhorias envolviam, basicamente, adoção de práticas que não degradassem o meio ambiente, aumento da produtividade e diversificação do sistema produtivo

Em 1997-98 foi realizado um Diagnóstico Participativo da Segurança Alimentar e da Situação Nutricional, com o intuito de completar o levantamento anterior com informações mais focalizadas neste tema. (SASOP 1998). Estas atividades envolveram as famílias e algumas instituições parceiras. Esse Diagnóstico, possibilitou o acesso a muitas informações sobre deficiências na alimentação das famílias, bem como o padrão de relação delas com as diversas atividades produtivas e o ambiente do Semi-Árido:

- Irregularidade da disponibilidade e acesso a alimentos nas diferentes épocas do ano.
- Baixa qualidade dos alimentos, principalmente nas épocas de escassez de chuva, quando a dieta é constituída basicamente de alimentos energéticos e deficientes em proteínas e micro-nutrientes.
- Problemas agropecuários devido à produção vegetal e criação animal não adaptada às condições climáticas e ambientais locais, tendo baixa produtividade e causando uma progressiva degradação do ecossistema.
- Renda familiar muito reduzida oriunda de produtos para subsistência.
- Baixa disponibilidade de água de qualidade.
- Processo organizativo dos agricultores deficiente, dificultando as ações conjuntas.



- Ausência de uma prática de conservação de alimentos que garanta disponibilidade e acesso durante os períodos de escassez.
- Baixo aproveitamento dos recursos locais na alimentação
- Baixa auto-estima das mulheres e pouca valorização do trabalho feminino.

Os principais problemas identificados nestes diagnósticos estabeleceram as bases para a ação do Sasop. Servindo para a construção de uma lógica de intervenção consideravelmente mais ampla, onde se buscou integrar um conjunto de elementos relacionados tanto às condições produtivas como as alimentares e nutricionais das famílias. A estratégia era que diferentes ações se articulassem em um sistema, oferecendo às famílias recursos técnicos necessários para enfrentar os problemas de produção, organização e comercialização agropecuária, de um lado, e o aproveitamento, a conservação e a diversificação dos recursos locais, de outro.

– **Estratégia Institucional**

A estratégia de Segurança Alimentar que vem sendo construída pelo Sasop e suas organizações parceiras, tem buscado trabalhar o sistema produtivo, visando à garantia da produção de alimentos para o auto consumo e a geração de renda que possibilite o acesso a alimentos não produzido pela família, desta forma, a intervenção envolve um conjunto de ações. São elas:

- Educação alimentar;
- Diversificação e qualificação dos sistemas de produção;
- Disseminação de praticas e experiências agroecologicas
- Fortalecimento das organizações locais
- Articulação regional

As três primeiras se combinam na atuação direta nas comunidades. As outras duas se referem mais à irradiação do trabalho.

A estratégia de intervenção do Sasop vem se adequando, incorporando novos conteúdos que são importantes para a garantia da segurança alimentar e nutricional, neste processo tem buscado definir com maior clareza os objetivos, as estratégias e os indicadores de resultados para o monitoramento. No primeiro momento o projeto estava centrado em aspectos produtivos como estratégia para garantir uma alimentação mais adequada às famílias, sem considerar outros fatores que podem influenciar na segurança alimentar e nutricional.

Uma mudança na estratégia de intervenção levou em conta a necessidade das famílias passarem a utilizar os recursos locais em sua dieta, a partir da realização de atividades de educação alimentar. Essas priorizaram discussões em torno dos quintais produtivos, concebidos como espaço de reprodução social complementares, sob responsabilidade das mulheres. O objetivo era otimizar os recursos locais na alimentação, considerando que têm, muitas vezes, valores nutricional superiores aos produtos adquiridos externamente. Serve de exemplo o milho integral, que é vendido e depois comprado na forma de farinha de milho com menos proteínas, e óleo; e



o mel, que é mais nutritivo que o açúcar comprado, e o leite, pouco consumido de cabras, mas adquirido na forma de leite em pó.

O Programa de desenvolvimento local do Semi-Árido vem consolidando sua estratégia de segurança alimentar e nutricional com ênfase nas seguintes dimensões:

– **Diversificação da produção de alimentos e agrobiodiversidade**

A grande maioria das famílias vive da agricultura (a roça) e da criação de animais, com o complemento de outra(s) fonte(s) de renda. Estas fontes adicionais são mais diversas: o trabalho assalariado, a aposentadoria, mas também atividades de extração de mel ou madeira, um pequeno comércio, etc.

» **A criação de caprinos e ovinos**

Sendo a criação de ruminantes um elemento central dos sistemas de produção da Agricultura Familiar, o SASOP vem atuando neste campo desde 1997. Embora existam nos rebanhos algumas cabeças de bovinos, os rebanhos de caprinos e ovinos são, de longe, os mais importantes. O sistema de criação é extensivo, com um investimento mínimo do criador, tanto em tempo quanto em recursos financeiros.

Diagnosticou-se numa certa altura uma grande mortalidade de animais jovens, o que provavelmente tem uma relação bastante estreita com a presença de verminoses nos rebanhos¹. Isto determinou que a primeira atividade promovida pelo SASOP neste campo fosse o seu controle. Tenta-se, com maior ou menor sucesso, tornar esta prática rotineira através de grupos de vermifugação. As deficiências da infra-estrutura das propriedades também concorrem para fragilizar e diminuir o rendimento do rebanho, prejudicando, sobretudo, a saúde dos animais. Para enfrentar este problema o SASOP buscou melhorar o chiqueiro e o aprisco.

Também se trabalha o aumento da oferta forrageira, na medida em que se observou uma carência na oferta em certas épocas do ano. Para tal o SASOP incentivou o plantio de culturas forrageiras anuais (o sorgo e o andu,) e perenes (capim elefante, palma e, em menor medida, o capim buffel). Experimentou-se com “bancos de proteína”². Também está trabalhando com o beneficiamento de forragem, com o financiamento e implantação de máquinas forrageiras e unidades de produção de raspa de mandioca para ração.

Sendo que a caatinga é um recurso crucial para os sistemas de criação, vem sendo realizada experimentação manejo de caatinga, que busca aumentar a sua produtividade e assegurar a sua conservação.

– **Bancos de Sementes Comunitários (BSC)**

A Campanha da Semente é uma iniciativa da Paróquia de CAL. A mesma teve início por volta de 1991 foi pensada como uma forma de evitar que as famílias perdessem as primeiras chuvas, ou até o ano agrícola, ao não terem sementes para plantar. A idéia inicial era de emprestar uma quantidade de sementes de milho e feijão de

1 A mortalidade de animais jovens, sobretudo antes do desmame, pode ter outros motivos. Por exemplo, a ocorrência de partos “no mato” facilita sobremaneira a ação de predadores como o gato do mato ou o carcará.

2 O “banco de proteína” é uma área cercada plantada com espécies forrageiras de alto valor protéico. Utiliza-se esta forragem em pastoreio direto controlado (um período diário de 2 horas, por exemplo) ou ainda no sistema de corte para fornecer no cocho.



corda à família que, depois de colher, devolveria esta quantidade para um “banco”.

Com ajuda do SASOP, a Paróquia primeiramente tentou melhorar a qualidade da semente armazenada. Para tal foram feitos vários cursos de “seleção de sementes”. Também foi feito o esforço em comprar semente de boa qualidade. Também se recomenda que, ao depositarem a sua semente no “banco”, seja armazenada somente aquela escolhida, de boa qualidade. Em 2001 a Paróquia “aderiu” à idéia de diversificar os cultivos do povo. Para ajudar nisto, a Campanha distribuiu não somente semente de milho e feijão, como também de andu, gergelim, sorgo, etc.

Outra iniciativa conjunta de destaque neste campo foi à promoção da Feira Municipal de Sementes que serviu, entre outras coisas, para estimular o intercâmbio de sementes entre os participantes.

Apesar da equipe ter a compreensão da importância dos bancos de sementes, como uma atividade estratégica que contribui para diminuir a vulnerabilidade dos (as) agricultores (as) à seca, através da garantia de disponibilidade de semente para plantar quando chega o inverno no sertão. Esta atividade não foi priorizada nos últimos anos. Recentemente a equipe está dialogando com a Paróquia na perspectiva de retomar este trabalho.

Esta retomada se fundamenta na avaliação que a equipe vem realizando que os bancos constituem-se ainda numa reserva de biodiversidade, pois através deles é incentivada a recuperação, manutenção e o resgate de variedades de sementes nativas, que possuem maior resistência às condições climáticas adversas da região do semi-árido.

– **Implementação de quintais³ produtivos agroecológicos**

O quintal é um espaço próximo da casa, quase sempre cercado, onde a família planta uma horta, algumas fruteiras. No quintal que são recolhidos os pequenos animais (principalmente aves e porcos). Nas discussões com as comunidades viu-se que este espaço apresentava ao mesmo tempo um potencial pouco trabalhado e alguns problemas que seria interessante tentar resolver. Viu-se, por exemplo, que o jeito tradicional de criar galinhas – a criação solta - coloca problemas de duas ordens. Em primeiro lugar perdem-se muitos animais e ovos pela ação de predadores e também pela dificuldade de fazer um manejo sanitário mais cuidadoso. Por outro lado, as aves soltas são um grande problema para qualquer cultivo no quintal. Mas, para “prender” as aves num galinheiro, é preciso resolver várias questões. Uma delas é a disponibilidade de alimento; outra é o espaço – o galinheiro em si – que deve ser barato, arejado, e deve ser eficiente na contenção e na proteção de aves e dos ovos.

Desta forma, os quintais se apresentam como locais privilegiados para a implementação de técnicas e práticas agroecológicas. Neles é possível montar um sistema de produção que engloba várias dimensões: produção de mudas de árvores frutíferas, produção de frutas e leguminosas, criação de pequenos animais (galinhas e cabras de leite), cultivo de plantas medicinais, produção de verduras e hortaliças. Além de contribuírem para o aumento da disponibilidade de alimentos, os quintais proporcionam a diversificação de alimentos disponíveis, melhorando a dieta alimentar da família. Esta atividade contribui ainda para a valorização do trabalho tradi-

³ O quintal é um espaço de terra cercado que existe no fundo da casa das famílias e sua dimensão varia entre 0,3ha e 1ha.



cionalmente realizado pelas mulheres nos quintais, assim como para sua autonomia financeira, através da venda de pequenas criações.

» **Hortas Comunitárias**

Outras atividades relacionadas aos quintais são as hortas. As famílias produzem, em geral, hortaliças (por elas denominadas de temperos) no período de chuvas. O projeto de educação alimentar realizado pelo SASOP tem sensibilizado e incentivado um maior consumo de verduras, assim como o aproveitamento integral dos alimentos. Em estudo realizado recentemente verificou-se que 63,3% das famílias (apoiada pelo Sasop) plantam canteiros como forma de melhorar o preparo de sua alimentação. Do ponto de vista nutricional, tais alimentos são ricos em micro-nutrientes, e seu consumo contribui na redução das carências específicas. É importante ressaltar que, das famílias não envolvidas com o projeto SASOP, apenas 37,5% produziam hortaliças para autoconsumo. (UFBA, 2001)

» **O Roçado**

Embora inicialmente a ambição do SASOP fosse a de trabalhar este subsistema de maneira bastante abrangente, na prática tem concentrado a sua atenção na diversificação. O SASOP tem estimulado a experimentação de novas culturas nos roçados. Estas incluem culturas alimentares pouco difundidas – como o gergelim, o amendoim, etc. – e também espécies forrageiras (como o capim de corte) ou de uso múltiplo (como o andu, a leucena e o sorgo). Também foi estimulado o plantio de árvores – principalmente fruteiras - nas áreas do roçado. O estímulo à diversificação dos roçados tem passado também pela Campanha das Sementes da Paróquia.

» **Apicultura**

O SASOP também tem investido um esforço significativo na difusão da apicultura. Esta se apresenta como uma idéia particularmente interessante para a região. Em primeiro lugar ela é uma alternativa ao extrativismo de mel “do mato” ou mel “exprimido” que destrói as colônias (pelo uso do fogo ou de veneno) e prejudica a flora (sobretudo pelo uso do fogo). Ao mesmo tempo, ao produzir um mel de maior qualidade, que obtém um melhor preço no mercado, a apicultura representa uma alternativa interessante de renda para as famílias, além de fornecer mel para o consumo doméstico¹. Atualmente já se está iniciando um trabalho de meliponicultura (ou seja, a criação de espécies nativas de abelhas).

O trabalho nas comunidades se desenvolveu junto a grupos de interesses na apicultura. O SASOP contribuiu com a capacitação dos membros do grupo e forneceu os equipamentos necessários para montar um apiário coletivo simples², na forma de um crédito. Os grupos apoiados, vários já saldaram a sua dívida com o Fundo Rotativo do SASOP.

Recentemente foi realizado um censo apícola nos municípios de Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado e Remanso, que mostra uma grande disseminação da ati-

1 Isto não é uma grande novidade, já que o mel “exprimido” já era relativamente freqüente na dieta das famílias.

2 Este financiamento cobriu a compra das colméias, cera, fumigadores, vestuário apropriado e alguns utensílios.



vidade na região. O censo apícola estimou dados sobre vários aspectos da atividade apícola tais como: grau de disseminação da atividade na região; grau tecnológico; volume da produção; importância da apicultura na renda da família e; importância da criação de abelhas nativas.

Os dados gerais desse censo sugerem que a atividade apícola tem se dinamizado muito nos últimos anos disponibilizando significativas quantidades de mel nos mercados locais e regionais gerando renda para as famílias.

» **Recursos Hídricos**

Como acontece em outras regiões do Nordeste, a cisterna tem um impacto importante na vida das pessoas, tanto do ponto de vista da diminuição do trabalho necessário para trazer água para a casa, como do ponto de vista da qualidade da água disponível para o consumo da família.

Assim desde o início de sua intervenção recursos hídricos faz parte de sua estratégia, inicialmente o Sasop fez o trabalho para difundir a cisterna familiar, principalmente pela introdução de novos modelos de cisterna. As cisternas que existia na região eram feitas de tijolos, num formato de paralelepípedo. A cisterna de placas teve o mérito de reduzir os custos e aumentar a qualidade da obra. Também foi introduzida a cisterna de anéis, muito barata, mas com uma capacidade bem menor que a de placas, que se adapta bem a certas situações.

No segundo momento essa iniciativa é implementada pelo STR (com o apoio financeiro da Paróquia), e de outras entidades. Desta forma, o STR foi responsável pela imensa maioria da cisterna construída no município. Atualmente os STRs de Remanso e Campo Alegre de Lourdes mais a Paróquia são as entidades responsáveis pela execução do P1MC - Programa 1 Milhão de Cisterna.

O SASOP também tem tentado implantar experimentos como a barragem subterrânea. Esta barragem tem por objetivo barrar o fluxo subterrâneo de água nos baixios, buscando conservar a umidade destes terrenos por mais tempo. Mas a experimentação desta idéia tem-se mostrado bastante mais difícil do que se supunha inicialmente. Considerando que a primeira construída apresentou um defeito técnico. Por isso ela não segurou a água como deveria. O SASOP está discutindo com diversos agricultores interessados a implantação de outras barragens experimentais.

Além disso, o Sasop vem apoiando em seus projetos a construção da segunda cisterna, nas unidades familiares, para produção, neste contexto em 2004, foi construindo no Barreiro do Espinheiro 14 cisterna com a finalidade de apoiar os quintais produtivos.

– **Educação Alimentar e para o Consumo**

As atividades de educação alimentar implementadas pelo SASOP trabalha em primeiro lugar o que é uma alimentação equilibrada. Através da promoção do que alguns chamam de “alimentação alternativa”, também busca ampliar a gama de alimentos disponíveis para as famílias, incentivando a mudarem o hábito alimentar no sentido de aproveitar partes do alimento que anteriormente eram desperdiçadas ou consumidas muito marginalmente (como por exemplo, casca e sementes de abóbora e melancia, ou a semente de gergelim). Também se recomenda o consumo de ali-



mentos antes não conhecidos – como a palma, o pó da folha da mandioca ou a folha da moringa. O SASOP descreve isto como uma “valorização de produtos locais”. Para tornar este consumo possível, trabalham-se receitas. Também se trabalha o tema da higiene.

A educação alimentar no consumo de alimentos é uma atividade crucial para a melhoria da segurança alimentar das famílias de agricultores(as) familiares através do consumo mais consciente, incentivando a diversificação de culturas nos quintais agroecológicos, difundindo a prática de comer alguns alimentos que estão sendo produzidos nos quintais e nas unidades de beneficiamento. A atividade de educação alimentar vem sendo realizada pelas monitoras em segurança alimentar, com o apoio da Paróquia e STR.

– **Beneficiamentos dos Alimentos / Estabelecimento de Novas Relações de Mercado**

O trabalho de beneficiamento de frutas da região vem sendo realizado em dois níveis. O primeiro nível, denominado de beneficiamento comunitário é o beneficiamento realizado coletivamente em pequenos grupos na comunidade e que tem como objetivo o beneficiamento de frutas para autoconsumo das famílias em mutirão: prolongando o tempo de estocagem da fruta.

Esta atividade de processamento comunitário já vem sendo desenvolvida com sucesso por algumas famílias. O segundo nível vem sendo realizado em maior escala, em uma unidade de beneficiamento gerida pela COAPRE (Cooperativa Agropecuária do Pólo Remanso)¹. As famílias sócias e não-sócias da COAPRE entregam o excedente de frutas nativas coletadas e de frutas produzidas nos quintais produtivos para a unidade de beneficiamento. Estas estão canalizando esses produtos para os compradores já existentes no mercado local e estão conseguindo acessar Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

O beneficiamento de frutas contribui, assim, fortemente para a segurança alimentar das famílias aumentando a durabilidade das frutas que são altamente perecíveis, aumentando o período de estocagem/armazenamento das frutas durante a seca, e através da comercialização desses alimentos, aumenta o rendimento das famílias, garantindo assim disponibilidade financeira para a compra de alimentos no período de escassez.

Ainda falando de articulações para mercados, além da inserção dos produtos na agricultura familiar no PAA, outras possibilidades de comercialização vêm surgindo no dia-a-dia. Grupos de beneficiamento de frutas têm buscado a comercialização desses produtos no mercado municipal, através da loja da COAPRE e junto a consumidores das cidades, parentes e amigos. Observa-se que a partir do fornecimento do tipo “porta a porta” vem se fortalecendo redes de relações entre agricultores e consumidores.

– **Políticas Públicas e Mercado Institucional**

Está-se presenciando recentemente na região a um movimento que pode originar uma mudança do cenário político com uma maior sensibilidade dos governos

¹ A COAPRE é uma cooperativa regional que envolve os municípios de Campo Alegre de Lourdes, Remanso e Pilão Arcado. A COAPRE trabalha com beneficiamento de frutas e produção de caprinos e ovinos.



federal e estadual para o desenho de políticas de convivência com o semi-árido, em-basadas nas experiências bem sucedidas promovidas por organizações da sociedade civil como o SASOP e suas organizações parceiras. Neste contexto político, assumem especial importância o engajamento em espaços participativos para a discussão de políticas de segurança alimentar, como é o espaço dos CONSEAs², constituídos pelos Governos para interlocução com a sociedade civil na formulação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

As organizações dos agricultores da região estão conseguindo acessar um programa federal importante, o PAA³ da CONAB, que vem se consolidando como uma experiência inédita na aquisição de produtos da agricultura familiar com doação simultânea para a alimentação escolar, a partir de produtos de umbu e outras frutas. Novas negociações estão em andamento, reanimando o processo de organização e beneficiamento, reforçando a estratégia de mercados para a agricultura familiar e a qualidade alimentar para as crianças da rede escolar pública.

Em 2005 a Comissão Regional adotou como estratégia de sua atuação a discussão dois programas do Governo Federal: Programa de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos. Assim em parceria com o CONSEA Estadual e o Fórum de Território Sertão do São Francisco aconteceu na região atividades que mobilizaram os (as) agricultores (as) e suas organizações dos 10 municípios da área de abrangência da Comissão Regional de SAN, tanto do poder público como da sociedade civil.

Desta forma a Comissão tem contribuído no debate desses programas como Política de Segurança Alimentar e Nutricional, socializando experiências e discutido estratégias para o fortalecimento desses programas; bem como incentivando a aquisição de alimentos saudáveis na alimentação escolar, priorizando a agricultura familiar.

Pode-se observar a evolução da proposta de fornecimento de produtos da agricultura familiar para as escolas dos municípios. Questão interessante de perceber é a diversidade dos produtos, e que os contratos estão se dando com associações e cooperativas. Vale lembrar que a participação do mel de abelhas só iniciou em 2005 em Remanso e poderá ser ampliado nos próximos anos devido a grande disponibilidade do produto na região e ao preço pago pela CONAB ser superior ao do mercado local.

A CONAB definiu, em 2006, a contratação de um agente local, com o objetivo de contribuir para apoiar a estruturação de uma rede de produção e comercialização de produtos regionais oriundos da agricultura familiar. Esse agente tem o papel de articular e animar o processo de ampliação das vendas via PAA na região.

De maneira geral o volume de recurso que vem sendo acessado pelos os agricultores é significativo para a região. Certamente que os impactos causados por essas novas relações ainda demandará mais tempo para ser percebido, como analisar o impacto na influência nos preços praticados na região. Nesse aspecto está um grande problema da agricultura familiar, a desvalorização dos produtos locais. Os preços praticados pela CONAB são maiores⁴ que os praticados na região. Por exemplo, o mel de abelhas foi vendido pela COAPICAL em média por R\$ 45,00 / balde de 25Kg

2 CONSEAs - Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, nos níveis municipais, estaduais e nacional.

3 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

4 O preço dos produtos é o de mercado no Estado, geralmente superior aos micro-regionais.



e a CONAB adquiriu para a merenda escolar em Remanso por R\$ 100,00 / balde de 25Kg.

O processo de beneficiamento da produção local tem envolvido prioritariamente o público feminino, o que dá ao projeto um significado especial porque valoriza uma atividade de domínio das mulheres, ampliando sua participação social e econômica na família, na comunidade e nas organizações. Essa participação se vê nos grupos comunitários e na diretoria das organizações como no caso da COAPRE, onde a vice-presidente juntamente com outras tantas mulheres organizam quase todo o processo da produção e comercialização junto à CONAB e em outros canais.

☛ Lições aprendidas e perspectivas futuras

A estratégia de segurança alimentar trabalhada recolhe lições aprendidas ao longo dos anos em que o SASOP trabalha na região. Este trabalho foi se expandido e diversificando para outros tipos de produção como a caprinocultura (82 famílias), quintais (100 famílias) e beneficiamento de frutas (210 famílias) e apicultura (200 famílias). Duas cooperativas foram criadas: COAPICAL em 1996, que hoje conta com 86 associados trabalhando com a produção e venda de mel e COAPRE, em 2003, trabalhando com o beneficiamento de frutas nativas e caprinocultura.

O trabalho produziu até agora inovações bem sucedidas, são referências que podem ser usadas para apresentar para outras famílias. Aliás, não é tanto a inovação o centro da questão, mas a possibilidade de mudar e de inovar que se torna um ponto importante no processo. Isto significa que o que se difunde não é tanto a inovação, mas sim a experiência de uma ou mais famílias da região que incorporaram e provavelmente adaptaram a(s) inovação(ões).

A socialização das experiências é imprescindível. Colocá-las em comum é, sobretudo, a possibilidade de discutir de maneira franca e aberta sobre os sucessos e as dificuldades, sobre as condições que favorecem ou que atrapalham tal ou qual iniciativa, é um caminho que pode ser extremamente fecundo. Um processo destes estimulará um maior protagonismo dos próprios agricultores/as no desenvolvimento das inovações que mais precisam.

Os (as) agricultores (as) tem tido um papel fundamental no desenvolvimento das experiências, tanto no desenvolvimento das inovações como na comunicação da informação sobre elas. – começa antes, com a experimentação propriamente dita. E continua com a comunicação ampla das referências consideradas mais interessantes.

– Resultados Alcançados

O Diagnostico Nutricional da Segurança Alimentar serviu como instrumento de aferição de resultados alcançados no período de 1997-2001. Entre as principais conclusões destacam-se:

- Melhora no nível de conhecimento das famílias sobre alimentação, permitindo qualificação da dieta alimentar;
- Incremento de técnicas de conservação para o consumo humano e animal;
- Aumento da diversidade de alimentos produzidos nos roçados e quintais, tanto para o consumo humano e animal;



- Diminuição da mortalidade de caprinos e ovinos, permitindo o aumento da produtividade e da disponibilidade de carne e leite para as famílias;
- Aumento da renda familiar oriunda da apicultura e caprino-ovinocultura;
- Introdução de novas técnicas de armazenamento de água de chuva, melhorando o acesso e qualidade dela;
- Sensibilização do trabalho solidário na comunidade e maior participação nas organizações de classe e fóruns municipais;
- Valorização do papel produtivo e reprodutivo das mulheres e de reflexões sobre as relações sociais de gênero.

Pode-se afirmar que existe hoje nas comunidades trabalhadas uma maior diversificação da dieta familiar. Esta diversificação reflete os resultados positivos da diversificação da produção nos roçados e nos quintais. Também reflete a paulatina consolidação da produção de mel. Outro elemento a mencionar neste ponto é o reforço do sistema de criação de caprinos e ovinos. Em todos estes casos existe um fluxo direto – do roçado, do quintal, da criação animal e do apiário – para a mesa da família. Também deve existir uma relação entre o acréscimo de renda e a alimentação da família, por meio da compra de alimentos.

O processo de formação, tanto da equipe técnica como dos agricultores tem sido imprescindível para ampliação dos conhecimentos em segurança alimentar e para construção das estratégias a serem trabalhadas para superação da vulnerabilidade de insegurança alimentar em que vivem as famílias, este processo de formação tem contribuído para a disseminação das experiências, bem como na participação em articulação em redes. Desta forma diversas entidades têm contribuindo neste processo.

Pode ser dito que o trabalho como um todo ampliou o debate sobre a importância da Segurança Alimentar. Os atores sociais têm tentado elaborar estratégias para garanti-la e incorporá-la às políticas municipais e regionais. A discussão ao nível local também tem progredido, ao ponto que o relatório de pesquisa da UFBA registra que “os entrevistados também revelaram que eles têm ampliado a sua consciência política. (...) Foi observado, por exemplo, um maior acompanhamento das políticas públicas que vêm sendo desenvolvidas no município” (UFBA 2001) No entanto, o que se conseguiu na prática é pouco, muito pouco. O dilema nesta questão é encontrar um equilíbrio entre o que é necessário para colocar esta questão em debate e a demanda enorme – geralmente sem retorno - que cai sobre organizações populares e ONGs quando se dispõem a trabalhar a questão.

Neste processo destaca-se como elemento inovador:

- Valorização das experiências dos agricultores (as) familiares no processo de capacitação
- Enfoque de gênero / parceria com a Rede Mulher
- Interação entre agricultores e comunidades – irradiação das experiências para outros municípios (Comissão Regional de SAN)
- A formação de monitores favoreceu a interação e a disseminação das experiências de SAN



- Interação com os parceiros sobre a condução da formação e experimentação (Beneficiamento de frutas, quintais produtivos).
- Parceira com CPDA/ UFRRJ e CIDA-UPCD: respectivamente na realização de pesquisa e projeto de capacitação em SAN

– Desafios

A avaliação externa do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional e os diagnósticos contribuíram para identificar os resultados alcançados, bem como as dificuldades/desafios que precisam ser trabalhados, dos quais se destacam:

- Qualificar o monitoramento e avaliação do projeto, dado a complexidade da temática de segurança alimentar e os diversos elementos culturais e sociais que tem influencia e que exige uma atuação sistêmica;
- Elevar a capacidade de multiplicação dos resultados da experiência para outras comunidades;
- Pouco interesse dos poderes públicos locais em apoiar e difundir as propostas;
- Falta de pesquisa e de dados confiáveis sobre o valor nutricional dos recursos locais.

Ainda existem dificuldades que estão relacionadas com os poderes públicos locais. Pode se observar que são deficitárias as ações / programas voltadas para melhorar a segurança alimentar e nutricional das famílias. As iniciativas existentes são mais voltadas para execução de políticas/programas de outras esferas de governo. Onde as formas de controles sociais são geralmente deficitárias, não criando condições nem estimulando a participação do público envolvido.

A equipe vem apontando para a necessidade de dar continuidade ao monitoramento das experiências, que deve ser trabalhado de forma participativa, envolvendo os sujeitos da ação, bem como de sistematizá-las contribuindo assim para ampliar a sua disseminação para outras comunidades.

Outra fragilidade está relacionada com fortalecimento das organizações comunitárias. Ainda existem dificuldades nas articulações das ações e no fortalecimento organizacional e de suas estruturas. Mas esta é uma questão que vem sendo discutida não somente pelo o Sasop, mas pelas entidades que trabalham na região, como trabalhar em conjunto, sem perder a especificidade de cada um, em torno de um projeto comum para região.

O SASOP se prepara para uma nova fase na região. Existe de fato uma experiência acumulada que permite pensar numa expansão do trabalho, buscando atingir novas comunidades e famílias. Mas a questão colocada agora é: como fazer isto? Também existe um consenso de que não é possível replicar estratégia atual, de atuação direta nas comunidades. Afirma-se então que será necessário estabelecer parcerias que permitam disseminar o trabalho.



CAPÍTULO 9

REDE-MG

REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS

Reflexões sobre o processo de articulação de experiências em agricultura urbana e segurança alimentar na Região Metropolitana de Belo Horizonte

☛ Entidades envolvidas

– Na organização e animação da Articulação:

- **COMUPRA - Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu:** grupo de base da Articulação e associação comunitária que lidera diversas atividades comunitárias pela melhoria da qualidade de vida da população local.
- **Bionúcleo de Saúde e Vida Integral:** grupo de base que reúne terapeutas especialistas em medicina alternativa e alimentação natural.
- **Grupo Comunitário de Agricultura e Segurança Alimentar - CAUSA:** grupo de base da Articulação formado por educadores(as) comunitários(as)/ populares que oferecem os serviços de assessoria e empreendimentos baseados na alimentação natural
- **VIVA - Associação de moradores da Vila Presidente Vargas:** grupo de base da Articulação com diversas atividades pautadas na segurança alimentar e nutricional como meio para melhorar os índices de qualidade de vida na vila
- **COOPERMEV - Cooperativa Mista dos Produtores Rurais e Artesanais de Esmeraldas:** grupo de base da Articulação que se pauta pelos princípios da economia popular solidária
- **ONG Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas:** entidade de apoio da Articulação com experiência em formação, assessoria e incentivo à agricultura urbana, plantas medicinais e segurança alimentar nos bairros periféricos de BH
- **ONG ASA - Ação Social Arquidiocesana:** entidade de apoio que tem estimulado a organização de empreendimentos pautados nos princípios da economia popular solidária
- **ONG Cedefes - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva:** entidade de apoio que tem por objetivo promover a informação e formação cultural e pedagógica, documentar, arquivar, pesquisar e publicar temas do interesse



do povo e dos movimentos sociais.

- **FMSANS - Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável:** organização que contribui desde o início da Articulação na organização e apoio das atividades

– **Nos eventos, encontros e atividades promovidas assídua ou esporadicamente:** mais de 120 entidades

📍 **Localização e contexto regional da experiência**

Região Metropolitana de Belo Horizonte: BH, Santa Luzia, Vespasiano, Betim, Contagem, Nova Lima, Esmeraldas, Brumadinho, Ibirité, Ribeirão das Neves, Ouro Branco

Na periferia das grandes cidades é comum ver famílias em situações difíceis no que se refere à renda, acesso à informação e hábito de consumo. São esses fatores que determinam os níveis tanto dos hábitos alimentares das famílias como também da sua convivência em comunidade.

O fundamental não é a falta de renda, mas os hábitos de vida que muitas vezes perdem as referências tradicionais das antigas receitas, plantas medicinais e aproveitamento dos alimentos. Um Diagnóstico Participativo realizado em bairros da região leste e nordeste de Belo Horizonte apontou que, coincidentemente, os maiores índices de desnutrição nas famílias coincidiam com o alto nível de desperdício de alimento. Também a maior parte das doenças comuns nessas comunidades são causadas por distúrbios digestivos, que têm como pano de fundo a dificuldade em manter uma alimentação equilibrada e saudável. Percebeu-se que a maioria dos moradores incorporava uma quantidade pequena de frutos, verduras e legumes em sua dieta e não tinham costume de aproveitar integralmente os alimentos na hora de preparar a comida. Um sinal da falta de aproveitamento dos alimentos era a quantidade de restos de comida que ia para o lixo domiciliar.

A participação das mulheres no plantio da horta, produção de alimentos e plantas medicinais é tradicionalmente maior do que a dos homens. Com seu trabalho, elas são responsáveis por complementar a renda da família (em alguns casos, até são a fonte de renda principal). Um dos desafios da multiplicação dos conhecimentos tradicionais e cultura alimentar adquiridos por essas mulheres é incentivar a participação dos homens nessas atividades, promovendo o reconhecimento da mulher, e mais do que isso, a divisão de tarefas nas famílias.

Por outro lado, existem manifestações espontâneas de agricultura urbana nestes locais. Em torno de 70% da população destes bairros plantam nos seus quintais, uma prova concreta de como a prática de plantar, tão enraizada no meio rural, é mantida na realidade urbana. Os resultados dos diagnósticos participativos já revelavam a existência de práticas de agricultura urbana nessas comunidades desde a sua formação. O bairro Granja de Freitas, com cerca de 80 anos de existência, registra o plantio para consumo doméstico e algumas hortas destinadas à produção comercial já entre os primeiros moradores. No Taquaril, cuja ocupação aconteceu em 1987, relata-se que “logo que começavam a construir as moradias, começavam a plantar, por influência dos pais.” Constata-se, então, que a maior parte das famílias já tem cos-



tume de plantar; porém, muitas vezes, não acreditam no seu potencial, tanto para auto-consumo quanto para complementação da renda familiar através da prática de comercialização.

☛ **Concepção de Soberania e Segurança Alimentar da experiência**

A promoção da soberania alimentar para os grupos da Articulação é um meio de incentivo à autonomia dos indivíduos e fortalecimento das famílias em situação de risco social. A tomada de decisões e a construção do conhecimento são feitos de forma participativa, num processo que inclui o exercício do respeito e o resgate da autoestima. O incentivo à capacidade das famílias de auto-mobilização e autonomia é o ponto de partida para a construção de um projeto político com base nas culturas locais.

☛ **Relato da experiência e abordagem das dimensões da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**

A Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana, de Belo Horizonte, surgiu em 2003 quando algumas entidades que desenvolviam localmente trabalhos de agricultura urbana formaram um Grupo de Trabalho em Agricultura Urbana e se interessaram por conhecer e buscar iniciativas semelhantes em outras regiões de atuação. O objetivo era o fortalecimento político e a troca de experiências, o que resultou na “Caravana Urbana”, uma visita coletiva a 22 grupos com projetos em agricultura urbana e segurança alimentar em toda Belo Horizonte. Surgiu daí a necessidade de um fórum político onde essas iniciativas pudessem se encontrar e se fortalecer, a partir do apoio e das trocas entre elas.

Foi assim que, o que até então era um grupo de trabalho, passou a ter o nome de Articulação. Já em 2005, a Articulação promoveu dois encontros metropolitanos de Agricultura Urbana, para conhecer mais profundamente as demandas dos grupos que a compunham e elaborar o projeto coletivo da organização. Em 2006, os participantes da Articulação se dedicam a dar resposta às dificuldades verificadas em cada um dos grupos, implementando na prática as trocas entre eles. Para isso, o trabalho é de aprofundamento no diagnóstico de suas realidades: demandas e dificuldades, potencialidades e desafios, além da quantificação dos envolvidos e produtos oferecidos. No projeto político, permanece o desafio de conquistar espaço e capacidade para intervir na formulação de políticas públicas direcionadas à agricultura urbana.

Um exemplo dessa mobilização é a participação da Articulação na formulação e implantação de projetos como o “Cidades Cultivando para o Futuro - CCF” e a “Lei Orgânica de Agricultura Urbana” de Minas Gerais.

– **Diversificação da produção de alimentos e Agrobiodiversidade**

a) *Quais estratégias de diversificação da produção, resgate e promoção da Agrobiodiversidade?*

Identificação de conhecimentos tradicionais das comunidades, incentivo às práticas participativas e às trocas solidárias de produtos e conhecimentos.



b) *Qual o efeito destas estratégias na produção para auto-consumo?*

Melhoria da alimentação e melhor convivência entre família e comunidade.

– **Resgate de culturas alimentares**

a) *Que estratégias têm se desenvolvido para promoção do resgate da cultura alimentar?*

Respeito aos hábitos adquiridos e, ao mesmo tempo, resgate da cultura tradicional de cada região, possibilitando o estímulo à diversificação dos hábitos alimentares.

b) *Qual o potencial para o desenvolvimento destas ações e a aceitação e efeito destas nas comunidades.*

Na memória cultural da população periférica, a tradição da alimentação típica de cada região está presente. Isso facilita o fortalecimento de iniciativas de resgate e a quebra da resistência

– **Políticas Públicas e mercados Institucionais**

a) *Quais políticas públicas (nos três níveis de governo) têm interferido nas ações desenvolvidas pela experiência? Quais seus efeitos?*

Políticas em nível federal como o Programa de Segurança Alimentar - PROSAN e o Programas de Aquisição de Alimentos; em nível estadual como a recém-aprovada Lei Estadual de Agricultura Urbana; e em nível municipal como o Programa CCF (Cidades Cultivando para o Futuro) têm sinalizado com boas perspectivas para o futuro das questões postas pela Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana. Iniciativas como a criação de CEVAEs (Centro de Vivência Agroecológica) em Belo Horizonte foram o pontapé inicial para muitos grupos comunitários que hoje mantêm viva a causa da Agricultura Urbana, Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e Plantas Medicinais.

☛ **Lições aprendidas e perspectivas futuras**

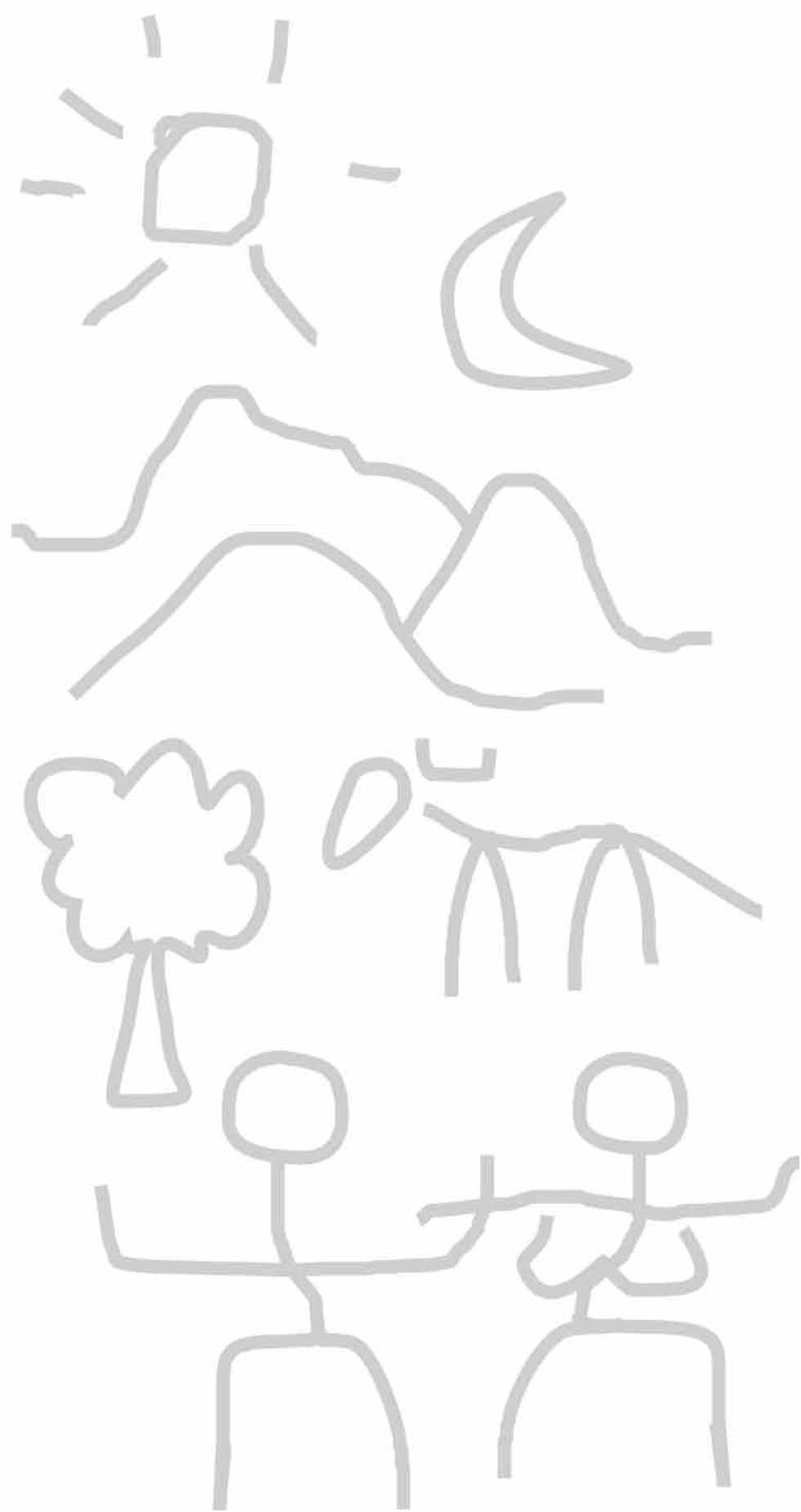
Como resultado dos trabalhos e contatos entre os membros da Articulação, a descoberta de um universo amplo de temas relacionados à agricultura urbana e segurança alimentar: agroecologia, brinquedos e brincadeiras populares, plantas medicinais, assentamentos e questão fundiária na região metropolitana. O enfrentamento das dificuldades, na maioria das vezes relacionadas às condições físicas de promoção do trabalho e aos recursos financeiros, levou à criação de um projeto coletivo que busca convergir formação, articulação e empreendimentos associativos comunitários.



PARTE II

A construção de conceitos a partir das práticas







CAPÍTULO 10

Relatório Analítico das Experiências Sistematizadas para o II Encontro Nacional de Agroecologia

Silvia do Amaral Rigon¹

1. As várias dimensões do tema

Várias experiências têm mostrado que o tema da Soberania e Segurança Alimentar mais do que transversal, perpassando diferentes temas identificados como mobilizadores no processo preparatório do II ENA é evidenciado como eixo agregador e sistematizador das experiências. Há um evidente encadeamento entre as ações que viabilizam a produção de alimentos, desde o resgate de sementes, o uso da água e a diversificação dos sistemas agrícolas, com ações voltadas para valorização da produção para o auto-consumo, do resgate de culturas alimentares, da melhoria da saúde, assim como, ações que tratam o mercado a partir da ótica dos consumidores, da valorização do alimento de qualidade e que influenciam as políticas públicas.

Há que se fazer aqui uma referência das discussões realizadas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) sobre o conceito de alimentação adequada e saudável utilizado como norteador da política de segurança alimentar e nutricional, que, conforme pode ser verificado, apresenta uma sintonia com os princípios defendidos pela agroecologia:

“A realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, pautada pelo referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer [sabor], às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados.”

Nasce desta leitura sobre o tema, uma primeira pergunta estimuladora do debate:

Em que medida as ações em Soberania e Segurança Alimentar são estruturadoras dos sistemas agroecológicos e dos processos sociais a eles interligados?

Um olhar mais amplo das experiências, que vai além da análise da sustentabilidade sócio ambiental e econômica dos sistemas agroecológicos, ressalta e re-significa as relações sociais de gênero e mais especificamente o papel da mulher como construtora da agricultura, principalmente quanto se parte das estratégias de Soberania e Segurança Alimentar para analisar o conjunto da produção familiar (divisão

¹ Professora do Departamento de Nutrição da UFPR. Membro do Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná (FESAN-PR)



do trabalho, relação produção e reprodução) e suas relações sociais.

Um outro elemento que merece destaque no conjunto das experiências é a percepção de que processos organizativos são constitutivos das estratégias de Soberania e Segurança Alimentar garantindo às mesmas continuidade e sustentabilidade. Neste contexto, destacam-se redes de agricultores e agricultoras que disseminam experiências de resgate e multiplicação de sementes; comissões regionais de segurança alimentar/ saúde e alimentação que animam as dinâmicas locais e regionais e promovem o debate e o enraizamento da temática nos programas de desenvolvimento rural nos diferentes agroecossistemas dos diferentes biomas e territórios no plano nacional.

No debate foram destacadas algumas dimensões que compõem o conjunto das estratégias de soberania e segurança alimentar.

- Diversificação da produção de alimentos e Agrobiodiversidade
- Estabelecimento de novas relações de mercado
- Resgate de culturas alimentares
- Educação alimentar e para o consumo
- Políticas Públicas e mercados Institucionais

2. Sistematização das experiências

2.1. Metodologia utilizada no processo de sistematização das experiências em Soberania e Segurança Alimentar e Agroecologia

Após a leitura dos materiais encaminhados relatando as experiências locais na área da soberania e segurança alimentar e nutricional já referidas, realizou-se um estudo mais aprofundado dos pontos comuns identificados nos textos.

O roteiro previamente elaborado pelo GT garantiu uma focalização das questões com maior interface nos temas da agroecologia e da soberania e segurança alimentar.

A partir daí foram identificados nos textos encaminhados os determinantes da insegurança alimentar referentes a cada contexto regional, o conceito de segurança e soberania alimentar considerado em cada experiência local, as principais estratégias de segurança alimentar e nutricional (SAN) utilizadas, os pontos comuns da metodologia do trabalho de construção das estratégias identificados nas experiências, as principais lições aprendidas e os desafios apontados.

2.2. Determinantes da insegurança alimentar

Da análise dos materiais encaminhados para sistematização emergiram os principais determinantes da insegurança alimentar existentes nas diferentes regiões do país, nos cenários urbano e rural. Conforme pode ser constatado que tais fatores não só promoveram esse tipo de situação, mas que também contribuem para a manutenção da pobreza e de sérios problemas ambientais regionais. Relacionados com uma situação de insegurança alimentar e nutricional rurais foram apontados os seguintes



aspectos:

- Redução da produção para auto-consumo
- Dependência da compra de alimentos
- Desvalorização do consumo de alimentos nativos
- Má qualidade da alimentação (baixo valor nutricional; presença de contaminantes químicos)
- Fome e falta de alimentos
- População com problemas nutricionais
- Falta de acesso à água em quantidade e qualidade

Grande parte dos aspectos relacionados *têm sua gênese na concentração fundiária referida pela maior parte das experiências*. Essa questão principal e o modelo de produção caracterizado pelo avanço das pastagens, desflorestamento e monocultivo de grãos com uso intensivo de insumos (agrotóxicos, adubos químicos, irrigação, mecanização) com suas problemáticas conseqüências (degradação ambiental, aumento da pressão demográfica, baixa fertilidade dos solos e baixa produtividade) constituem-se nos principais determinantes da pobreza e da baixa renda, da fome e da insegurança alimentar.

Aliados a estes pontos foram também mencionadas a situação de seca e a dificuldade em serem encontradas formas de acesso regular à água, que interferem negativamente na produção de alimentos e na garantia de uma melhor qualidade de vida para as famílias.

Em algumas experiências a dificuldade da manutenção da produção de alimentos para auto-consumo aponta por si só uma situação de insegurança alimentar. Já nas situações em que há alguma produção que poderia ser comercializada, foram identificados como aspectos problemáticos a ausência de organização produtiva, a dificuldade de acesso aos mercados, as políticas de crédito insuficientes e não adequadas.

Também foi bastante destacado nas experiências o problema inicial da falta de reconhecimento da importância do trabalho da mulher dentro da propriedade rural.

Finalmente foi apontado pelos grupos a inexistência de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional ou a sua inadequação à realidade regional.

Na experiência relativa à agricultura urbana, realizada em bairros de baixa renda do município de Belo Horizonte e região metropolitana foram destacadas as seguintes questões como evidência da presença de insegurança alimentar :

- Baixa renda e a dependência da compra de alimentos
- Abandono de práticas alimentares tradicionais
- Má qualidade da alimentação
- Má nutrição caracterizada pela co-existência da desnutrição e do sobrepeso e obesidade



Na seqüência serão apresentados três quadros que apontam os principais fatores que provocam a insegurança alimentar em cada uma das experiências sistematizadas:

QUADRO 2. DETERMINANTES DE INSEGURANÇA ALIMENTAR APONTADAS PELAS EXPERIÊNCIAS SISTEMATIZADAS

CONTEXTO REGIONAL	EXP. 1 CASA	EXP. 2 ASSEMA	EXP. 3 CAATINGA	EXP. 4 FASE-MT	EXP. 5 ECOTERRA	EXP. 6 SASOP	EXP. 7 P.S. BORBOREMA
Concentração Fundiária	X	X	X	X		X	X
Desflorestamento Corte de madeira		X		X		X	
Avanço das pastagens				X			
Monocultivos de grãos	X				X		
Uso de Agrotóxicos	X	X	X	X	X	X	X
Irrigação de monoculturas						X	
Integração com Suínos, Aves e Gado Leiteiro					X		
Degradação ambiental	X	X	X	X	X		
Pressão demográfica	X				X		
Falta terra para os agricultores familiares	X			X			
Situação de seca	X		X	X	X		X
Baixa Fertilidade dos Solos				X			
Baixa Produtividade				X			
Redução do Autoconsumo		X	X			X	X
Pessoas sobrevivem com rendas muito baixas				X			
Dependência da compra de alimentos						X	
Desvalorização dos alimentos nativos		X	X	X	X		
Má qualidade da alimentação				X			
Fome/falta de alimento						X	
População com problemas nutricionais			X			X	
Falta de estímulo p/ Agricultores Familiares				X	X		
Ausência de organização produtiva						X	
Dificuldade de acesso aos mercados			X		X	X	
Políticas de crédito insuficientes e não adequadas	X						



CONTEXTO REGIONAL	EXP. 1 CASA	EXP. 2 ASSEMA	EXP. 3 CAATINGA	EXP. 4 FASE-MT	EXP. 5 ECOTERRA	EXP. 6 SASOP	EXP. 7 P.S. BORBOREMA
Falta de reconhecimento do trabalho da mulher	X			X			
Política de SAN inadequada à realidade local			X				

2.3. Conceito de soberania e segurança alimentar considerado pelos agricultores ecologistas

Após a identificação dos determinantes da insegurança alimentar tornou-se necessário entender o conceito de soberania e de segurança alimentar utilizado como referência para cada uma das experiências sistematizadas.

Uma das experiências apontou que o trabalho realizado nessa área apresenta quatro dimensões:

- Dimensão de quantidade
- Dimensão de qualidade
- Dimensão de regularidade
- Dimensão de dignidade e de autonomia

As três primeiras referem-se à necessidade das famílias contarem com uma alimentação suficiente em termos de quantidade e qualidade e de forma regular. No entanto na quarta dimensão destacam-se questões importantes relativas ao que é necessário para que as famílias tenham assegurada a sua alimentação, mas de uma forma digna. Para isso consideram que é necessário:

- Respeito à cultura alimentar regional
- Acesso à água potável para o consumo humano e preparo dos alimentos
- Produção suficiente e com excedente para comercialização

Relativo à dimensão da autonomia foram colocados os seguintes pontos:

- Gerar renda para a aquisição do alimento não produzido e para outras necessidades essenciais
- Garantir o acesso à água potável
- Produzir as próprias sementes e garantir a diversificação.

Como soberania e segurança alimentar foi considerada a garantia do acesso à água e aos alimentos em quantidade e qualidade. No entanto para os grupos envolvidos o combate à fome é *"antes de tudo uma briga por terra, pelo direito fundamental da terra e de trabalho, da terra do sustento da família"*. Destaca-se nos relatos a ênfase dada à *necessidade do enfrentamento do problema histórico da concentração de terra no país* para que as condições necessárias à reprodução biológica,



social e econômica das famílias rurais possam ser garantidas. Considera-se como fundamental a realização imediata da reforma agrária para os agricultores (as) pois *"colocando-a a serviço das necessidades dos agricultores e agricultoras devolverá a elas a condição de zelar por sua mãe-terra e em seu chão poderá voltar a plantar e colher seus frutos"*.

Também foi apontado como fundamental para a soberania e segurança alimentar e nutricional o cuidado e a valorização permanente dos recursos naturais e a manutenção da agrobiodiversidade. Dessa forma devem ser realizados processos nos sistemas de produção domésticos que busquem a promoção da autonomia dos agricultores, reduzindo a sua dependência do uso de recursos externos à propriedade rural para que se garanta a segurança e soberania alimentar das famílias envolvidas. Segundo as experiências sistematizadas, o agricultor(a) tem assegurada a sua soberania quando pode escolher o que quer plantar e como plantar.

Todos esses aspectos convergem para o entendimento de todos os envolvidos no trabalho realizado nas experiências locais e regionais que a soberania e a segurança alimentar e nutricional constituem-se em um direito humano. Portanto partem do pressuposto que o alimento não pode ser considerado uma mercadoria, pois tem um papel vital para a sobrevivência humana. A busca pelo lucro não deve portanto se sobrepor a outros aspectos éticos que devem ser considerados nos processos de produção de alimentos e de abastecimento.

Finalmente foi levantado pelos sistematizadores que a segurança e soberania alimentar constituem-se em todos os processos que assegurem permanentemente alimentação e água em quantidade e qualidade necessárias possibilitando às pessoas o exercício de uma vida digna e saudável.

2.4. Estratégias de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional identificadas nas experiências

Diferentes estratégias foram desenvolvidas para a construção das experiências locais de Soberania e Segurança Alimentar apresentadas no seminário. Cada uma baseada no enfrentamento dos problemas identificados como geradores de situações de insegurança alimentar e na identificação de potencialidades locais e regionais que permitissem a promoção de processos de construção de segurança alimentar.

A experiência das Mulheres Produtoras do Sertão de Pajeú (Pernambuco) baseia-se no uso dos quintais como espaço produtivo e diversificado trabalhando a associação de árvores frutíferas, hortaliças, plantas medicinais, plantas ornamentais e a criação de pequenos animais. Os quintais são valorizados porque propiciam as condições para o auto-consumo. A produção para o auto-consumo é considerada a primeira estratégia para a garantia da segurança alimentar das famílias rurais e por isso é incentivada. O desenvolvimento de formas de aproveitamento da água usada nos serviços domésticos e o fortalecimento da infraestrutura hídrica contribuíram para a melhora da produtividade dos quintais, assim como a aplicação dos princípios agroecológicos.

A sustentabilidade do processo é garantida com a troca de sementes e com a manutenção de um banco de sementes. As mulheres sempre trabalharam em seus quintais, mas o trabalho não era reconhecido e valorizado da maneira adequada. A



contribuição do trabalho da mulher como uma fonte de renda monetária e não monetária para a família passou a ser valorizada em função do trabalho desenvolvido, num contexto que ainda tem características patriarcais. A inserção dos alimentos produzidos pelas mulheres na Feira Ecológica da região garantiu uma forma de comercialização e de geração de renda para as famílias, assim como parcerias estabelecidas para o repasse de alimentos para outras instituições. A ampliação do trabalho deu-se mediante a constituição da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú que envolve formas de apoio para a realização de todas as atividades e a sua disseminação, bem como o incentivo ao uso dos princípios da economia solidária nas formas de comercialização. (Ver Capítulo 7)

No Maranhão, a Associação em Áreas de Assentamentos (ASSEMA), desenvolve um programa de produção agroextrativista integrando roças orgânicas (arroz, mandioca, milho, feijão) com palmeiras do coco babaçu. Busca-se assim desenvolver sistemas com árvores que forneçam frutas tropicais, babaçu e madeira. O sistema de produção encontra-se integrado a uma escola agrícola; dessa forma o processo serve de recurso pedagógico para os alunos que se tornam multiplicadores de idéias de combinação de atividades produtivas nos assentamentos. A associação conta com um programa de organização das mulheres que trabalha as relações de equidade e gênero nos assentamentos. São viabilizados financiamentos para as famílias realizarem atividades produtivas (agroquintais, criações de animais, resgate de hábitos alimentares, valorização de plantas medicinais e alimentos locais). Há também um programa de comercialização que viabiliza a produção diversificada das quebradeiras de coco da Rede ASSEMA (Ver Capítulo 5). Os produtos obtidos são comercializados nas próprias comunidades em espaços conhecidos por "cantinas", coordenadas pela Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco - COPPALJ.

A experiência de trabalho na Lagoa do Pau Ferro (Ouricuri-Pernambuco) iniciou em 2004 um trabalho com os agricultores da região com foco na segurança alimentar. A demanda surgiu em função de terem sido observados problemas nutricionais nas comunidades, identificados em função da realização de um diagnóstico realizado pela própria comunidade, Pastoral da Criança e o Movimento de Jovens Difusores e a Escola Municipal. Visando encontrar alternativas para a resolução do problema foi desenvolvida na região uma mistura nutricional obtida com alimentos produzidos pela própria comunidade. O processo motivou a comunidade, que passou a apresentar um maior interesse em relação às discussões sobre nutrição e saúde, sobre o conhecimento do valor nutricional dos alimentos e mais especificamente sobre os alimentos ecológicos produzidos na região. Esse interesse garantiu a continuidade dos trabalhos motivando também a produção de fitoterápicos. Simultaneamente a escola continuou com um trabalho voltado à ecologia, sobretudo buscando o reaproveitamento de materiais descartados como lixo. Para viabilizar a comercialização dos produtos da agricultura familiar, da mistura nutricional e dos fitoterápicos, em 2006 foi criado o Empório Kaeth administrado por uma cooperativa de produtores agroecológicos – COOPEART. O trabalho tem seguido em frente buscando fortalecer a comercialização no enfoque da economia popular solidária, o desenvolvimento local e a promoção do direito humano à alimentação adequada e à nutrição. (Ver Capítulo 3)

O trabalho realizado em comunidades rurais do sudoeste matogrossense, vin-



culado à FASE – MT, tem por objetivo o intercâmbio de saberes ambientais sobre o bioma cerrado visando à soberania e segurança alimentar e nutricional local. A ideia é promover o aproveitamento alimentar e medicinal dos frutos do cerrado realizando o manejo adequado dos agrossistemas locais e o resgate do conhecimento das comunidades tradicionais. Mais de oito (8) comunidades estão envolvidas na experiência que tem apresentado bons resultados. O trabalho foi iniciado com o Grupo das Margaridas, um grupo de mulheres de assentamentos rurais da região. Buscando valorizar o trabalho feminino no sentido de mesmo auxiliar na consolidação do assentamento foram criados hortos comunitários. Também foi iniciado o beneficiamento coletivo da farinha de babaçu para o auto-consumo nos assentamentos e comercialização de excedentes para a Pastoral da Saúde. As comunidades passaram a organizar-se para realizar atividades coletivas de geração de renda a partir do processamento dos frutos do cerrado. Esta iniciativa motivou os participantes a mobilizarem-se para incidir mais diretamente nas políticas públicas do Estado buscando que as mesmas valorizassem os alimentos regionais nas compras institucionais (escolas, hospitais). O movimento vem estimulando também que as organizações sindicais valorizem os produtos regionais aceitando a contribuição sindical paga em frutos do cerrado. (Ver capítulo 2)

A experiência realizada em Erechim (Rio Grande do Sul) buscou garantir a viabilização e a sustentabilidade de agricultores familiares com a produção ecológica de alimentos. A diversificação da produção está sendo garantida pelo uso de sementes crioulas. O trabalho tem por objetivo em primeiro lugar garantir uma produção diversificada de alimentos mais saudáveis para as famílias rurais visando sua auto-sustentação além de realizar o resgate da cultura alimentar. A criação da Associação ECOTERRA viabilizou a comercialização diferenciada dos produtos das famílias envolvidas, promovendo o acesso aos mesmos para os consumidores urbanos. A associação promoveu a criação de uma feira diária em Erechim e duas feiras em bairros do município coordenadas por famílias de consumidores urbanos. Também há dois pontos fixos de comercialização diária coordenados por famílias dos bairros onde os mesmos estão localizados. Uma feira regional de maior porte foi também promovida pela COONALTER. Consta também na experiência sistematizada a execução de um projeto de compra antecipada de alimentos da agricultura familiar vinculada ao Programa Fome Zero que atendeu 181 famílias de baixa renda ligadas a cinco (5) entidades urbanas. (Ver Capítulo 4)

A promoção da agricultura familiar agroecológica na Região de Sobradinho/Juazeiro (Bahia) foi definida como estratégia para a construção da soberania e segurança alimentar e nutricional na região. No processo, que teve como animador e articulador o SASOP, buscou-se uma melhora dos sistemas produtivos das famílias visando contribuir para o aumento do auto-consumo. Como um conjunto de ações voltadas para o mesmo fim foram elencadas: a diversificação da produção (agrobiodiversidade), criação de caprinos e ovinos, criação de bancos de sementes comunitárias e feira municipal de sementes, implementação dos quintais agroecológicos e das hortas comunitárias, valorização dos roçados, apicultura e aproveitamento dos recursos hídricos. Também as ações e processos voltados para a educação para o consumo foram propostas. O trabalho avançou a partir do beneficiamento de frutas para o auto-consumo, que passaram também a ser comercializadas pela Cooperativa



Agropecuária do Pólo Remanso (COAPRE).

Esse processo viabilizou o repasse de alimentos para a alimentação escolar mediante o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A distribuição das sobras é utilizada também para o aumento da renda das famílias envolvidas. Visando ampliar o debate da área da agricultura familiar ecológica sobre o tema da segurança alimentar várias discussões sobre a temática foram realizadas em diferentes comunidades sendo constituído um Fórum Social Regional em Campo Alegre de Lourdes. Como resultado também desse processo de mobilização foi criada a Comissão Regional de SAN da região de Juazeiro vinculada ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar. Tais articulações contribuíram para uma qualificação dos debates e dos trabalhos em toda a região e permitiram que as famílias de agricultores organizadas passassem a participar de forma mais ativa da gestão das políticas públicas de segurança alimentar.

Por intermédio da Comissão Regional de SAN da região de Juazeiro, as contribuições das famílias agricultoras chegam ao CONSEA estadual incidindo positivamente no processo de controle social efetivado pelo mesmo. Em 2005 a Comissão Regional realizou uma discussão sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sobre a Alimentação Escolar como espaço potencial para ações de SAN e para realização de compras institucionais. Merece destaque também mobilização dos agricultores nos dez (10) municípios de abrangência da comissão em parceria com o CONSEA estadual e com o Fórum do Território do Sertão do São Francisco para a realização de discussão e elaboração de proposições sobre a mesma temática. (Ver Capítulo 8)

A experiência do Pólo Sindical de Borborema (Paraíba), na qual encontram-se vinculados os agricultores familiares da região, tem em seu histórico a busca pela construção coletiva de um novo modelo de desenvolvimento rural e conta com uma articulação em mais de 15 municípios. A promoção da SAN e da soberania alimentar faz parte de seus objetivos de trabalho e por isso o processo promoveu um acúmulo de conhecimentos na área que foram considerados na elaboração de um documento da sociedade civil encaminhado ao Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA nacional) por ocasião de sua primeira reunião em 2003. Deve ser mencionada a elaboração de outro documento importante encaminhado aos governantes denominado "Contribuições da Sociedade Civil da Paraíba ao Programa Fome Zero" visando colaborar nas discussões das políticas públicas de SAN.

Merece destaque também a mobilização realizada em 2003 em favor de uma "Paraíba com Segurança Alimentar: livre de transgênicos e agrotóxicos." Conforme pode ser observado, o trabalho tem procurado promover a agricultura familiar ecológica no semi-árido como forma de construção da soberania e segurança alimentar regional. O trabalho é focado nas diferentes atividades que podem ser realizadas nos quintais produtivos gerando uma diversidade de alimentos para o consumo doméstico. Esta experiência contribuiu para que as organizações e movimentos sociais envolvidos com o trabalho participassem ativamente da Conferência Estadual de SAN realizada em 2004 levando suas propostas. O trabalho tem continuado de forma intensa, sendo importante ainda mencionar a formação de uma Rede Estadual de Bancos de Sementes da Articulação do Semi-árido. (Ver Capítulo 6)

Como experiência de agroecologia e soberania e segurança alimentar no contexto urbano destaca-se a experiência da Rede Intercâmbio de Tecnologias Alterna-



tivas. A Rede realiza a articulação das experiências em agricultura urbana no estado de Minas Gerais. São mais de 30 organizações em todo o estado, que buscam por meio de seu trabalho desenvolver os princípios da agroecologia e da economia popular solidária visando a construção de alternativas de geração de renda. O tema da Segurança Alimentar tem sido um destaque no trabalho e no momento está em andamento um projeto de formação de educadores comunitários em SAN e agricultura urbana. A experiência baseia-se no trabalho com tecnologias alternativas nos quintais de bairros de comunidades de baixa renda, o consumo de alimentos saudáveis, o resgate da cultura alimentar local, a troca solidária e até a comercialização dos produtos. O projeto conta com uma farmácia popular do grupo Semear, situada num bairro da cidade de Belo Horizonte -MG, onde mais de 20 famílias produzem plantas medicinais nos seus quintais. Já foram identificadas/utilizadas mais de 170 espécies de plantas no trabalho agora já são ofertados cursos para outros bairros e comunidades levando o conhecimento acumulado para mais de 500 pessoas da região. (Ver Capítulo 9)

A análise aqui realizada, refere-se às experiências relatadas na PARTE I desta publicação, seguem aqui cinco (5) quadros onde serão apresentadas as estratégias de soberania e segurança alimentar identificadas nas experiências relatadas:

QUADRO 3. ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR DESENVOLVIDAS PELAS EXPERIÊNCIAS

ESTRATÉGIAS	EXP. 1 CASA	EXP. 2 ASSEMA	EXP. 3 CAATINGA	EXP. 4 FASE-MT	EXP. 5 ECOTERRA	EXP. 6 SASOP	EXP. 7 P.S. BORBOREMA
Agroextrativismo		X		X		X	
Conservação da agrobiodiversidade e diversificação dos sistemas produtivos	X	X	X	X	X	X	X
Manejo dos Agroecossistemas Locais Resgatando Conhecimento das comunidades tradicionais		X		X		X	
Agricultura Ecológica	X	X	X	X	X	X	X
Convivência com o Semi-árido			X			X	X
Gerenciamento dos recursos hídricos			X			X	X
Estímulo à produção e à diversificação de alimentos para consumo	X	X	X	X	X	X	X
Produção do próprio adubo/melhoria da fertilidade	X	X	X	X	X	X	X
Uso dos quintais como espaços produtivos	X	X	X	X	X	X	X



ESTRATÉGIAS	EXP. 1 CASA	EXP. 2 ASSEMA	EXP. 3 CAATINGA	EXP. 4 FASE-MT	EXP. 5 ECOTERRA	EXP. 6 SASOP	EXP. 7 P.S. BORBOREMA
Produção própria de sementes e criação de espaços de distribuição	X	X	X	X	X	X	X
Resgate da cultura alimentar	X	X	X	X	X	X	X
Valorização e uso de plantas nativas como alimento e remédio e da criação de pequenos animais	X	X	X	X	X	X	X
Educação alimentar			X			X	
Estímulo à organização interna das comunidades com a formação de grupos, cooperativas e associações	X	X	X	X	X	X	X
Combate aos problemas de nutrição	X		X			X	
Estímulo ao debate sobre saúde na comunidade		X	X			X	
Processamento de mistura nutricional		X	X				
Conhecimento e divulgação do valor nutricional dos alimentos locais			X				
Processamento de alimentos feito coletivamente	X	X	X	X		X	X
Aquisição de equipamentos pelo fundo rotativo		X				X	
Apoio às atividades de comercialização de alimentos	X	X	X	X	X	X	X
Valorização do trabalho da mulher	X	X	X	X		X	
Rede de mulheres		X				X	
Programa de aquisição de alimentos				X	X	X	X
Abastecimento de escolas e hospitais				X		X	
Envolvimento de escolas no processo		X	X			X	
Envolvimento dos jovens no processo			X			X	
Trabalho com crianças fazendo reciclagem de materiais e educação ambiental			X				



ESTRATÉGIAS	EXP. 1 CASA	EXP. 2 ASSEMA	EXP. 3 CAATINGA	EXP. 4 FASE-MT	EXP. 5 ECOTERRA	EXP. 6 SASOP	EXP. 7 P.S. BORBOREMA
Parcerias envolvendo agricultores e consumidores urbanos					X		
Trabalho em rede		X			X		
Articulação com outros atores políticos	X	X	X	X	X	X	X
Participação da concepção de políticas de SAN	X	X	X	X	X	X	X
Participação em comissões regionais e fóruns de SAN						X	X
Participação nos CONSEAs						X	X

2.5. Dimensões da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional identificadas nas experiências agroecológicas

– Diversificação e agrobiodiversidade

As estratégias desenvolvidas nesse campo basearam-se na geração e valorização de processos em direção contrária ao modelo de produção de alimentos preconizado pela agricultura convencional e usado nos monocultivos. A valorização das florestas como espaços de produção de alimentos para o consumo da família e para a comercialização foi considerada, sendo também uma forma de conservação da agrobiodiversidade e de sustentabilidade dos ecossistemas. A diversificação dos sistemas produtivos foi também incentivada. Para isso, em muitas situações as formas de manejo dos agroecossistemas locais necessitaram basear-se na valorização e no resgate do conhecimento das comunidades tradicionais, processo que suscitou uma dinamização das relações humanas entre as pessoas que migraram de outros lugares para a região e moradores locais.

No bojo de todo esse processo a prática da agroecologia constituiu-se no elemento gerador de mudanças nas relações entre os grupos sociais e para o surgimento de um novo olhar para com a natureza e sobre as relações de gênero. A observação e o uso de processos naturais, a re-significação de práticas já abandonadas ou pouco valorizadas e o acesso ao conhecimento de tecnologias que garantiram a produção do próprio adubo e de outros insumos nas propriedades rurais e a melhoria da fertilidade foram fundamentais para o surgimento dos primeiros resultados positivos em muitas das experiências relatadas. Geraram também novas formas de convívio com o lugar, que permitiram o uso da água de maneira mais racional, considerando as dinâmicas pluviométricas de cada região, sobretudo do semi-árido. Os quintais passaram a ser considerados espaços produtivos, propiciando maior valorização do papel das mulheres na diversificação da produção, conservação da agrobiodiversidade e no manejo de sementes e mudas. Também permitiu uma relação mais próxima e potencializada entre os diversos elementos presentes. Alimentos, flores, frutos e ervas medicinais, além de produtos de origem animal puderam ser obtidos. Em diferentes



comunidades foi possível realizar o resgate de raças de animais que encontravam-se em vias de desaparecimento. A obtenção de mel e derivados obtidos pela apicultura e meliponicultura passou também a ser valorizada e disseminada.

A produção própria de sementes e a criação de bancos e de espaços de distribuição foram viabilizadas, garantindo autonomia e segurança da continuidade do processo e a promoção da soberania alimentar.

Hortos e hortas comunitárias também foram criados contribuindo para manutenção da agrobiodiversidade e para a diversificação dos alimentos consumidos pelas famílias.

Na experiência de Agricultura Urbana as estratégias para diversificação na produção e na alimentação das famílias basearam-se no levantamento dos conhecimentos tradicionais das famílias envolvidas, estímulo aos trabalhos em grupo e às práticas participativas e incentivo às trocas solidárias de produtos e também de conhecimentos entre os participantes das atividades.

– **Resgate da cultura alimentar, melhoria da alimentação das famílias e promoção da educação alimentar, nutricional e ambiental**

Como conseqüência imediata da potencialização dos processos extrativistas e da produção ecológica foi registrada uma maior oferta de alimentos para o consumo, visando à redução da dependência da compra de alimentos e a diversificação e enriquecimento da dieta das famílias envolvidas no processo. O resgate das sementes e de plantas alimentares de uso não convencional proporcionou reflexões sobre o padrão alimentar moderno pelas famílias envolvidas e a revalorização de práticas alimentares que estavam sendo abandonadas. Tais questões geraram também a necessidade do resgate da cultura alimentar regional e a valorização do uso de preparações culinárias tradicionais. Plantas nativas voltaram a ser usadas como alimento e remédio e certos cuidados referentes à criação de pequenos animais de linhagens mais rústicas passaram a ser considerados visando a saúde animal. Uma redução da compra de alimentos industrializados passou a ser registrada por muitas comunidades envolvidas com o processo.

No contexto urbano a valorização da produção para o consumo da família promoveu uma melhora na qualidade da alimentação das famílias em função da diversificação, do uso integral dos alimentos e do resgate de práticas culinárias tradicionais que estavam em desuso.

Foram confeccionadas em algumas comunidades misturas de ingredientes obtidos de plantas alimentícias, visando o enriquecimento nutricional das preparações culinárias. A recuperação de casos de desnutrição em crianças foi registrada e uma melhoria nas condições de saúde das famílias foi referida. O processo também desencadeou um interesse e uma motivação para a realização de processos de educação alimentar e nutricional das famílias e comunidades envolvidas e busca de maiores conhecimentos na área de nutrição e saúde.

Jovens de comunidade rurais foram também envolvidos em ações relativas à soberania e segurança alimentar realizando educação ambiental, reciclagem de materiais e a promoção da agricultura ecológica. Os mesmos tornaram-se agentes disseminadores de idéias transformadoras motivando a multiplicação de um grande número de experiências em soberania e segurança alimentar e Nutricional. Crianças



das escolas vinculadas às comunidades envolvidas também passaram a participar do processo abrindo um espaço para iniciativas dos estudantes e de suas famílias, além de ser estimulada a reciclagem de materiais.

– **Estabelecimento de novas relações com o mercado**

Os resultados relatados nas experiências sistematizadas promoveram um aumento da auto-estima das pessoas envolvidas. O encontro das famílias rurais proporcionado pelas oficinas, rodas de conversa e cursos sobre agroecologia e soberania e segurança alimentar motivou a formação de grupos de trabalho. Tal processo constituiu-se em uma forma de estímulo à organização interna das comunidades. Muitas delas passaram a realizar o processamento coletivo de alimentos visando a manutenção de estoques pelas famílias para auto-consumo e a venda de alimentos. Fundos rotativos foram constituídos visando a aquisição de equipamentos para a agroindustrialização de produtos obtidos. Os grupos formados contavam, sobretudo com a participação das mulheres nos trabalhos, o que permitiu dar maior visibilidade às diversas atividades desenvolvidas pelas mulheres na agricultura e na garantia da segurança alimentar, maior autonomia na geração de renda e aumento da auto-estima. A propagação dessas experiências motivou a formação de mais grupos, processo que com sua dinâmica promoveu a constituição de redes de grupos de mulheres.

Foram criados também diferentes espaços de escoamento e comercialização de alimentos agroecológicos. A instituição de feiras ecológicas foi registrada por muitos grupos, com uma periodicidade semanal e diária. Pontos fixos de venda e empórios foram montados para garantir ao consumidor o abastecimento regular de produtos e para as famílias agricultoras a certeza do escoamento dos alimentos produzidos. É importante destacar a participação expressiva das mulheres nas feiras e espaços de comercialização. Em geral, o espaço da comercialização é tradicionalmente ocupado pelos homens.

Os princípios da economia solidária vêm sendo utilizados em muitas das experiências relatadas, conferindo às mesmas um aspecto inovador e de fundamental importância em situações que envolvem grupos que vivem em insegurança alimentar.

Iniciativas do centro-oeste e do sul procuraram contar com os consumidores urbanos como seus parceiros e apoiadores da agroecologia e da comercialização de alimentos ecológicos. No sul, pontos fixos de venda de produtos ecológicos existentes na cidade são mantidos graças à colaboração de comitês e comissões de segurança alimentar compostas por consumidores urbanos e agricultores ecologistas. O trabalho em formato de rede realizado mediante a articulação de entidades, movimentos sociais, representantes de governo e organizações não governamentais também vem apresentando resultados potencializadores para o avanço da agroecologia e da soberania e segurança alimentar no campo e na cidade. Diferentes experiências relataram a ocorrência desse tipo de fenômeno, indicando a importância estratégica da articulação com outros atores políticos.

– **Políticas públicas e mercado institucional**

Algumas políticas da área da segurança alimentar e da agricultura familiar contribuíram para a potencialização das experiências consideradas no seminário. É o



caso do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Em consonância com a sua proposta, que consiste em realizar a compra institucional de produtos da agricultura familiar, várias experiências passaram a prover o abastecimento de determinados alimentos para as escolas e hospitais. Assim proporcionaram o acesso a alimentos de uma qualidade diferenciada para vários grupos sociais em condições de insegurança alimentar além de ter sido gerada renda para as famílias agricultoras envolvidas. Tal processo vem conferindo uma renovação na pauta alimentar da merenda escolar pois uma diversidade maior está sendo disponibilizada e com alimentos *in natura* característicos da região. O beneficiamento de frutas para o auto-consumo das famílias e o repasse de produtos para a alimentação escolar também está sendo uma prática freqüente e motivadora da criação de novos grupos de trabalho. Da mesma forma o mel está sendo utilizado na merenda escolar, assim como o pescado.

O acúmulo derivado das experiências também vem proporcionando para os atores envolvidos, condições para realizarem contribuições no campo da concepção das Políticas Públicas de Segurança Alimentar. Com base em experiências concretas torna-se possível avançar em novas proposições e modelos de comercialização de alimentos e abastecimento. O fortalecimento de modelos de comercialização envolvendo de forma ativa o campo e a cidade, pautados nos princípios da economia solidária, já estão apresentando bons resultados, devendo portanto ser reproduzidos ou disseminados. Tal processo possibilitou também a participação e contribuição de agricultores familiares ecológicos em fóruns e comissões regionais de segurança alimentar, bem como em alguns dos Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs) já formados no país. Aqui deve ser esclarecido que os CONSEAs constituem-se em espaços de controle social e de concepção de políticas de segurança alimentar.

No Maranhão, o fortalecimento e ampliação da lei "Babaçu Livre", graças a um processo participativo e político das populações locais vem garantindo a conservação dos babaçuais, com a proibição de queimadas, do uso de agrotóxicos, além de permitir o livre acesso às propriedades privadas para a extração das amêndoas do coco babaçu. Todos estes aspectos contribuem para a segurança alimentar e para a soberania das famílias extrativistas.

Em Minas Gerais, o Programa de Segurança Alimentar (PROSAN) proporcionou o financiamento de mini-projetos na área de segurança alimentar no campo e na cidade, constituindo-se em uma interessante experiência de ações locais que podem ser realizadas mediante o apoio e estímulo dos CONSEAs estaduais. A aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar no Estado de Minas Gerais também constituiu-se num importante agente propulsor dos projetos, programas e ações locais de segurança alimentar.

No âmbito da agricultura urbana diferentes avanços foram obtidos em função da aprovação da Lei Estadual de Agricultura Urbana em Minas Gerais. Os Centros de Vivência Agroecológica em Belo Horizonte, formados mediante a co-gestão do poder público local e sociedade civil destacam exemplos de trabalhos que podem ser realizados em conjunto oportunizando para os moradores da cidade o contato com a natureza e a visualização de que o espaço urbano pode também contribuir para a produção de alimentos mais saudáveis.



3. Metodologias para realização do trabalho de construção da soberania e segurança alimentar em nível local e regional

3.1. Promoção da agroecologia

Considerada uma forma de produção de alimentos em sintonia com os processos naturais e as características de cada região promove a otimização dos recursos disponíveis, gerando uma maior autonomia dos agricultores em relação à compra de insumos externos para a produção e a dinamização dos sistemas agroalimentares. Assim a agricultura ecológica passa a ser a opção mais sustentável e saudável para a produção de alimentos para os agricultores familiares das diferentes regiões, devendo portanto ser difundida. Os diferentes projetos utilizam os princípios da agroecologia para nortear todas as ações de caráter produtivo.

3.2. Fortalecimento do papel da mulher

A existência de uma relação hierárquica de gênero não permite a valorização do trabalho das mulheres, sendo desconsiderado o seu trabalho no ambiente doméstico e na agricultura.

Entendendo o trabalho da mulher como de fundamental importância para a reprodução biológica, econômica e social da família há que transformar as relações de gênero no mundo rural e urbano. As experiências desenvolvidas pelas mulheres na produção de alimentos e plantas medicinais, como os quintais produtivos e o beneficiamento de frutos do Cerrado, Amazônia e Caatinga, têm tido papel crucial na valorização da produção para auto-consumo, no resgate da cultura alimentar e do valor cultural dos alimentos e a relação entre saúde e o consumo de alimentos saudáveis. A valorização dos alimentos regionais e do auto-consumo contribuem para a conservação da biodiversidade e o resgate de cultivos alimentares locais. Diversas experiências também têm procurado investir no empoderamento econômico e na autonomia política das mulheres.

No ambiente urbano a questão de gênero é também considerada um desafio. Na experiência de agricultura urbana de Belo Horizonte as mulheres participam ativamente no plantio da horta, produção de alimentos e plantas medicinais. Como resultado do seu trabalho, elas são responsáveis por complementar a renda da família e em algumas situações gerar toda a renda. Para que ocorra o reconhecimento da importância do seu trabalho as mulheres envolvidas com o trabalho procuram incentivar a participação dos homens nessas atividades, promovendo também a divisão de tarefas nas famílias.

3.3. Organização e empoderamento econômico e político das famílias

O isolamento e o distanciamento que naturalmente ocorre nos ambientes rurais em muitas situações dificulta o encontro das pessoas, a identificação de problemas comuns e a definição de estratégias para um enfrentamento mais coletivo. Tal situação também dificulta a articulação política dos agricultores no sentido de reivindicarem o que lhes é de direito no cenário das políticas públicas.

Outra dificuldade comum, mais referida nas experiências rurais é a falta de



condições para realizar o processamento de alguns dos alimentos produzidos, melhorando sua conservação e utilização pelas famílias. A transformação do alimento excedente constitui-se em uma alternativa para agregar valor ao produto, contribuindo para o aumento da renda da família. No entanto a aquisição dos equipamentos para o seu processamento tem um custo considerado alto para que somente uma família possa assumi-lo de forma integral. A melhor alternativa para o enfrentamento da questão é a constituição de grupos, estratégia que foi adotada na maior parte das experiências relatadas.

Conforme pode ser evidenciado o estímulo à organização das famílias agricultoras em grupos e associações tem sido uma estratégia eficiente para contribuir para o seu empoderamento econômico e político, desencadeando processos que vêm contribuindo para uma melhora da qualidade de vida das famílias e para a garantia da soberania e segurança alimentar.

No cenário urbano é freqüente a existência de famílias que vivem em situações de baixa renda, dificuldade de acesso à informação e perda progressiva das referências alimentares tradicionais. A experiência em Belo Horizonte apontou que a vivência de trabalhos em grupo e nos quintais, o reforço da produção para o consumo e a complementação da renda familiar com venda dos alimentos produzidos contribuiu para que as famílias passassem a acreditar mais em seu potencial. A tomada de decisões e a construção do conhecimento são feitos de forma participativa, num processo que inclui o exercício do respeito e o resgate da auto-estima. O estímulo constante à capacidade das famílias de estarem mobilizadas para assuntos de interesse comum e na busca de sua autonomia são aspectos contemplados na construção política desse do processo de defesa dos direitos de cidadania.

3.4. Resgate da cidadania dos agricultores e agricultoras e de seu protagonismo

Políticas e programas de caráter assistencialista em geral desconsideram a capacidade dos agricultores e agricultoras serem protagonistas do processo de seu desenvolvimento pessoal e coletivo. Os resultados positivos obtidos pela utilização das metodologias ativas, baseadas nos princípios pedagógicos propostos por Paulo Freire constituem-se nos elementos alavancadores de uma nova dinâmica na vida das famílias e nas comunidades envolvidas com a proposta. O fato desse tipo de metodologia de trabalho já considerar como ponto de partida os conhecimentos acumulados pelas famílias agricultoras e pelas gerações antecessoras confere aos atores envolvidos um ganho em termos de auto-estima e de valorização pessoal e profissional. Tal estímulo traz novas perspectivas às crianças, jovens, adultos e idosos envolvidos apontando a possibilidade de um futuro melhor para todos, a partir do envolvimento e participação dos diferentes segmentos nos empreendimentos coletivos. A soberania e segurança alimentar das famílias e das futuras gerações passam a constituírem-se em possibilidades concretas a partir da atuação gerada e respaldada pelos grupos sociais envolvidos.

Para que isso aconteça diferentes metodologias são utilizadas nas experiências relatadas. Busca-se sobretudo a construção coletiva de conhecimentos. Tal processo acontece com a realização de rodas de conversa com as famílias, reuniões com



grupos beneficiados pelos projetos e visitas técnicas. A definição das ações a serem realizadas para o enfrentamento dos problemas geradores da insegurança alimentar em geral ocorre com base na realização de diagnósticos rurais participativos. No acompanhamento das ações são também realizadas avaliações e diagnósticos participativos periódicos.

A compreensão das questões referentes a agroecologia e à promoção da soberania e segurança alimentar são facilitadas pela mobilização de famílias para implementação de experiências, contando com visitas de acompanhamento técnico. A partir dos resultados positivos conseguidos busca-se a disseminação das experiências pelos próprios agricultores para com os seus pares. Também são realizadas capacitações de grupos para a produção/beneficiamento dos alimentos produzidos e sua comercialização.

Os intercâmbios constituem-se também em estratégias bastante positivas; são promovidos intercâmbios de agricultor/agricultor, buscando-se oportunizar a visitação de propriedades rurais na mesma região ou em regiões distintas, visando a troca de saberes e o conhecimento de experiências exitosas.

A formação de monitores em Segurança Alimentar também obteve bons resultados; adolescentes e jovens aderiram bem à proposta assim como grupos de mulheres interessadas em disseminar suas experiências locais. A partir da formação de monitores alguns intercâmbios têm sido realizados com organizações que atuam na área da Segurança Alimentar e Nutricional.

A participação e promoção de eventos sobre Segurança Alimentar e Agroecologia têm sido incentivados nas diferentes experiências relatadas.

4. Principais avanços e lições aprendidas

Foram registrados dentre os avanços obtidos, o processo de aumento da diversificação da alimentação das famílias. Tal aspecto resulta da diversificação dos quintais e roçados, da produção de mel e do reforço do sistema de criação de caprinos e ovinos e de outros pequenos animais, como aves poedeiras. O melhor manejo animal também contribuiu para a diminuição da mortalidade de caprinos e ovinos, propiciando o aumento da produtividade e da disponibilidade de carne e leite para as famílias.

Houve também o aumento da renda com a venda de alimentos possibilitando a compra dos gêneros não produzidos, trazendo uma melhora da qualidade da alimentação das famílias. A implementação da renda também se deveu à caprino-ovicultura.

Com essas constatações as famílias verificaram como é importante promover a diversificação de processos produtivos dentro da propriedade, pois o processo gera a manutenção da agrobiodiversidade e promove a soberania e segurança alimentar da família que pode contar com um número muito maior de gêneros alimentícios obtidos dentro da propriedade rural.

A introdução de novas técnicas de armazenamento da água da chuva, melhorando o acesso e a qualidade da mesma também fizeram parte das estratégias no campo da soberania e segurança alimentar. A questão da disponibilidade da água constitui-se no principal aspecto a ser viabilizado para a maior parte das famílias do



semi-árido, sendo considerada questão essencial para a soberania e segurança alimentar das famílias.

Com a obtenção de resultados positivos nesse campo as famílias comprovaram que sempre há possibilidade de inovação das práticas cotidianas; novas formas de fazer aquilo que realizam todos os dias, mas com um aperfeiçoamento maior, melhor rendimento e com bons resultados ecológicos. Os sucessos obtidos com as experiências promoveram também um maior interesse na obtenção de conhecimentos sobre alimentação e nutrição, o que também contribuiu para uma qualificação da dieta das famílias. Também foram disseminadas técnicas de conservação dos alimentos tanto para consumo humano como animal.

Tais comprovações fortalecem a adesão às práticas agroecológicas e estimulam a socialização das experiências. É importante destacar o papel fundamental dos agricultores e agricultoras no desenvolvimento das experiências locais e na comunicação para outras pessoas do processo vivido, o que confere legitimidade ao processo e estimula novas adesões.

A sensibilização para o trabalho solidário na comunidade também constituiu-se em avanço importante. Trouxe um aumento da participação nas organizações de classe e fóruns municipais de discussão sobre desenvolvimento local, agricultura familiar, agroecologia e soberania e segurança alimentar.

A valorização do papel produtivo e reprodutivo das mulheres e de reflexões sobre as relações sociais de gênero talvez tenha sido um dos maiores avanços obtidos. Atualmente a mulheres contam com um papel de destaque nos projetos sendo responsáveis pela tomada de decisões, além de participarem dos processos produtivos e de comercialização. Um importante desafio é a inserção das atividades domésticas no planejamento produtivo das propriedades.

Abertura do mercado institucional para absorção dos alimentos ecológicos da agricultura familiar foi a principal questão inovadora referida pelas experiências que aponta um importante avanço no sentido da intersetorialidade necessária para que as ações de soberania e segurança alimentar sejam efetivas. O processo de repasse de alimentos às instituições como hospitais e escolas viabilizado pelo Programa de Aquisição de Alimentos garantiu uma ampliação de categorias de consumidores de alimentos ecológicos relevante uma vez que garantiu o acesso à alimentos de uma qualidade diferenciada para grupos vulneráveis à situações de insegurança alimentar.

Nesse sentido deve ser destacada a importância e a potencialidade da área da alimentação escolar como espaço de absorção de alimentos ecológicos, de discussão da questão ambiental, de promoção de práticas alimentares mais saudáveis de referência cultural e de divulgação dos conceitos e ações de Segurança Alimentar e Nutricional. A inserção destes temas nos projetos político-pedagógicos das escolas, para serem trabalhados transversalmente possibilita um avanço considerável da qualidade de formação de crianças e jovens. Promove também o envolvimento da comunidade escolar no sentido de concretamente realizar-se um movimento comunitário em favor da consolidação da soberania e segurança alimentar e nutricional nas regiões e de valorização do trabalho realizado pela agricultura familiar.

Também considerado como importante avanço para a promoção da soberania e segurança alimentar foi referida a formação das equipes técnicas das organizações



não governamentais envolvidas com as experiências locais em Segurança Alimentar bem como a capacitação dos agricultores. O despertar de “um olhar” para determinadas estratégias que podem vir a potencializar certas ações tendo como horizonte norteador a SAN viabilizou mudanças de impacto em diferentes ações do cotidiano rural e urbano e a concepção de novas propostas que geraram ganhos concretos para diferentes projetos. Este acúmulo positivo registrado subsidiou a elaboração de programas e políticas de âmbito municipal e regional que estão “abrindo caminhos” para mudanças efetivas de empoderamento de segmentos historicamente excluídos do campo das políticas públicas. A capacitação em SAN também contribuiu para um melhoramento contínuo da qualidade dos projetos de SAN que passaram a obter melhores resultados e uma elevação da capacidade de multiplicação dos resultados positivos das experiências para outras comunidades.

Em relação às dificuldades que ainda se colocam como desafios a serem vencidos foi mencionado o pouco interesse do poder público local e estadual em apoiar e divulgar os projetos relacionados a SAN, apesar da relevância do tema, no sentido dos mesmos gerarem novas políticas públicas. Também foi mencionada em algumas das experiências sistematizadas que o trabalho com o foco na SAN gerou um interesse no tema da alimentação, sobretudo por parte das famílias agricultoras que gostariam de saber mais sobre o valor nutricional dos alimentos característicos de cada região. Nesse sentido, apesar da publicação recente de materiais sobre o assunto pelo Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério da Agricultura (Embrapa), merece destaque a necessidade de que tais informações e materiais cheguem a todas as regiões do país de forma cada vez mais capilar para que o maior número possível de pessoas tenha acesso aos mesmos.

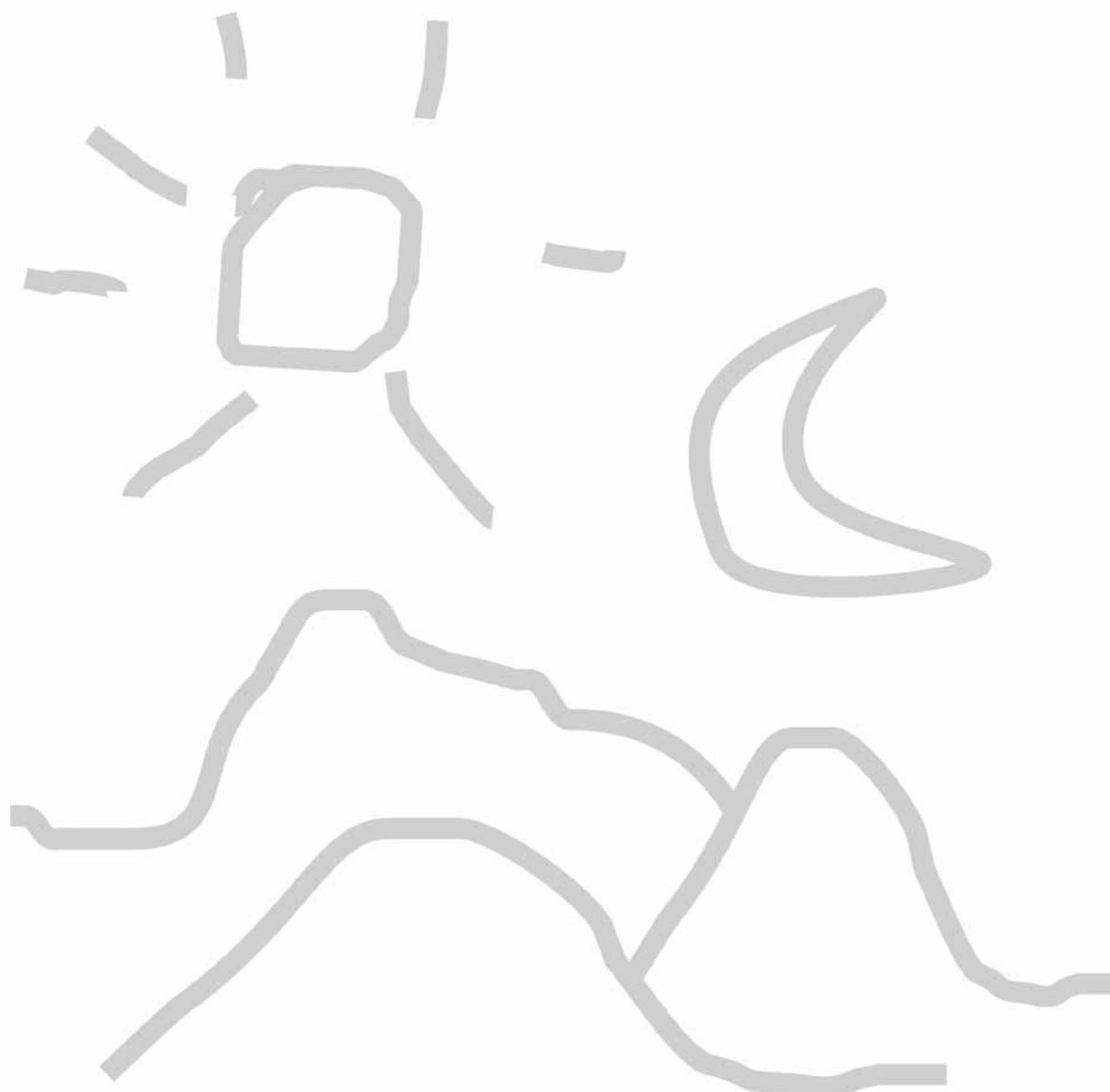
Foram citadas também como dificuldades evidenciadas ao longo do desenvolvimento de algumas das experiências sistematizadas a efetivação dos processos de transição para a agroecologia, que tendem a ocorrer de uma maneira desigual entre as famílias que se sensibilizam com a proposta em função das diferentes condições de vida. O tamanho reduzido das áreas para o plantio é também um aspecto problemático que ainda persiste nos diferentes contextos das experiências relatadas.

Outro desafio apontado refere-se a persistência de uma certa fragilidade relacionada às organizações comunitárias. As dificuldades ainda são muitas para a viabilização de projetos comunitários e compreendem desde a questão organizacional até os aspectos relativos à operacionalização e a estrutura necessária para a viabilização concreta das ações em conjunto.

Foi destacada por algumas das experiências sistematizadas a participação de pessoas envolvidas nas instâncias de controle social das políticas de SAN. Algumas mencionaram a participação de representantes nos Conselhos de Segurança Alimentar o que é bastante positivo. No entanto mencionaram que é ainda muito difícil realizar o acompanhamento e o monitoramento dos programas e políticas por uma série de questões. Alguns aspectos se referem à dificuldade de participação efetiva nos conselhos, que demandam um envolvimento ativo em várias questões das diferentes áreas da SAN. Há uma avaliação inclusive registrada por uma experiência sistematizada de que mesmo com todos os importantes avanços obtidos na área da SAN nos últimos anos, as políticas e os programas ainda são insuficientes para as necessidades existentes nas diferentes regiões do país.



No entanto, apesar das dificuldades enfrentadas e dos desafios existentes é inegável o sucesso obtido por todas as experiências sistematizadas e aqui divulgadas. Sem dúvida as mesmas representam de forma bastante positiva as centenas de experiências locais que hoje são desenvolvidas em todo o país e que estão promovendo o avanço da agroecologia e a construção da Segurança e da Soberania Alimentar em todas as regiões brasileiras. Conforme pode ser evidenciado a condução de experiências locais inseridas num referencial agroecológico de produção de alimentos vem contribuindo para mudanças significativas de cenários regionais preocupantes e historicamente excludentes. Cabe aos governos incentivar, apoiar e fomentar tais processos bem como realizar uma opção referente ao modelo de desenvolvimento que necessita ser implementado no país, para que o Brasil possa constituir-se em uma nação soberana, com uma sociedade justa e sustentável.



CAPÍTULO 11

Relatório do Seminário Segurança e Soberania Alimentar na Construção da Agroecologia

Recife, 4 e 5 de junho de 2006

O seminário contou com a participação de mais de 200 pessoas, na sua maioria agricultores/as de todas as regiões do País, a metodologia esteve centrada na valorização das experiências concretas desenvolvidas por organizações locais de promoção da agroecologia e sua relação com a construção da segurança e soberania alimentar. A capacitação esteve centrada na apresentação, problematização (feita por consultores/as) e debate de 9 experiências, subdivididas em 3 grupos. O que se percebeu foi uma intensa participação do(a)s agricultores/as e um excelente nível de aprofundamento da relação entre SAN e Agroecologia, trazendo para a pauta das organizações temas que não se observam quando a agroecologia é abordada a partir de outros enfoques (biodiversidade, desenvolvimento local, direito à terra, relação com mercados, etc.).

A segunda metade do seminário contou com um momento de formação a partir da síntese e análise feita por consultoria a partir das experiências sistematizadas e apresentadas, que permitiu agregar o debate e propiciou a discussão no grupo amplo, trazendo propostas concretas para pautar a proposição de políticas públicas e de desenvolvimento dentro das organizações que compõe a ANA (Articulação nacional de Agroecologia). O seminário permitiu o aprofundamento das questões referentes à promoção da segurança e soberania alimentar e qualificou o(a)s participantes para difundir e repassar as discussões e propostas ali debatidas para dentro de suas organizações.

1. Relatório descritivo

Dia 04 de junho

Realização de uma mística envolvendo o alimento e em seguida foram apresentados os objetivos e a metodologia do Seminário. Logo após, os participantes foram divididos em três grupos de trabalho, sendo que em cada um desses grupos foram apresentadas 3 experiências. Em cada grupo havia um coordenador e um sistematizador.

– Grupo 1 –

Coordenação – Julian Perez
Relatoria – Thaisa S. Navolar

**EXPERIÊNCIAS APRESENTADAS**

EXPERIÊNCIA	ENTIDADE	REGIÃO
Mulheres Produtoras – Produzindo Alimentos e gerando renda no Semi-Árido (uma experiência em quintais produtivos)	Casa da Mulher do Nordeste	Nordeste
Eco-Terra – Associação Regional de Cooperativas e Agroecologia	ADATABI/CETAP	Sul
Estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional nos Babaçuais do Médio Mearim	ASSEMA	Amazônia

– **Síntese dos debates**

- Contribuição da Agroecologia na promoção da SAN das famílias dos agricultores: auto-consumo – aumento da diversidade e qualidade – melhoria da saúde. Ex. Rio Grande do Sul - antes compravam cerca de 80% da alimentação, agora somente 20% - que não tem condições de produzir
- Estratégias de Comercialização Solidária: democratização do acesso ao alimento ecológico; fortalecimento da relação entre o campo e cidade/ Pouco apoio das Prefeituras
- Protagonismo das mulheres: nas 3 experiências foi colocado que o processo gerou transformação nas relações entre homens e mulheres na família

– **Grupo 2 –**

Coordenação – Marilene Melo
Relatoria – Vanessa Schottz

EXPERIÊNCIAS APRESENTADAS

EXPERIÊNCIA	ENTIDADE	REGIÃO
Grupo de Mulheres da APA produzindo produtos alternativos	APA-RO	Amazônia
Experiência da Lagoa de Pau Ferro: valorizando as sementes, plantas da caatinga e produção agroecológica no processamento da multimistura	Caatinga	Nordeste
“O arredor de casa” – a experiência do Pólo Sindical das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema.	Pólo Sindical de Borborema/ASPTA	Nordeste

– **Síntese dos debates**

- As experiências são desenvolvidas em parcerias com organizações da sociedade civil e também com os governos
- Importância de conhecer o valor nutricional dos alimentos regionais para a valorização e o resgate do seu consumo nas famílias
- A segurança alimentar dá maior visibilidade ao papel que as mulheres sempre desempenharam no cuidado com a alimentação da família. As experi-



ências apresentadas aumentam a auto-estima e fortalecem a autonomia da mulher, o que vem gerando dentro da família uma nova divisão de tarefas. Por outro lado é preciso trabalhar a questão de a alimentação não deve ser responsabilidade exclusiva das mulheres.

- Relação saúde e alimentação - resgate das plantas medicinais, importância do acompanhamento nutricional das crianças e do conhecimento do valor nutricional dos alimentos.
- Uso da multimistura na perspectiva de recuperação da desnutrição, mas também como complemento nutricional que aumenta a qualidade da alimentação das famílias. As experiências com produção da multimistura buscam valorizar as sementes locais.

– Grupo 3 –

Coordenação – Daniela Almeida
Relatoria – Ronaldo Freitas

EXPERIÊNCIAS APRESENTADAS

EXPERIÊNCIA	ENTIDADE	REGIÃO
Segurança Alimentar e intercâmbio de saberes ambientais sobre cerrado entre comunidades rurais do sudoeste do Mato Grosso	FASE - MT	Centro-Oeste (Cerrado)
Agricultura Urbana e Segurança Alimentar e Nutricional	REDE	Sudeste
Estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional na promoção da agricultura familiar agroecológica na região de Sobradinho/Juazeiro-BA	SASOP	Nordeste

Dia 5 de junho

- Apresentação das sínteses dos debates dos grupos
- Apresentação da sistematização das experiências (capítulo 10)

2. Síntese dos Debates – Contribuições para o Documento Político do II Encontro Nacional de Agroecologia

As experiências de agroecologia, ao incorporarem dimensões da estratégia de segurança e soberania alimentar, articulam um amplo leque de iniciativas: o resgate e a conservação de sementes e raças animais locais e a diversificação dos sistemas produtivos, com ações voltadas para a valorização do auto-consumo; o resgate de culturas alimentares; a valorização do alimento de qualidade; a educação alimentar; a melhoria da saúde, assim como ações que tratam o mercado a partir da ótica dos consumidores, contribuindo para a construção de um novo padrão de consumo que valoriza a sustentabilidade ambiental, social cultural e econômica.



As práticas de agricultura urbana também têm contribuído efetivamente para o enfrentamento da insegurança alimentar das populações pobres das cidades. A intensificação e disseminação dessas práticas devem ser estimuladas pelas políticas públicas.

É necessário valorizar o papel histórico da mulher na construção da agricultura e na garantia da segurança alimentar das famílias e das comunidades, desde a produção e manejo dos recursos naturais, a promoção da saúde, o beneficiamento e a comercialização de alimentos e como detentoras do patrimônio culinário do nosso país. Essa valorização deve traduzir-se em políticas de empoderamento e autonomia das mulheres, gerando renda, distribuindo terra e os meios necessários para a garantia da segurança alimentar.

As práticas de distribuição desigual de alimentos entre homens e mulheres ainda presentes no meio rural devem ser abolidas. Essa deve ser uma determinação política assumida pelas organizações e movimentos que promovem a agroecologia.

As compras públicas de alimentos devem ser concebidas como um instrumento de promoção da segurança alimentar. Experiências de fornecimento de alimentos ecológicos por famílias agricultoras através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mostram que iniciativas dessa natureza exercem um papel dinamizador da produção agroecológica e do desenvolvimento local. É nesse sentido que a agricultura ecológica familiar e camponesa deve, por direito, ser considerada a principal fornecedora dos mercados institucionais, em particular o Programa Alimentação Escolar que é o maior comprador público de alimentos. Para tanto, é necessário que os atuais obstáculos legais e normativos sejam removidos. A sinergia entre esses dois programas, não apenas potencializa a produção agroecológica e o desenvolvimento local, como também valoriza as culturas alimentares e os alimentos regionais, a alimentação de qualidade das crianças e das famílias, possibilitando, inclusive, a implementação de ações educativas em alimentação e nutrição.

A vigilância sanitária dos alimentos não deve restringir-se apenas ao monitoramento da contaminação microbiológica. Deve também assegurar que os alimentos sejam livres de agrotóxicos e transgênicos.

A água para o consumo humano e para a produção do alimento é um direito inalienável para que sejam garantidas a segurança e a soberania alimentar. Manifestamo-nos contrários a qualquer iniciativa de privatização dos recursos hídricos. Denunciamos a estratégia adotada pelos defensores do projeto de transposição de águas do Rio São Francisco que alegam uma suposta intenção de abastecer as populações sertanejas com água para beber. Trata-se na verdade de um projeto a serviço do agro e hidro negócios que produzirá graves impactos sociais e ambientais na região semi-árida e no conjunto da bacia do Rio São Francisco.

É necessário implementar políticas públicas de convivência com o semi-árido que valorizem as estratégias já desenvolvidas pela sociedade civil de descentralização das ofertas de água e que propiciem formas de abastecimento hídrico mais seguras para as famílias rurais.





GT SSA



Realização:
Articulação Nacional de Agroecologia

Secretaria Executiva da ANA
Rua da Candelária nº9 / 6º andar
20091-020 Rio de Janeiro - RJ
Tel 21 22538317
secretaria.ana@agroecologia.org.br
www.agroecologia.org.br

